Coordenação
Isabel Cristina Gomes

ATENDIMENTO PSICANALÍTICO NA ADOÇÃO

Cynthia Peiter
Leila Dutra de Paiva
Marcia Regina da Silva

Zagodoni Editora

Coordenação
Isabel Cristina Gomes

ATENDIMENTO PSICANALÍTICO NA ADOÇÃO

Cynthia Peiter
Leila Dutra de Paiva
Marcia Regina da Silva

Editor: Adriano Zago

Revisão: Marta D. Claudino

Capa: Marcelo Brandão

Diagramação: Michelle Freitas

CIP-Brasil. Catalogação na publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

P426a

Peiter, Cynthia
Atendimento psicanalítico na adoção / Cynthia Peiter, Leila Dutra de Paiva, Marcia Regina da Silva ; coordenação Isabel Cristina Gomes. - 1. ed. - São Paulo : Zagodoni, 2017.

124 p. : il. ; 18 cm. (Série Prática Clínica ; 19)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-5524-057-7

1. Psicanálise. 2. Psicologia social. 3. Adoção - Aspectos psicológicos. 4. Pais adotivos. I. Paiva, Leila Dutra de. II. Silva, Marcia Regina da. III. Gomes, Isabel Cristina . IV. Título. V. Série.

17-45661 CDD: 155.445
CDU: 159.92

[2017]
Zagodoni Editora Ltda.
Rua Capital Federal, 860 – Perdizes
01259-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 2334-6327
contato@zagodoni.com.br
www.zagodoni.com.br

Sumário

Apresentação da Série Prática Clínica

Numa abordagem eminentemente clínica, cada volume da **Série Prática Clínica** apresenta casos atendidos por psicanalistas e/ou psicoterapeutas especializados no tema em questão, de forma a propiciar ao leitor uma oportunidade de acompanhar as estratégias e os dispositivos empregados pelos autores. Entre esses elementos estão o raciocínio clínico, as técnicas, o manejo, as possíveis intervenções, a dinâmica da transferência e contratransferência, a relação com o paciente e os modos de operacionalizar sintomas, impasses e conflitos.

Embora as obras temáticas da **Série** tenham um enfoque clínico, as questões teóricas permeiam os relatos de caso do autor, porém de maneira sucinta e correlacionada aos aspectos observados no atendimento.

A **Série Prática Clínica** privilegia o trabalho transformador da clínica, apresentando os desdobramentos analíticos do profissional para lidar com o sofrimento e a angústia do paciente, enfrentar problemas e abrir espaço para caminhos de elaboração e/ou superação pela via da linguagem, do vínculo e dos dispositivos clínicos que podem levar a novas possibilidades do "vir a ser".

Isabel Cristina Gomes
Professora Titular do Instituto de Psicologia da USP (IP-USP)
Coordenadora da Série Prática Clínica

Apresentação da Obra

Cynthia Peiter

Quais as razões para incluir o tema da adoção de crianças em uma coleção denominada *Série Práticas Clínicas?* Haveria alguma prática clínica específica para o tema da adoção?

As três autoras deste livro dedicam-se a estudos e pesquisas em diferentes contextos em torno do tema da adoção há muitos anos. Debruçar-se sobre um tema de estudos implica problematizá-lo. Seria a adoção *per se* um problema ou apontaria para algum tipo de quadro clínico? O que há de específico na adoção de crianças que possa tornar este tema um foco de estudos?

Ter filhos aponta para processos vinculatórios que podem ser absolutamente diferentes e essencialmente singulares. Talvez não possamos falar em processos de filiação simbólica igualmente a todas as condições em que se traz uma criança ao mundo ou a cada vez que alguém se denomina pai ou mãe. As condições que ligam pais e filhos, assim como as relações afetivas circulantes nesses vínculos podem adquirir infindáveis combinações, permeadas de complexidades.

A família contemporânea tem organizações bastante diferentes do modelo de família nuclear, aparentemente ideal, de outros tempos. O homem contemporâneo nasce, cresce e se organiza dentro de vínculos familiares que muito se distanciam do que outrora era compreendido como modelo necessário para a constituição psí-

quica. Assim também os modos de viver e de sofrer têm adquirido outras configurações.

A vinculação biológica tem cada vez mais deixado de configurar uma condição necessária para a construção de laços simbólicos entre pais e filhos, e as novas composições de famílias têm nos ensinado sobre isso.

Sendo assim, por que falar de adoção? Qual seria a especificidade desta circunstância de filiação?

Adoção refere-se a um processo em que pessoas na ausência de consanguinidade estabelecem vínculos paterno-filiais. Entretanto, o estabelecimento de tal vínculo hoje, em nosso país, requer uma autorização que implica um atravessamento jurídico. Ser adotado requer a essencial construção de um laço simbólico e afetivo; mas também requer uma validação legal. Refiro-me a um espaço da intimidade dos laços afetivos que tem ressonâncias e é influenciado por um reconhecimento da comunidade que nos cerca e da cultura na qual estamos inseridos. Ser filho adotivo também requer respaldo legal, que dentro da legislação atual oferece o caráter de irrevogabilidade a esta condição de filiação, que não se sustenta por apoio no laço biológico, mas que juridicamente tem as mesmas prerrogativas, direitos e deveres de uma filiação biológica. Vale ressaltar que essa mediação do Estado tem como intuito a proteção dos direitos da criança.

Trata-se, portanto, de um processo de filiação para o qual se faz necessária a presença ou a intervenção de intermediários, que são os profissionais das Varas da Infância e da Juventude (VIJ) e, às vezes, de outros segmentos institucionais da Rede de Proteção da Infância. Há casos que não passam pelos Fóruns? Sim, sabe-se que são poucos, incorrendo em complicadas consequências, tanto no âmbito jurídico como no plano afetivo, de um processo de filiação que transcorre ilicitamente.

O fato de ser um processo de filiação que na ausência do vínculo biológico dependerá do referido respaldo legal e da intermediação da lei, requer assim a intervenção de profissionais suficientemente preparados para essa difícil atribuição na

complexa articulação entre relações afetivas e jurídicas. A adoção implica que uma criança que se encontra aos cuidados e sob responsabilidade do Estado seja entregue a possíveis pais. O reconhecimento, a avaliação, e a autorização para exercer as funções de pais é um trabalho de altíssima complexidade, e demanda uma delicadeza ímpar. É responsabilidade do Estado cuidar para que tais crianças não fiquem expostas a desastrosos riscos de novos desencontros. O que pressupõe que o Estado, na figura de um juiz e de uma equipe psicossocial, incumba-se da difícil tarefa de encontrar famílias, pais ou mães para essas crianças, autorizá-los a adotar e ajudá-los no complexo processo de filiação. Um trabalho que envolve parcimônia, prudência, ponderações, e abre espaço para constantes indagações. Um trabalho que demanda o desenvolvimento constante de estudos, reflexões e pesquisas que possam subsidiar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de recursos que respaldem essa prática.

A adoção e suas clínicas abrem caminhos para uma grande amplitude de estudos. Entre eles destacamos reflexões sobre o significado dos laços familiares; o que entendemos como condições ambientais essenciais para o acolhimento familiar de uma criança e sua estruturação psíquica. A filiação que se faz para além dos laços biológicos permite-nos pensar na essencialidade dos vínculos entre pais e filhos. Por essência, quero sublinhar dois sentidos ao termo. Por um lado, proponho pensar qual seria a essência desses vínculos, pensando em quais seriam os aspectos mais específicos e particulares deste tipo de vínculo. Por outro, indago se esta vinculação entre pais e filhos ainda pode ser considerada mesmo essencial, como algo imprescindível para a construção psíquica de um pequeno humano. Destaco estas questões por sermos com frequência interrogados sobre possíveis idealizações da adoção, ou da colocação de crianças em convívio familiar. Seria mesmo a família ainda o melhor lugar para a constituição psíquica? As clínicas ligadas à adoção oferecem interessantes contribuições, talvez não suficientes para responder a essas questões, mas certamente para revisitá-las e possivelmente as ampliar.

Falo então de um vínculo específico entre pais e filhos, que precisa ser construí-

do em bases simbólicas para além do substrato biológico, e que requer a intervenção do Estado para que possa ser referendado.

Mas, além disso, quero ressaltar outro aspecto deste tipo de filiação que me parece específico. A adoção traz em seu bojo a presença de uma desordem. De um lado, estão os pais, que por alguma razão não puderam ter seus filhos biologicamente. Por outro, uma realidade de nosso país que promove um número significativo de crianças separadas de seus pais de origem, principalmente pela precariedade de situações socioeconômicas que, direta ou indiretamente, impede que esses pais possam se ocupar também dos cuidados dos filhos. O processo de adotar crianças envolve esforços para contornar ou encontrar soluções para uma desordem que nosso próprio espaço sociopolítico-cultural promove. Este é um cenário sobre o qual novos laços deverão constituir-se mais esperançosamente.

As histórias vividas previamente à adoção podem implicar experiências de significativas perdas, graves rupturas, ou a experimentação de estados de desamparo psíquico. Esse processo de filiação traz consigo experiências de lutos, de separações, de maiores ou menores sofrimentos da parte das crianças, e muitas vezes também da parte dos pais. Este é um aspecto a ser salientado como uma especificidade nesse tipo de filiação. Podemos afirmar inequivocamente que todo e qualquer filho precisa ser inserido em um processo simbólico que o legitime no lugar de filho, seja adotivo ou não. Entretanto, o processo de filiação da criança juridicamente adotada traz algumas peculiaridades pelo fato de comportar esta outra história, prévia à nova ligação com os pais adotivos. Crianças que foram adotadas trazem uma pré-história da qual os pais não participaram, pouco conhecem, mas que se fará presente na nova organização familiar, seja ela explicitada, narrada, seja ela negada. Caberá aos pais adotivos a tarefa de ajudá-las no processamento e na integração daquilo que foi vivido e em geral não significado. Para esses desafios, os pais precisam estar suficientemente preparados, demandando mais uma vez os cuidados oferecidos pelas equipes técnicas das VIJ e dos clínicos estudiosos do tema.

Seria uma referência a um passado, como uma origem ligada a abandono? São diversos os motivos que levam ao afastamento dessas crianças de seus pais de origem. Nem sempre podemos nos referir a um descaso por parte da família biológica. Na maior parte das vezes, encontramos situações socioeconômicas e psicoafetivas de tal forma desfavoráveis para o crescimento de uma criança que a separação dos pais de origem e o encaminhamento a uma família substituta parecem saídas mais viáveis. Geralmente, são contextos dramáticos e desoladores, nos quais o termo abandono não só não se faz apropriado como também se mostra insuficiente para dar conta da dimensão dessa problemática, que me parece mais ligada à experimentação de desamparos psíquicos.

Lidamos com histórias interrompidas que promovem experiências de desamparo psíquico com poucos recursos de sustentação por parte dos adultos responsáveis. Experiências mais ou menos traumáticas, insuficiências representativas à espera de significados, e eventualmente verdadeiros vazios psíquicos.

Este é o tipo de abandono psíquico que requer cuidados de diversas ordens. O afastamento da família de origem e o processo de encaminhamento a famílias adotivas são cuidados tomados pelas equipes das Varas da Infância e da Juventude. Envolvem o trabalho do psicólogo judiciário em uma escuta apurada do que demandam essas crianças, de modo a cuidar para que as decisões e encaminhamentos estejam o mais próximo possível das suas necessidades. Tal medida incluirá a passagem, a princípio transitória, pelas redes de acolhimento institucional – os abrigos – lugar este que também tem a incumbência de cuidar da sustentação psíquica da criança.

O destaque deste livro sobre adoção é sublinhar diferentes práticas de cuidados clínicos no contexto da adoção, todas dedicadas a uma escuta atenta aos movimentos psíquicos vividos nessas circunstâncias e aos recursos de sustentação psíquica em momentos em que a ruptura de vínculos e o desenvolvimento de novos laços se impõem e se sobrepõem.

Assim, este livro se compõe de experiências clínicas[1] de profissionais que trabalham em diferentes contextos, que delimitam perspectivas clínicas com uma variedade de perspectivas sobre o processo de adoção de crianças: o fórum, os abrigos e os consultórios, diferentes espaços que requerem constantes interlocuções.

O tema da adoção é abordado destacando-se peculiaridades e complexidades que permeiam a colocação de crianças em adoção e os desafios dessas práticas que envolvem desde tomadas de decisões cruciais e se estendem a práticas clínicas que requerem o acolhimento das angústias suscitadas na intimidade da clínica. As experiências são narradas com o intuito de apresentar os desafios dessa clínica e convidar o leitor a reflexões, visando sempre ampliação e desenvolvimento de nossos recursos técnicos.

A especificidade do tema da adoção e suas clínicas, longe de configurar um quadro clínico, ou, menos ainda, algum tipo de patologia, é tomada pelas autoras como objeto de estudos, visando a ampliação do campo teórico ligado ao tema da filiação, assim como a extensão de nossos conhecimentos teórico-clínicos de modo a gerar ampliações de nosso campo de trabalho.

---

[1] Os casos apresentados foram cuidadosamente reformulados de modo a preservar a identidade dos envolvidos, de acordo com os princípios éticos para publicação.

Capítulo 1

Nicole

Leila Dutra de Paiva

Vários foram os historiadores a apontar que a prática de adoção de crianças é muito antiga, havendo inclusive passagens do Antigo Testamento que atestam a sua existência. Essa modalidade de filiação, no entanto, passou por profundas modificações ao longo da história no tocante aos significados e relevância social.

Na era contemporânea, as mudanças no instituto da adoção ocorreram, sobretudo em decorrência do que se apresentou na chamada "Era dos Direitos". Primeiramente, em 1948 foi proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos e, em 1959, a Declaração Universal dos Direitos da Criança pontua expressamente que toda criança requer proteção e cuidados especiais, quer antes ou após o seu nascimento, enfatizando assim, que as políticas governamentais devem garantir ou restituir os seus direitos. Desse modo, as nações signatárias dos mencionados textos internacionais viram-se compelidas a revisar ou atualizar as suas respectivas legislações de modo a incorporar as novas normativas e a reforçar a necessidade de implantação de medidas que pudessem assegurar tais direitos.

No Brasil não foi diferente. A Constituição de 1988 inseriu, pela primeira vez, a concepção de criança como sujeito de direito, abordando a garantia dos seus direitos como prioridade absoluta. Os princípios constitucionais provocaram, dois anos mais tarde, a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069/1990),

que dispôs as medidas e os procedimentos que visam garantir os direitos consolidados.

A adoção desponta, então, como uma medida de proteção especial que busca resgatar a possibilidade de oferecer convívio familiar para aqueles destituídos ou privados desse direito. Ao lado das medidas de guarda e tutela, a adoção desponta como a única medida de colocação em família substituta que confere a uma criança ou a um adolescente a condição de pertencimento a uma nova família de modo irrevogável.

Todos os procedimentos da medida de adoção foram reformulados pelo ECA e aparecem descritos com a ênfase de que a medida deve atender prioritariamente o interesse das crianças e adolescentes e não o interesse dos casais e/ou indivíduos que estiverem buscando formar ou ampliar família por meio dessa modalidade de filiação e, sobretudo, de garantir o direito destes de conviver em família. Com o ECA, surgem novas tendências e novidades, com relação à medida da adoção, como a possibilidade de pessoas de qualquer estado civil adotar, a diminuição da idade para adotar e a adoção unilateral.

Muito embora as mudanças tenham representado enorme avanço no tocante à matéria da adoção em nosso país, alguns anos mais tarde, em 2006, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) reuniu uma série de informações apontando a necessidade de uma revisão nas diretrizes legais referentes à execução das medidas de acolhimento e adoção. Assim, em 2009, a Lei 12.010 reitera os pontos debatidos no PNCFC e redefine as atribuições dos Conselhos Tutelares, das Varas da Infância e da Juventude e das entidades de acolhimento de crianças e adolescentes. Além disso, modifica substancialmente alguns procedimentos e altera prazos referentes às medidas de acolhimento e adoção, reforçando a excepcionalidade da adoção e o fortalecimento dos vínculos familiares por meio de esforços que promovam a reintegração familiar.

A marca da contemporaneidade, portanto, no tocante à adoção é de que, enquanto medida de proteção, ocorra apenas excepcionalmente e que sirva para con-

solidar efetivamente o direito da criança de ser educada e de crescer no seio de uma família, sempre na perspectiva de seu melhor interesse.

Essas considerações iniciais objetivam contribuir para a compreensão da natureza do trabalho das equipes interprofissionais que atuam nas Varas da Infância e da Juventude, de acordo com o artigo 28, §5º do ECA:

> A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar (incluído pela Lei 12.010/2009).

Nicole

O caso aqui descrito foi atendido no contexto judicial e refere-se à solicitação de adoção unilateral de uma menina de seis anos formulada pela atual esposa de seu pai. A adoção unilateral é uma modalidade de adoção prevista no ECA, em seu artigo 41 §1º, que ocorre quando um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro. Nesta forma, prevê a lei, no Artigo 41 §1º, que se um dos cônjuges ou concubino adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes. Outros dispositivos legais são extensivos a essa modalidade de adoção, por isso optamos por citar alguns que auxiliarão na análise e discussão do caso. São eles:

- Artigo 43 – a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos;
- Artigo 45 – a adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando;
- Artigo 45 §2º – em se tratando de adotando maior de doze anos de idade, será também necessário o seu consentimento;

- Artigo 47 §1º – a inscrição (no registro civil após a sentença da adoção) consignará o nome dos adotantes como pais, bem como o nome de seus ascendentes;
- Artigo 47 §2º – o mandado judicial, que será arquivado, cancelará o registro original do adotado;
- Artigo 47 §4º – nenhuma observação sobre a origem do ato poderá constar nas certidões de registro (redação dada pela Lei nº 12.010/2009).

A princípio, foram entrevistados o pai da criança e sua esposa (requerente à adoção), conjunta e separadamente. Na entrevista inicial conjunta, ambos empenharam-se em fundamentar a solicitação e, para isso, forneceram um relato detalhado e preciso sobre o histórico familiar.

História familiar

Raul e Silvana são médicos, ortopedista e dermatologista respectivamente, e conheceram-se por intermédio de amigos em comum, alguns anos depois de ele ter ficado viúvo. Raul foi casado por oito anos com a mãe de sua única filha, Nicole. Alguns meses depois do nascimento da criança, sua esposa cometeu suicídio dentro de casa, num momento em que estavam no local apenas ela, a babá e a filha recém-nascida.

Em razão do ocorrido, Raul achou conveniente mudar-se para a casa de seus pais, pois precisava da ajuda de ambos no tocante aos cuidados da filha ainda tão pequena. Após alguns meses, decidiu voltar a viver em sua própria moradia, contando com o respaldo integral da babá de sua filha.

Com o passar dos anos, o pai considerou prudente dizer à filha que sua mãe havia adoecido e "ido morar no céu com os anjos" quando ela ainda era apenas um bebê. A criança, nos primeiros anos de vida, manteve-se fortemente vinculada ao pai, à babá e aos avós paternos e maternos.

Quando a menina tinha por volta de três anos, o pai conheceu e rapidamente começou a namorar a requerente. Não demorou muito para que Silvana e Nicole se

conhecessem. Segundo o pai, a menina ficou muito enciumada e arredia quando isso aconteceu, mas depois de alguns meses passou a conviver de forma mais tranquila com a sua namorada.

A requerente já havia sido casada, mas a primeira união foi breve e não resultou em filhos. Depois de cerca de um ano de namoro, Raul convidou Silvana para morar em sua casa. Antes, porém, consultou a filha e, segundo relatou, a menina ficou muito "entusiasmada e feliz" com a notícia. No dia em que Silvana levou as malas com os seus pertences, os três saíram juntos para comemorar a novidade e, quando retornaram, era tarde e, então, passaram a se ajeitar para dormir. Nicole, de acordo com o pai, "levou um choque" quando percebeu que a mais nova moradora não ocuparia o quarto de hóspedes e sim o quarto dele. Nesse dia, a menina tentou argumentar com os adultos, mostrou à Silvana o outro quarto, fazendo até mesmo uma propaganda sobre ele, e, ao concluir que suas expectativas não seriam atendidas, começou a expressar irritação, fazendo "choro e birra" antes de dormir.

Nas primeiras semanas, nos momentos em que Nicole ficava a sós com o pai, chegou a perguntar a ele, mais de uma vez, quando Silvana iria voltar para a casa dela. Durante meses, a menina queria a todo custo dormir no quarto do pai, valendo-se de inúmeros expedientes para atingir esse objetivo, antes de ir se deitar ou mesmo no meio da noite, como relatos de medos, pesadelos, dores entre outros.

Raul e Silvana formalizaram a união por meio de um contrato de união estável. Decorridos mais alguns meses, diante da decisão de terem filhos, conversaram com colegas de profissão e tiveram a indicação de especialistas na área de reprodução humana, visto que Silvana estava com 46 anos, nunca antes havia engravidado e, mesmo estando sem qualquer método contraceptivo nos meses de convívio com Raul, nunca fora surpreendida por uma gestação. Alguns médicos, respaldados pelos resultados de exames, assinalaram que dificilmente ela engravidaria, visto que as taxas hormonais indicavam o início da menopausa e ovulações cada vez mais esparsas.

Paralelamente a tais tentativas, o relacionamento entre Silvana, Raul e Nicole ultrapassava a fase inicial de adaptação e, aos poucos, cedia lugar a uma nova di-

nâmica interacional. Nicole passou "espontaneamente" a chamar Silvana de "mãe". Raul, ao relembrar essa fase, comentou: "nessa ocasião, Nicole valia-se de qualquer pretexto ou situação para inserir a expressão mãe".

A requerente reiterou o comentário do companheiro, acentuando que logo depois que Nicole passou a chamá-la de "mãe", ela passou também a tentar legitimar o elo entre ambas de diversas maneiras, por exemplo, com comentários do tipo: "o nosso cabelo é igual?" ou "será que sou mais parecida com você ou com o papai?" e, num determinado dia, segundo a requerente, a menina voltou cabisbaixa e tristonha da escola e, ao ser indagada, simplesmente respondeu: "É que eu queria que você fosse a minha mãe de verdade".

Tais descrições sobre a conduta e as expressões da criança no sentido de legitimar Silvana como mãe foram enfatizadas pelo casal na sequência do relato sobre a suposta impossibilidade de juntos terem um filho biológico. E, obedecendo a mesma sequência, a requerente pôs-se a fundamentar o surgimento da ideia de adotar Nicole. Em entrevista posterior, a requerente apontou que o projeto da maternidade biológica foi adiado em função da ênfase que passou a dar ao processo de adaptação com Nicole, fato que dificultou ou mesmo inviabilizou que engravidasse devido a ter ficado "com idade mais avançada". Ressalte-se, no entanto, que não decorreu mais de três anos entre o momento em que Silvana conheceu Raul até a formalização do pedido de adoção em pauta.

Ao serem questionados sobre a importância da formalização do elo materno entre Silvana e a criança, tanto a requerente quanto o pai passaram a justificar suas pretensões com base numa possível separação conjugal ou no falecimento abrupto dele. Assim, repetiram várias vezes, ao longo das entrevistas, que se algo dessa natureza ocorresse, Nicole ficaria "novamente prejudicada", tal como quando sua mãe morreu. Na tentativa de melhor compreender essas preocupações, solicitamos que ambos falassem mais a esse respeito, possibilitando a expressão dos pensamentos e das fantasias a ancorar o suposto desejo em torno do ato de adotar.

Silvana pautou sua narrativa em formulações estritamente racionais, alegando

que se algo acontecesse com Raul, Nicole teria que vivenciar novos rompimentos uma vez que não havia "nada" que comprovasse a ligação existente entre ela e a menina. O discurso da requerente apontava o tempo todo para a relevância de se ter um documento que atestasse e garantisse o seu lugar na vida da criança, algo que pudesse sobrepor-se ao elo afetivo que antes havia assinalado. A ênfase também parece ter sido colocada no interesse da criança, como se novas perdas e ou rompimentos pudessem causar sofrimento apenas à menina.

Nesse sentido, Silvana forneceu outras tantas explicações dizendo inclusive que Nicole, quando mais nova, sentia-se "diferente das amigas porque só tinha pai", acentuando na sequência que a menina foi gradativamente se mostrando mais "segura" na medida em que o pai consolidou novo relacionamento e que ela se introduziu efetivamente no processo educativo e nos cuidados diários da criança.

O discurso da requerente, corroborado o tempo todo pela fala do genitor, não vislumbrava a sua condição de sujeito desejante, parecendo não haver espaço para que aquilo que fosse da ordem do seu desejo pudesse se manifestar na solicitação dessa adoção. Os sentimentos e as dificuldades de Nicole foram os elementos centrais a fundamentar esse pleito, tudo "em prol de Nicole".

O casal informou que a criança tinha ciência da existência e da natureza do processo judicial, tendo eles próprios explicado a ela a razão da adoção. Assinalaram, inclusive, que Nicole já havia comparecido ao Fórum para ser entrevistada pela assistente social judiciária. Diante dessa informação, indagamos como a criança se posicionava em relação à mãe biológica. Ambos disseram, de forma incisiva, que a criança não gostava de falar sobre "esse assunto" e que, quando em contato com terceiros, dizia apenas que tinha "duas mães".

Tendo em vista o pai ter dito, em uma das entrevistas, que a filha tinha relacionamento próximo com os avós, tanto paternos como maternos, questionamos as implicações da solicitação de adoção diante destes. Raul disse que seus pais apoiavam e que gostavam muito de Silvana. A requerente adiantou-se a dizer que seus pais também apoiavam e que gostavam muito de Nicole, tendo-a como "única

neta". Os avós maternos biológicos não foram sequer mencionados, razão pela qual insistimos com o questionamento, uma vez que, do ponto de vista legal, o deferimento de uma adoção pressupõe a prévia destituição do poder familiar, o que nesse caso nem seria necessário visto que o poder familiar materno foi extinto quando do falecimento da mãe biológica. Contudo, também a legislação prevê, nos Artigos 47 §1° e 2° que após o deferimento da adoção, haverá o cancelamento do registro original e a substituição do nome da genitora biológica pelo da adotante e de seus respectivos ascendentes.

Assim, em face da situação descrita, impunha-se verificar como os avós maternos estavam compreendendo e manejando tal situação e, na mesma medida, apurar o que a criança tinha condições de entender e como também lidaria com a extinção do nome da mãe e dos avós maternos de sua certidão de nascimento e, consequentemente, do próprio nome e de todos os demais documentos que a representassem ao longo da vida. Tais questionamentos parecem ter causado certa irritabilidade no casal, de modo que para colocar fim ao tema, Raul disse "não acho necessário informá-los ou saber a opinião deles (referindo-se aos avós maternos da filha), pois desde sempre sou eu que estou cuidando da minha filha, eu é que sou responsável por ela".

Em novas entrevistas com o casal, foi possível perceber que ambos tendiam a desqualificar a importância da mãe biológica para a criança, com alegações de que Nicole era apenas um bebê e sequer tinha lembrança dela ou de que a menina nunca fazia qualquer pergunta ou comentário sobre a mãe, não tendo curiosidade sobre esta. Outros elementos destacaram-se: Silvana, desde o início do relacionamento com Raul, havia deixado claro que não tinha interesse em conhecer e conviver com pessoas que tivessem relação com sua falecida esposa, justificando assim nunca ter sido sequer apresentada aos avós maternos de Nicole e também o fato de os avós e/ ou tios terem passado a buscar semanalmente a menina sem nunca mais terem tido acesso direto à sua moradia, desde que a requerente passou a residir lá.

Outro fato relevante diz respeito à ausência de fotos e outras recordações aces-

síveis à criança. Segundo disseram, não disponibilizavam para Nicole fotos de sua genitora porque isso não parecia ser importante para ela. Não sabiam dizer se a criança falava sobre a mãe com os avós e tios maternos, mas afirmaram que esse era um assunto inexistente no dia a dia da menina.

Com a criança, inicialmente, foi feita uma hora lúdica, na qual ela se revelou desinibida, falante, espontânea e inteligente. Enquanto manipulava alguns brinquedos, comentava sobre elementos de seu cotidiano, como o nome do colégio em que estuda, os cursos complementares que realiza e nomes e características de alguns de seus coleguinhas. Ao relatar algumas atividades rotineiras, expôs brevemente algumas situações da vida familiar. Diante da sugestão de fazer alguns desenhos, concordou rapidamente e, enquanto executava com muito capricho e envolvimento as suas produções gráficas, seguia fazendo comentários espontâneos e ricos de significados. Enquanto fazia o primeiro desenho livre, disse: "Sabia que a minha mãe usa aparelho até hoje, só que ela só põe à noite para dormir".

Depois perguntou: "Você quando fica brava, fala sozinha? Fala alto com você mesma?" E antes que eu respondesse qualquer coisa, ela acrescentou: "Eu faço isso também... (pausa) quando fico brava com a minha mãe". Nesse momento, indaguei: "Como assim?" Ela, então, subitamente, parecendo ter se lembrado de algo, disse: "Vamos mudar de assunto porque eu quero mudar o meu nome". Concentrou-se novamente no desenho e, depois de alguns minutos, comentou: "Eu gosto do meu nome, só que a mamãe quer que eu tenha o nome dela e fica insistindo". Ao explorarmos esse conteúdo, ela passou a explicar que todos os colegas da escola já sabiam escrever o seu próprio nome, mas que ela ainda não conseguia escrever o seu nome completo, que sabia apenas pronunciá-lo. Envereda então a falar quem era a sua melhor amiga na escola, até concluiu: "Eu não tenho melhor amiga, melhor amigo". Nesse momento, disse: "Pergunta quem é minha pior amiga". Aceitei a sugestão e ela então respondeu: "É a Bianca". Dando continuidade, revelou ter chegado ao fim do primeiro desenho, em que fez uma menina jogando futebol numa quadra, com traves e rede, arco-íris e algumas flores.

Fig. 1 – É a goleira protegida pelo arco e as flores. Parece dizer de sua necessidade de proteção.

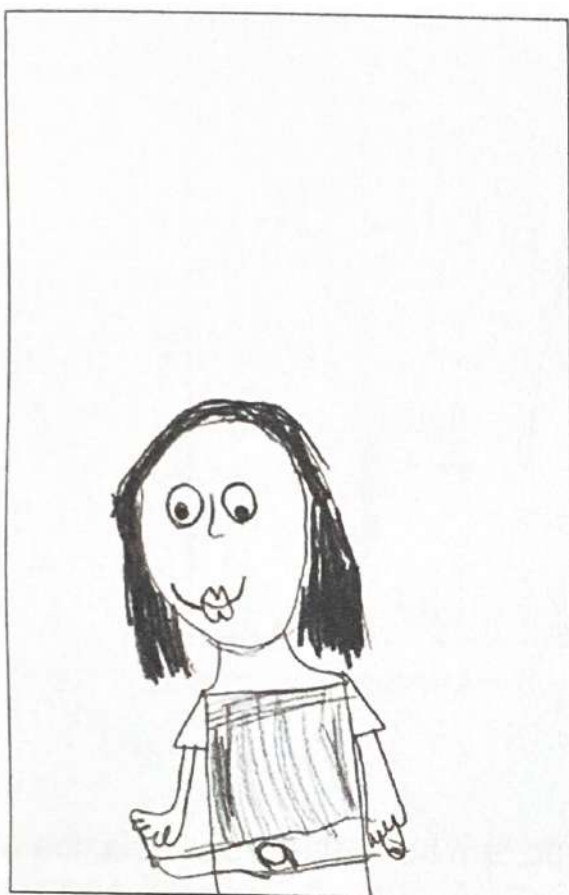
No segundo contato com a criança, depois de novas explorações lúdicas, alguns desenhos foram solicitados. No inquérito realizado após estes, os relatos da criança foram permeados de ricos conteúdos. Ao desenhar uma casa, Nicole disse que nunca a tinha visto e que ninguém a habitava. Contudo, depois de alguns segundos, retomou: "Quer saber? Acho que mora alguém sim" e apresentou o mesmo nome usado para designar a sua pior amiga, fazendo questão de acrescentar ao desenho já pronto a tal moradora (ver Fig. 2).

Entre um desenho e outro, comentou em voz alta: "Eu gosto do meu nome, só que a mamãe quer que eu tenha o nome dela e fica insistindo..."

Diante da sugestão para desenhar uma pessoa, Nicole indaga se pode fazer um autorretrato. Ao terminar o referido desenho, a menina perguntou: "Ficou feio?" e, na sequência, comentou: "Quando faço autorretrato, eu sempre acho que não fica bom". Ao desenhar uma pessoa de outro sexo, exclamou: "Já sei, vou desenhar o meu professor de artes". Mas enquanto desenhava, disse: "nossa, está parecendo o

Fig. 2 – Sentimento de invasão.

meu pai, ficou o meu pai pançudo, eu errei, não tem borracha?" Dando ainda alguns retoques finais no desenho, fez o seguinte comentário: "Posso te falar uma coisa? A minha madrasta não é minha mãe, a minha mãe mesmo é a Luciana" (no momento de dizer o nome da mãe, abaixa bruscamente o tom de voz e o sussurra em meu ouvido) (ver Figs. 3A e B).

Por fim, tendo em vista o aparente entusiasmo da criança para continuar a atividade gráfica e depois de indagar se eu estava cansada e se ela poderia realizar um último desenho, solicitei que desenhasse uma família. Nicole ficou visivelmente surpresa e ressabiada com tal solicitação. Ficou pensativa, entreolhou-me e depois disse: "Tá bom, vou fazer uma família na piscina". Pegou o lápis e começou a desenhar, quando então, disse: "Sabia que a água não é azul? Todo mundo pensa que é azul, mas é transparente. E sabia que o rosto das pessoas não é redondo? É oval". Interrompeu o desenho, ficou olhando para a folha de papel sem nada fazer e disse que estava ficando feio, que não estava gostando e que não queria mais desenhar.

Figs. 3A e B

Apesar de ser incentivada a finalizar, devolveu a folha, recusando-se a dar continuidade ao trabalho recém-iniciado, fato ocorrido apenas no último desenho (Fig. 4).

O tema em questão – família – parece ter suscitado, desde o momento em que foi proposto, considerável ansiedade na criança e, num movimento de livre associação, ela se pôs a falar de coisas que na verdade não eram o que pareciam ser, da mesma forma como já havia acentuado que Silvana, a quem chama de "mãe", também não era a sua mãe.

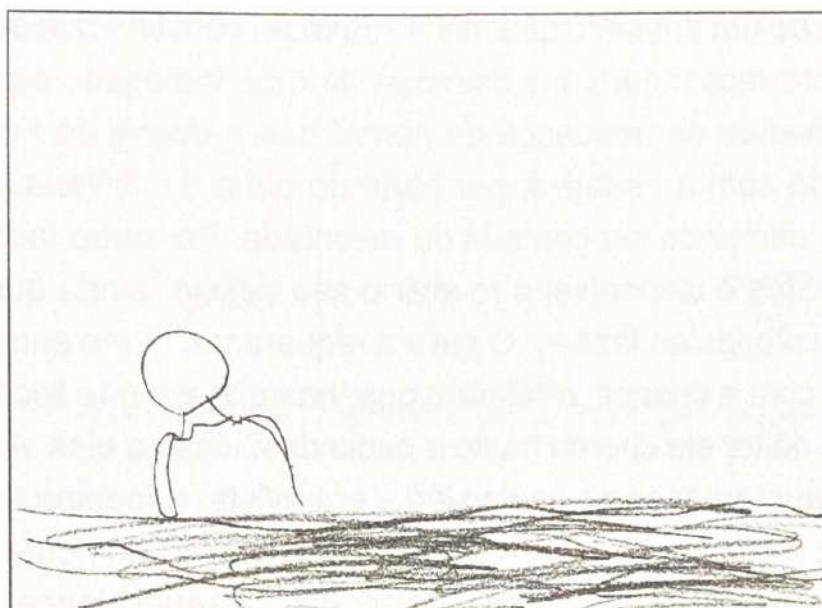



Fig. 4

Interessante observar que nas entrevistas com o pai e a requerente à adoção sequer o nome da mãe biológica da criança foi pronunciado. Apenas a criança fez questão de dizer o nome de sua mãe, embora não parecendo estar autorizada a fazê-lo, razão pela qual sussurra em meu ouvido. Nicole, mais de uma vez, abordou a solicitação insistente de Silvana para a mudança de seu "nome" (na realidade, o deferimento do pedido de adoção implicaria a modificação do sobrenome apenas). A criança foi capaz de elucidar, nos fragmentos de seus comentários, que sua mãe biológica permanece viva em seu mundo interno e que em sua representação de família está sim incluída, embora na interação familiar não encontre espaço para a legitimação de sua existência e dos afetos nela contidos, razão pela qual a menina, de fato, não formule perguntas ou comentários com o pai e a requerente.

Nicole demonstrou sentir-se amparada e protegida pelo pai e por Silvana e com ambos mantém vínculos de boa qualidade e permeados de afetividade. Por outro

lado, tem ciência de um passado que inclui sua mãe, convive com os avós maternos, que possivelmente reasseguram a memória da mãe biológica, e parece conseguir perceber que o pedido de "mudança de nome" que a trouxe ao Fórum está intimamente relacionado com a tentativa, por parte do pai e de Silvana, de obturação de uma história que não pode ser contada ou recontada. Por outro lado, embora sensível a esses aspectos e disponível a revelar o seu desejo, ainda que discretamente, parece sentir-se culpada ao fazê-lo. O pai e a requerente, numa entrevista posterior à última entrevista com a criança, relataram que, na noite em que Nicole esteve no Fórum, antes de se deitar ela chorou muito e pediu desculpas a eles. Assustados com a reação dela, perguntaram como havia sido a entrevista, a menina nada lhes contou, contudo, reiterou a sua concordância em fazer a mudança do nome.

Nas entrevistas subsequentes com os adultos, busquei elencar fatores que possibilitassem a ambos perceber que o pedido de adoção não parecia contemplar as demandas de Nicole e tampouco resguardavam o seu melhor interesse naquele determinado momento e que, no futuro, ela poderia ter maturidade e condições de compreender as implicações da medida e a possibilidade de expressar os seus desejos isenta da influência ou da vontade manifesta de seus cuidadores. Além disso, não sabíamos quais seriam as implicações do suposto deferimento da medida no tocante ao relacionamento de Nicole com seus avós maternos.

Embora pai e requerente se mostrassem relutantes a escutar e a ponderar outras alternativas, destaquei a possibilidade de Silvana assumir a condição de guardiã da criança, uma vez que a medida de guarda, conforme o Artigo 33 do ECA, estaria consoante com "a prestação de assistência material, moral e educacional", funções que a requerente vinha exercendo de fato. A guarda poderia ser cancelada a qualquer tempo e, no futuro, até ser modificada para adoção. Ambos se mostraram refratários às sugestões e a seus respectivos argumentos, reagindo com irritação e certa agressividade.

A modalidade de adoção unilateral representa uma alternativa viável e condizente com o interesse de algumas famílias e até mesmo de crianças e adolescentes

contemplados por esta medida e, indiscutivelmente, representa um avanço legal. No entanto, no caso descrito, o deferimento do pedido implicaria a operacionalização da morte simbólica da genitora no psiquismo da criança, podendo intensificar o processo de enlutamento e/ou dificultar a elaboração da vivência de perda.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil.* Outubro de 1988.

________. *Lei 8.069,* de 13 de julho de 1990.

________. *Lei 8.742,* de 7 de dezembro de 1993.

________. *Lei 12.010,* de 3 de agosto de 2009.

GRASSANO, E. *Indicadores psicopatológicos em técnicas projetivas.* São Paulo: Martins Fontes, 2012.

PAIVA, L. D. *Adoção – Significados e possibilidades.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.* Brasília, 2006.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade.* Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Capítulo 2

Clara: Curando Feridas

Marcia Regina da Silva

> *Aprendi a controlar as tendências especulativas e a seguir o conselho não esquecido de meu mestre Charcot: olhar as mesmas coisas repetidas vezes até que elas comecem a falar por si mesmas.* (Sigmund Freud[2])

Na narrativa deste caso clínico[3], ao me deparar com um material bastante extenso, procuro seguir a proposição de Mezan, que se baseia em "O homem dos ratos" (FREUD, 1909):

> Desta massa é preciso extrair uma estrutura, ou seja, uma configuração que Freud chama de *sichtbar*, visível, um pouco como se fosse uma radiografia do caso, mostrando a estrutura óssea que está por baixo da massa de pele, carne e músculos que a recobre. O que vai aparecer são alguns elementos que permitem compreender a ossatura. (MEZAN, 1998, p. 177-8)

---

[2] Cf. "A história do movimento psicanalítico". *Obras completas de Freud*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1974; p. 33.

[3] Neste relato, todos os nomes e muitos dados foram alterados para preservar a identidade da criança e de seus familiares.

A partir das observações clínicas, subimos, então, na escala da abstração até as construções e interlocuções teórico-clínicas.

Clara

Atendi a menina Clara por quase um ano e meio, uma vez por semana, de setembro de 2013 a dezembro de 2014. Encerramos o trabalho nessa data devido a mudanças de trabalho dos pais, que passaram a residir em outro município.

Eliana e Pedro, ela formada em Letras e ele, em Direito, adotaram Clara, de 5 anos, e Joaquim, de 2 anos, havia três meses. Os irmãos viveram em um abrigo, Clara desde os 3 anos e Joaquim desde bebê.

Os pais buscaram atendimento psicológico para Clara porque ela apresentava dificuldades no relacionamento com as pessoas e eles não sabiam o que fazer: "(...) ela é malcriada, agressiva, é difícil. Clara precisa de ajuda porque morou com a mãe até os 2 anos, já Joaquim não, foi para o abrigo ainda recém-nascido, da maternidade".

Um recorte da história de Clara

Nas primeiras conversas que tive com os pais, Eliana e Pedro me contaram a história dos filhos e da adoção. A mãe biológica de Clara e Joaquim era usuária de *crack* e o pai estava desaparecido. Clara foi encontrada pela polícia em uma manhã muito fria, em uma casa cheia de ratos, após denúncia de vizinhos. Estava sozinha, com hematomas, suja, gritava havia horas e, assustada, dizia que o rato tinha comido toda a sua comida. Vivia com a mãe, que tinha apenas 16 anos de idade. A policial que encontrou Clara passou a manhã toda na casa aguardando alguém da família; nesse período, cuidou da menina, providenciou banho, remédios e comida. Como os pais não apareceram, Clara, com dois anos na época, foi levada para uma instituição de acolhimento da região leste de São Paulo.

Quando Clara chegou ao abrigo estava muito machucada, com marcas e hematomas. Durante o período de sua permanência na instituição, por três anos, não recebeu visitas da mãe ou de outros parentes. Clara e Joaquim foram encaminhados para adoção. Um casal chegou a adotá-los, mas os devolveram dizendo que "não conseguiram amar a menina".

Na terceira tentativa de adoção, as crianças foram viver com um casal que era voluntário do abrigo. Fizeram despedida com festa, bolo, desligaram-se da instituição e da escola. Porém, novo abandono: o casal devolveu Clara e o irmão, justificando que era impossível conviver com Clara – os dois achavam que ela tinha algum problema psiquiátrico e não a queriam mais.

Depois de tantas rupturas, Clara dizia que não queria mais ser adotada, que viveria no abrigo. Porém, após alguns meses, o Fórum encaminhou Eliana e Pedro para conhecerem as crianças: "Foi amor à primeira vista, nos apaixonamos por elas logo de cara, eram nossas crianças".

Logo que chegaram a casa, Clara chamou os dois de papai e mamãe. Pedro se dizia mais tranquilo diante da nova situação e Eliana se posicionava com afeto, mas com maior firmeza diante dos transbordamentos da menina, quando contrariada.

Porém, Clara mostrava-se muito apegada à mãe, dizendo que seu nome era Elianinha, querendo imitá-la em tudo, nas roupas, na forma de prender os cabelos. Com frequência, era mais amorosa com a mãe, gostava de ajudá-la nas atividades da casa. Quando fazia coisas "erradas", como quebrar sem querer uma xícara ou o pote de xampu, escondia os objetos com medo de levar bronca.

Os pais foram orientados pela psicóloga do Fórum a dizer que a amavam e que nunca a devolveriam ou abandonariam. Fizeram, também por orientação do Fórum, um álbum com fotos, o "álbum do bebê". Clara se mostrava vaidosa, adorava que cuidassem de seus cabelos. Os avós gostavam muito das crianças.

Os problemas maiores ocorriam quando era necessário dar uma bronca em uma delas; nessas ocasiões, Clara e Joaquim gritavam como se os pais as estives-

sem matando. Quando me trazia essas situações, Eliana chorava e relacionava o comportamento dos filhos com as vivências de abandono: “Aí, eu penso um monte de coisas... Minhas crianças tão pequenas e tão sofridas; Joaquim agora com dois aninhos, foi para o abrigo ainda bebê. Eles ficaram tanto tempo lá, e eu esperando três anos na fila de adoção!”

Apesar de tantas dificuldades, os pais, unidos e amorosos, expressavam que a relação entre eles vinha melhorando a cada dia, mas ainda passavam por momentos desafiadores com Clara. Contavam situações como a de querer sentar no colo de pessoas estranhas, abraçar desconhecidos, expressando vínculos indiscriminados, além de constantemente fazer birras e não aceitar ser contrariadas. Eliana dizia: “Parecem marcas do abandono”.

Certa vez, em uma casa de parentes, colocou fogo no guardanapo. No restaurante, espalhou toda a comida na mesa e no chão. O pai tentou dar limites, mas ela aos gritos dizia que ele não era seu pai. Clara era muito mais agressiva com o pai.

As crianças queriam assistir todos os dias só a um determinado programa televisivo: “Chiquititas”, como faziam no abrigo. Diziam que elas trouxeram muitos costumes de lá, como o gosto por esses programas de TV considerados por eles muito ruins. Os pais se incomodavam, pois, percebiam que se tratavam de resquícios do abrigamento coletivo. No caso de Clara, embora tivesse uma família, parecia-lhes que ainda se sentia órfã.

Às vezes, Clara e Joaquim, juntos, davam muito trabalho em lugares públicos, como encher a boca de doces, gritar, mexer onde não deviam. Eliana parecia compreender que esse momento passaria, que precisava oferecer confiança e educá-los, mostrando que assumiu para valer essas crianças, emocionando-se várias vezes durante nossa conversa e a todo o momento lembrando que esperaram na lista do Fórum por três anos: “Essas crianças foram muito desejadas...”

Na ocasião do atendimento, Clara estava na primeira série; já alfabetizada; era inteligente e esperta e apenas apresentava dificuldades na articulação de algumas palavras.

A primeira hora do jogo

Em nosso primeiro encontro, Clara chegou sonolenta, no colo da mãe, agarrada em seu pescoço. As duas eram incrivelmente parecidas fisicamente, com lindos e longos cabelos cacheados, da mesma cor e usando o mesmo penteado. Faço aqui um adendo: o fato de um casal desejar adotar uma criança parecida com ele é, muitas vezes, entendido como preconceito. Mas penso que, na maioria dos casos, desejar um filho semelhante em termos de características físicas, além de atender aos ideais narcísicos, como a sensação de completude e continuidade da própria existência, traz a sensação de que aquela criança lhe pertence, apaziguando a angústia e a dor de não poder gerar.

Clara entrou na sala não muito receptiva, mas curiosa a respeito dos brinquedos. Logo pediu para sair e abraçar a mãe. Observei que se tratava de uma criança tensa, mas atenciosa comigo, com noção de limites e procurando corresponder quando orientada. Conversei com ela sobre os nossos encontros, horários, sobre brinquedos e, aos poucos, ela pareceu ficar mais tranquila; porém, várias vezes continuou pedindo para ir abraçar a mãe, o que sempre permiti. Entendi essa necessidade como certa desconfiança em relação a mim e também como forma de garantir que a mãe não fosse embora, não a abandonasse.

E assim transcorreu o primeiro atendimento: nesse jogo de se afastar e reencontrar a mãe, Clara me comunicava o quanto precisava cuidar da angústia: de perda, de abandono, de separar e encontrar.

O jogo do perder, encontrar, confiar e cuidar

No segundo encontro, um belo dia de sol, estava em meu consultório aguardando a chegada de Clara quando escutei um grito no portão: *Psicólica! Psicólica!*

Era ela brincando comigo: estava atrás do pé de louro: "Psicólica, vem me achar!" Continuou escondendo só uma parte do corpo e acreditando que eu teria de

fazer muito esforço para encontrá-la. Entrei no seu jogo lúdico ali mesmo, no quintal do consultório, o que a levou a gargalhar de prazer quando, finalmente, a encontrei. Clara então procurou a mãe, sorrindo, e subiu em seu colo, beijando-a e dizendo que ela era linda. Desceu do colo e, ainda na recepção, me pediu água.

Eliana acenou para que eu aguardasse, pois queria colocar um curativo no machucado do pé de Clara, provocado pelo sapato. Com delicadeza, cuidou da menina. Em seguida, Clara correu para a sala, mais sorridente, foi até a casa de madeira e começou a atirar longe os bonecos e objetos que estavam lá dentro. Pegou um boneco e disse *pai feio*, jogando-o longe; depois, pegou a boneca menina e disse *menina feia*, repetindo o gesto. Selecionou alguns brinquedos: bonecos da família, pai, mãe e suas meninas. Olhou para mim e pediu meu xale, colocou-o na cabeça e pediu para sair e mostrar para a mãe – na sala de espera, brincou com Eliana, dizendo: *eu sou a Chapeuzinho Vermelho*. Voltamos à sala eu perguntei: "Chapeuzinho Vermelho, onde está o lobo"? Clara respondeu rapidamente: *Eu sou o lobo*! Digo para o lobo entrar e que podemos conversar sobre esse seu lado lobo feroz. Sorri e diz: *eu brigo muito*. Digo que parece que quando briga com seus pais se sente feia e feroz como o lobo.

Em seguida, pegou o termômetro de brinquedo e disse que eu estava com febre. Colocou o termômetro em mim: *Nossa, bebezinho, você está com muita febre*. Sentou no meu colo e disse: *Eu estou no seu colo, mas você é o bebezinho, viu?! Eu sou a médica, tá?* Concordei e perguntei por que o bebezinho estava com febre:
— Você está com febre porque escutou muitos barulhos e gritos... — respondeu, e continuou: — Sabe, às vezes, esse bebê é ruim, ele ficou com gente ruim e ele ficou ruim... Você está com catapora, vou ter que colocar remédio nas feridas da catapora, espera um pouco. Digo a ela que podíamos conversar e procurar juntas compreender como esse bebezinho se sente e que eu sabia que ela queria brincar de cuidar de mim, sua terapeuta-bebê, sendo ela a pediatra boa e amorosa.

Clara mostrou que sabia brincar de faz de conta, o que revela acesso ao pensamento metafórico; isto é, teve acesso a uma capacidade de simbolizar, de me colocar

no lugar da criança ferida do passado para cuidar de si mesma, através de mim, o que é um importante dado de sua saúde mental. Percebia, assim, que interiorizava, nas vivências atuais, identificada com a mãe adotiva, o amor materno e a condição de cuidadora.

Mesmo com um ambiente que foi tão falho, vejo como respondia amorosamente, mostrando apresentar recursos internos.

Clara foi até a pia e molhou pedaços de guardanapos de papel com sabão líquido, imitando algodão com remédio. Nesse momento, falei para ela o quanto era criativa, pois transformou o lenço de papel em algodão, e brincava comigo criando todas essas histórias. Ela me olhou e sorriu. Começou a passá-lo no meu rosto, nas supostas marcas, sempre com cuidado, mas me molhando um pouco; por várias vezes, foi até a pia e voltou. Dizendo que o bebê estava com frio, pegou o xale e me cobriu.

Penso que o bebê com frio representava o bebê abandonado, marcado pela falta do afeto necessário. As marcas da catapora certamente representavam os ferimentos que sofrera e, agora, expressava no próprio corpo.

Essa foi uma das sessões mais lindas que realizei no atendimento de crianças. Clara, uma menina inteligente, parecia expressar o quanto precisava de cuidados. Ela trazia angústias arcaicas, de pele, de marcas corporais. Em seu jogo lúdico, colocou-me no lugar do bebê que precisava de cuidado, mas ela também era o bebê e eu, a "médica", em quem ela começava a confiar para cuidar de seus machucados. Assim, ao cuidar do bebê com catapora, incorporando o papel da pediatra, Clara parecia querer saber se eu poderia cuidar dela: *Você vai colocar remédio nas minhas feridas?* Predominava uma dinâmica amorosa, de cuidados e reparações.

Aqui, guardadas as proporções, pois se trata de uma situação diferente, Clara me lembrou Esmeralda Ortiz, que, com a coordenação do jornalista Gilberto Dimenstein, escreveu um livro contando sua história, intitulado: *Esmeralda: por que não dancei* (2000). Ela foi uma criança que, como Clara, encontrou um mundo adverso, tendo tudo para "dançar", mas não dançou.

No livro, Esmeralda diz que esteve nas ruas desde os 8 anos, convivendo com a violência, as drogas, a indiferença. Mas chega ao "fundo do poço" e consegue reconstruir sua vida, buscando forças diante de tantas situações disruptivas. Com intuição e inteligência, mostra como lidou com a adversidade. Recebeu ajuda de projetos sociais, que ofereciam oficinas para crianças e jovens, buscando formas atraentes de tirá-los das ruas. Escreveu: "Como é gostoso um chuveiro (...) vai limpando a gente por dentro e por fora (...)" (ORTIZ, 2000, p. 19). Ela fala do prazer pela vida, de seus sonhos, que conseguiu resgatar, quando destaca:

> Eu presa dentro de mim, eu me sentia numa prisão por causa desses sentimentos de raiva (...) Eles me deixavam rebelde, agressiva e com medo. Eu culpava todo mundo, só eu era a boazinha (...) Eu acho legal cada vez que vou me perdoando e perdoando as pessoas... (ORTIZ, 2000, p. 194)

Esmeralda fala da predominância do amor dentro de si, do que pôde reconstruir a partir do perdão, da reparação, do enfrentamento da dor, da raiva, da destrutividade. Porém, lendo o livro, percebemos que ela carrega as marcas da inviabilidade e, defendida, vive sempre à espreita de armadilhas.

Voltando à Clara, também observava nessa criança o desejo e a força de vida, expressos no jogo criativo e em seus gestos amorosos. Havia o desejo pela vida, como um banho gostoso, que toca a pele e leva consigo as marcas. Contudo, sua aparente autonomia me chamava a atenção. Parecia defendida dos seus sentimentos de medo e de desconfiança do outro, do ambiente, também à espreita de uma possível armadilha.

Clara em várias sessões repetia no jogo que queria cuidar de mim, terapeuta-bebê, sendo ela a pediatra cuidadora. Percebia, assim, que interiorizava, nas vivências atuais, identificada com a mãe adotiva, o amor materno e a condição de cuidadora. Porém, como também ocorria na casa com os pais, chamava minha atenção essa necessidade de cuidar dos outros e de fazer tudo sozinha, pouco pedindo ajuda.

Quando estava em apuros na sessão, como certa vez em que molhou a manga da blusa, e eu tentava ajudá-la, ela logo respondia: *eu sei fazer sozinha, não preciso, eu me viro...*

Esse desejo de ser sábia, e de suplantar os "grandes" em sabedoria, me faz lembrar do texto "O sonho do bebê sábio" (1990), um belo texto de 1923, de Ferenczi. Nele, o autor relata o sonho de uma paciente, no qual um recém-nascido, no berço, prodigiosamente se põe a dar palestras e a dar sábios conselhos aos pais e a outros adultos. Parece que ocorre aí a clivagem narcísica do ego, como defesa do traumático, um curioso processo de amadurecimento deformado e precoce – a progressão traumática – que torna a criança um bebê sábio, que cuida de si e dos outros, ao preço de renunciar ao infantil e terno. Diante do medo e do desamparo provocados pelo trauma, a criança não usa o recalque, e sim outra defesa, a "autoclivagem narcísica".

Esse bebê que se sentou no meu colo, dizendo que era a pediatra, adulta e cuidadora, representava então uma parte do ego de Clara precocemente desenvolvida, tendo por tarefa socorrer a criança desamparada (o bebê no colo, com catapora), por isso "sábia" para a idade que tinha – na analogia do autor: como a fruta que amadurece precocemente quando bicada por pássaros. Por isso, a importância da confiabilidade no ambiente analítico, que possibilitava a regressão.

Certamente, o curativo que a mãe fez em Clara, na sala de espera, acabou reavivando angústias muito arcaicas. Penso que, através das marcas da "catapora", minha paciente falava de outras marcas. O bebê ouviu barulhos e gritos, havia gente ruim, e talvez ela tenha se identificado com esse "ruim"; seria, talvez, a identificação com o agressor, de que falam Ferenczi (1990; 2011), originalmente em 1932 e 1933, e Anna Freud (2006), originalmente em 1936.

Anna Freud (2006) adverte que uma criança introjeta certa característica de um objeto causador de ansiedade para, assim, assimilar essa experiência que sofreu. O mecanismo de identificação ou introjeção combina-se com outro mecanismo. Na identificação com o agressor – pessoa mais velha –, a criança se identifica com as

ameaças de punição e, na formação do superego, internaliza críticas dessas pessoas ao seu comportamento.

Quando a criança repete várias vezes esse processo de internalização e introjeta as qualidades do agressor, tornando suas as características e opiniões dele, está fornecendo material a partir do qual o superego poderá adquirir forma.

A crítica internalizada não é ainda transformada em autocrítica, mas dissociada da atividade repreensível da própria criança e dirigida para o mundo exterior. O mecanismo de identificação com o agressor é suplementado por outra medida defensiva, ou seja, a projeção da culpa. Um ego que, com a ajuda do mecanismo de defesa da projeção, evolui nesse sentido, introjeta as autoridades a cuja crítica está exposto e incorpora-as no superego. Aprende o que é considerado censurável, mas se protege, mediante esse mecanismo de defesa, da desagradável autocrítica.

Um exemplo interessante ilustrado por Anna Freud (2006) é o caso de um menino de uma escola primária, relatado pelo psicólogo August Aichhorn. Queixou-se o mestre do hábito do menino de fazer caretas quando repreendido, o que este entendia como algo desrespeitoso ou anormal, algum tipo de tique. Na consulta com o psicólogo, o menino também começou a fazer caretas, mas só quando o mestre e o aluno foram juntos à sessão é que a situação foi explicada. Observando os dois atentamente, Aichhorn viu que as caretas do menino eram simplesmente uma caricatura da expressão de raiva do professor e que, quando ele teve de enfrentar uma bronca deste, tentou dominar sua ansiedade ao imitá-lo. O menino se identificou com a raiva do professor e copiou sua expressão enquanto ele falava. Através de suas caretas, estava então se identificando com o que era temido, com o agressor.

Nesse exemplo, Anna Freud (2006) diz que as armas e armaduras são atributos viris, evidentemente simbolizados no professor que tinha força. A criança, ao se identificar, defende-se contra a mortificação narcisista. É um exemplo que ilustra um processo em que uma criança introjeta algumas características de um objeto de ansiedade e, assim, assimila uma experiência de ansiedade que sofreu. Aqui, o mecanismo de identificação ou introjeção é combinado. Por personificar o agressor,

assumindo seus atributos ou imitando sua agressividade, a criança se transforma da pessoa ameaçada na pessoa que faz a ameaça.

Ferenczi (1990) contribui que, na experiência traumática, a dor pode ser vivida de forma tão extrema que a criança precisa distanciar-se de si mesma, afastar-se de seu psiquismo e de seu corpo. As descrições do autor em relação à comoção psíquica aludem sempre ao medo, à ameaça de catástrofe, de morte. O "choque" é equivalente à aniquilação do sentimento de si. O desprazer provocado pela comoção traumática é tão intenso que está além de ser representado ou recalcado. A dor tem um efeito anestésico, sem conteúdo de representação é inatingível pela consciência (FERENCZI, 1990, p. 73).

Do trauma ficam, assim, as marcas corporais, excluídas do sistema da memória, que reapareceriam na cena analítica como manifestações de símbolos mnésicos corporais. Diante da dor intensa produzida pelo choque traumático, a criança se vê obrigada a se submeter à vontade do agressor, a obedecê-lo, esquecendo-se de si e com ele se identificando. Conforme Ferenczi (2011c), essa identificação é, como vimos anteriormente, uma estratégia de sobrevivência: como não pode "romper" com o agressor, a criança rompe consigo mesma, com uma parte de si e, assim, incorpora-o dentro de si, identificando-se com a culpa dele, tornando-se, ao mesmo tempo, inocente e culpada.

Experiências de amor e reparação

Nas sessões seguintes, Clara pediu para brincar de bebezinho novamente. Como sempre, eu deveria me sentar na poltrona, levantar minha perna e dizer que era um bebezinho que ficava sozinho, a mãe não cuidava do bebê e ele estava muito sujo. Então, ela pegava algodão, molhava e passava, desta vez meu tornozelo, dizendo: *Bebezinho, eu sou uma médica muito boazinha, vou cuidar de você... você está sujo* – e complementava, advertindo: "A mãe dele dava comida podre pra ele".

Clara dramatizava comigo um momento muito regressivo, de traumas cumulativos, os maus cuidados. As sessões de análise tornavam-se, assim, momentos de reconstrução. Muito claramente, essa garotinha trazia o bebê com feridas que precisava ser cuidado, olhado, que precisava contar com outra figura parental confiável.

Minha paciente passara por duas devoluções, vivências que geram sofrimento a todos os envolvidos: crianças, famílias e profissionais. O contato com esses dramas nos provoca muitas indagações: o que pensa, deseja e sente?

Nas adoções malsucedidas, quando a criança é devolvida, a devolução é uma reedição do abandono. A criança vive ansiedades (angústias inconscientes) que vêm de fontes profundas e tornam o seu processo de elaboração lento. Penso que o tema traumatismo psíquico foi muito relevante nos primórdios da psicanálise, no núcleo das primeiras teorizações, e continua sendo para casos como o de Clara.

Marcia Porto Ferreira (2011) diz que o trauma resulta daquilo que não foi elaborado, expondo o sujeito a um montante de excitações pulsionais que o tomam de surpresa, de modo que se torna difícil ou impossível inseri-las nas séries psíquicas, pois não podem ser simbolizadas e, depois, recalcadas, chegando à formação de um sintoma. Há, pois, um excesso de estimulação que não pode ser elaborado, na medida em que o sujeito não consegue dar vazão psíquica a esse montante de energia; o traumatizado permanece, então, fixado ao evento traumatizante.

Na adoção de crianças, situações potencialmente traumáticas poderiam produzir efeitos intensos permanentes para todo o psiquismo, determinando os rumos de uma vida e de uma história de adoção.

Winnicott (1965/1975) diz que o trauma implica uma demasiada intrusão súbita de fatos reais que, pela falha ambiental, provoca sentimentos de raiva e desconfiança no objeto bom introjetado. Desconfiança no amor, nos cuidados maternos da mãe ambiente.

Pensamos que o espaço clínico facilita a elaboração de lutos decorrentes das separações já vividas e revividas no momento de colocação em família adotiva, e

os deslocamentos transferenciais podem levar a criança a se apropriar dessa nova família.

Winnicott (1997), no texto "Armadilhas na adoção", de 1954, contribui dizendo que crianças provenientes de um ambiente hostil, que passaram por diversas situações de rupturas e violências, provocam nos pais adotivos a necessidade de eles exercerem o papel não apenas de pais, mas também de "pais-terapeutas", precisando suprir e reparar sofrimentos, angústias, deficiências ambientais dessas crianças, os "machucados" do real e do imaginário.

A importância do brincar na sessão analítica

Melanie Klein contribuiu para a psicanálise desenvolvendo a técnica do brincar. As concepções proto-kleinianas levaram à ideia de que a criança sofre frequentemente de angústia, o que seria um motivador para a análise que, se iniciada precocemente, daria a ela a possibilidade de se desenvolver bem.

Em seus estudos do caso Rita, Klein (1923/1996b) descreve a atitude da criança diante de uma interpretação profunda: de início, mostra-se distraída e desatenta, passando para outro assunto; até que, no momento seguinte, uma brincadeira ou um desenho mostra que a interpretação foi aceita.

Foi assim com Clara. Quando retomei as situações de jogo que minha paciente propôs: quando brincava com a mãe de "Chapeuzinho Vermelho" e, ao nos entrarmos na sala, perguntei do lobo, Clara respondeu que ela era o lobo. Permiti, então, que seu lado "lobo" aparecesse na sessão. Depois, iniciou seu jogo de cuidar das feridas do bebê; ao passar algodão molhado em meu rosto, perguntei por que o bebê estava com febre, ela então me revelou, baixinho: ele escutou barulhos, gritos... viveu com gente ruim... ficou ruim – ruim como um lobo feroz. Por meio dessa imagem de lobo, Clara me revelava suas fantasias de que não fora um bebê bom; oscilava entre a médica boazinha, que cuida, e a má, que acreditava ter dentro dela.

Minha paciente se referia, ali, às angústias mais arcaicas, de experiências de

contato, de carinho, de pele e de relações violentas com outros adultos do passado. Diante do silêncio, da negação do abuso ou da desautorização das impressões infantis, a criança não pode, com seus precários recursos psíquicos, construir uma significação para a experiência vivida. Sem a ajuda de um terceiro que possa reconhecer o sofrimento e a perplexidade infantis, que possa mediar para que o ocorrido tenha algum sentido e seja metabolizado psiquicamente, a criança fica abandonada às suas próprias forças. Parece que, neste caso, a subsequente relação estabelecida entre criança e pais adotivos pôde proporcionar-lhe estabelecer novos vínculos afetivos, reparadores.

Eliana e Pedro, embora angustiados, eram de fato pais dispostos a suportar as projeções e manifestações de angústias de separação, os traumas e desamparos de Clara, expressos quando ela, ao ser contrariada, quando queria alguma coisa e não recebia de imediato, jogava objetos ou os xingava de malditos, velho feio. Nesses momentos, os pais seguravam o choro e tentavam, com firmeza e de forma afetuosa, colocar limites, buscar um diálogo que levasse a pensar e a uma confiança maior no amor.

O brincar criativo de Clara, como coloca Winnicott, tem como posição o espaço potencial existente entre ela e a mãe adotiva:

> [...] o amor da mãe, ou do terapeuta, não significaria apenas um atendimento às necessidades da dependência, mas vem a significar a concessão de oportunidade que permita ao bebê, ou ao paciente, passar da dependência para a autonomia. (WINNICOTT, 1975, p. 150)

Elisa Maria de Ulhôa Cintra, em *Pensar as feridas* (2007), destaca que, para Klein, fazer luto é realizar todo o trabalho da elaboração simbólica da perda, adquirindo, assim, a condição de processar os afetos a ela ligados. Uma criança que perde os pais, que são suas figuras de proteção, sente-se completamente desolada e revoltada.

> A ansiedade, a culpa e o penar combinados à raiva, à impotência e aos sentimentos de humilhação e desamparo tornam muito difícil aceitar, digerir e modificar os afetos que foram mobilizados... O ferimento da perda precisa ser curado, a ferida precisa ser "pensada". Os médicos sabem que uma ferida precisa ser "pensada" com remédios e curativos. O analista, médico de feridas afetivas, pode ajudar a transformar alguns afetos, acompanhando a pessoa, escutando-a, dedicando-lhe um tempo, convidando-a a tomar certa distância dos acontecimentos em sua brutalidade factual, e desenvolvendo, junto a ela, palavras e pensamentos a respeito de si e do mundo, que agem como remédios da alma. Os afetos transformados não deixam de ser o que são: amor, inveja, vergonha, culpa, etc., mas tornam-se digeríveis e dão colorido e riqueza à vida psíquica. (CINTRA, 2007, p. 314)

Aprendemos que curar as dores psíquicas não é anestesiar-se, mas ampliar a capacidade de suportá-las e transformá-las. Esse analista a que Elisa Maria de Ulhôa Cintra (2007) se refere, é o médico das feridas afetivas de Clara, que mostrou no jogo que queria cuidar de mim, terapeuta-bebê, sendo ela a pediatra cuidadora. Percebia, assim, que interiorizava, nas vivências atuais, identificada com a mãe adotiva, o amor materno e a condição de cuidadora.

O caso Claro nos leva a pensar que, na adoção, no ambiente facilitador, com o *holding*, a criança aos poucos terá no perder e encontrar, no brincar, na sobrevivência do objeto a confiança necessária no objeto bom introjetado e nas relações interpessoais.

Referências

CINTRA, E. M. U. Pensar as feridas. In: *O livro de ouro da psicanálise*. O pensamento de Freud, Jung, Melanie Klein, Lacan, Winnicott e outros. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

FERENCZI, S. (1932). *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

________. *Obras completas*. v. IV. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FERREIRA, M. P. *Traumas não elaboráveis*. Clínica psicanalítica com crianças. São Paulo: Zagodoni, 2011.

FREUD, A. (1936). Identificação com o agressor. In: FREUD, A. *O ego e os mecanismos de defesa*. Trad. Francisco Settíneri. Porto Alegre: Artmed, 2006.

KLEIN, M. (1940) Luto e suas relações com os estados maníaco-depressivos. In: KLEIN, M. *Obras completas*. Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

MEZAN, R. *Escrever a clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

ORTIZ, E. C. *Esmeralda: por que não dancei*. Coordenação do Projeto Gilberto Dimenstein. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

WINNICOTT, D. W. (1971) *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Capítulo 3

Léo e sua Varinha Mágica: Um Episódio de Quase Devolução[4]

Marcia Regina da Silva

No contexto atual, o que se espera e procura é que a psicanálise, retomada incessantemente e reinventada a cada dia, volte e venha a ser a novidade que não envelhece apesar do tempo. (Luís Cláudio Figueiredo[5])

O conhecimento científico se articula à escuta clínica, produzindo um novo pensar, com avanços e recuos que fazem parte da habilidosa arte de experimentar. Comungamos dessa ideia e entendemos que, nos casos de pacientes traumatizados, a escuta do analista, antes do estabelecimento de uma teoria, é ainda mais fundamental – quando a teoria se torna insuficiente, devemos sempre retomar a clínica.

Trata-se da *psychanalyse hors mur*, ou clínica ampliada, que tem como proposta responder aos novos limites, externos e internos, da chamada "clínica-padrão", posicionando-se diante das demandas sociais e buscando novas formas de teori-

---

[4] Neste relato, todos os nomes e muitos dados foram alterados para preservar a identidade da criança e de seus familiares.

[5] In: *As diversas faces do cuidar*: novos ensaios de psicanálise contemporânea. São Paulo: Escuta, 2009, p.21.

zar e praticar psicanálise, indo além do consultório. Conforme Figueiredo (2009), o psicanalista muitas vezes é chamado a exercer seu trabalho fora dos enquadres tradicionais.

Léo

A escuta clínica do casal Tânia e Roberto, pais adotivos de Léo, ocorreu primeiro no serviço-escola , quando eles solicitaram orientação psicológica por estarem decididos a devolver o garoto, que estava com o casal havia dois anos. Eles foram encaminhados ao serviço pela psicóloga judiciária, que os acompanhara[6] durante todo o processo de adoção, para que obtivessem apoio nesse momento de crise e pudessem refletir melhor sobre o impulso de devolver a criança.

O casal havia adotado Léo, de 12 anos de idade, e seus dois irmãos – Beatriz, de 6 anos, e Luca, de 9, já devolvido depois de permanecer com a família durante quatro meses. Na verdade, Tânia e Roberto solicitavam ajuda para Léo, que, segundo eles, depois da volta de Luca ao abrigo, passou a ter comportamentos "insuportavelmente rebeldes", acentuando-se a indiferença em relação aos pais.

A família permaneceu em atendimento familiar no serviço-escola da universidade durante um mês. Nesse primeiro período, participaram dos atendimentos dois alunos estagiários do 5º ano do curso de Psicologia – os pais foram então acolhidos nesse momento de crise, o que foi profilático, mas a questão principal, que era o relacionamento com Léo, ainda os preocupava. Depois de um mês do período de recesso acadêmico, entrei em contato para darmos continuidade ao trabalho; foi então que os pais solicitaram atendimento em meu consultório particular.

---

[6] Este laboratório de pesquisas foi idealizado e implantado por mim (início em 2008), com ajuda dos alunos e apoio das coordenações do curso de Psicologia (Simone Domingues) e do Núcleo de Estudos e Atendimento Psicológico (Valter D'Angelo).

A história da adoção e a escuta inicial dos pais

Tânia e Roberto, ela fisioterapeuta e ele bancário, sempre desejaram filhos, mas tinham problemas de infertilidade. Procuraram ajuda porque estavam com dificuldades com o filho Léo. Em nossos primeiros encontros, contaram que a adoção surgiu como possibilidade de realizar o sonho de ter uma família, com crianças para brincar e "alegrar a casa". Durante o processo, chegaram a participar do grupo terapêutico realizado na universidade (projeto que coordeno) e, logo após, receberam o chamado da psicologia da Vara da Infância indicando para eles uma menina, na época com 5 anos de idade, o que estava de acordo com o perfil da criança que desejavam. Ansiosos, foram conhecer Beatriz no abrigo. Quando lá chegaram, descobriram que a menina tinha mais dois irmãos – Luca, de 7 anos, e Leonardo, de 10. Sem muito tempo para refletir, logo decidiram adotar os três, talvez porque estivessem encantados com Bia, que expressou o desejo de não se separar dos meninos. Logo receberam a guarda judicial e foram autorizados a levar os três irmãos para casa.

No primeiro atendimento aos pais, escuto o casal entristecido e descrente de qualquer mudança: Ele, o Luca, não nos queria, fez de tudo para ir embora, ele dizia que queria voltar para a mãe, contou Tânia. Não sabíamos da situação das crianças, da história, se eu soubesse tinha me preparado, advertiu Roberto. Depois que Luca voltou ao abrigo, Léo, o irmão mais velho, cuidadoso com seus irmãos, passou a ser "o problema da casa", segundo os pais:

> Ele não faz nada que a gente pede, se revelou após Luca ir embora, ignora tudo, não ajuda em nada em casa, não faz as lições... a única coisa boa é que ele não é agressivo, se fosse, já tínhamos devolvido.

Para a mãe adotiva, o mais difícil de aceitar era a recusa em se dedicar à escola; já para o pai, era o fato de Léo não ajudar em casa, e ainda fazer a esposa sofrer: "Uma coisa eu tenho certeza, toda criança adotada quer voltar para a mãe biológica", afirmava, categórico.

A clínica e sua interface com a esfera jurídica

A psicóloga da Vara da Infância, que fez o encaminhamento, expressou sua preocupação com a intenção do casal de devolver Léo. Diante da urgência, agendamos a triagem com uma dupla de alunos no serviço-escola da universidade; mas, como estávamos no final do semestre, perto do período de férias, apenas um atendimento foi realizado por esses estagiários, contando com minha supervisão. Depois, dei continuidade ao trabalho recebendo a família em dois encontros, com duração de uma hora e meia cada.

No primeiro atendimento, compareceram Tânia e Léo; o pai não pôde estar presente devido ao horário de trabalho. Os estagiários pediram que a criança aguardasse na sala de espera e conversaram primeiro com a mãe. Ela trouxe o sofrimento que estavam passando devido às dificuldades na pós-adoção, inicialmente com Luca e, agora, com Léo; com a menina, tiveram alguns problemas no início, mas, segundo ela, estes já haviam sido superados. Contou que, no estágio de convivência (período de transição do abrigo à família adotiva), levavam os três para casa nos finais de semana e em viagens, e não tiveram problemas. Foi após receberem autorização do Juiz para a guarda provisória que as dificuldades começaram. Luca, sempre que recebia um não, dizia que eles não eram seus pais; frequentemente provocava o casal com o álbum que trouxera do abrigo, com fotos e cartas da mãe biológica. Chegou, inclusive, a colocar uma foto dela em um porta-retratos que ficava ao lado de sua cama.

Na história anterior à adoção, Léo chegou ao abrigo com 6 anos, Luca com 3 e Beatriz com 1 ano, nele permanecendo por quatro anos. A mãe biológica era muito jovem, usava drogas, não cuidava dos filhos, mas prometia a eles mudanças e coisas maravilhosas, inclusive em cartas (que estavam no álbum). A adoção aconteceu poucos meses depois de a mãe ser proibida de visitá-los.

Diante do relato feito por Tânia, na triagem, nossa hipótese foi de que Léo estava assustado com a devolução do irmão e possivelmente frustrado com os pais.

Luca certamente idealizava a mãe, mantendo dentro de si uma mãe boa que, um dia, voltaria para buscá-lo. É provável, então, que tenha feito de tudo para ser devolvido – inclusive, quando estava sendo levado de volta ao abrigo, disse que, agora, poderia rever sua mãe, que não demoraria para vir encontrá-lo. Mas logo veio a decepção, e, na ocasião do atendimento à família, Luca continuava no abrigo, triste e arrependido, querendo voltar para a família adotiva. A mãe ideal, com a qual tanto sonhara, na realidade nunca procurou os filhos ou tentou contestar a destituição do poder familiar.

Depois da primeira conversa com Tânia, a dupla de estagiários pediu então que ela aguardasse enquanto conheciam Léo. Na sala lúdica, Léo contou que não se sentia parte da família, sentia-se um estranho, que seu pai brigava mais com ele, e não com a Bia; contou que, certa vez, enquanto discutia com a irmã, o pai lhe advertiu: "não mexa com a minha filha" – nesse momento, deu-se conta de que não era filho do casal. Léo tinha consciência de que, logo que o irmão fora embora, passou a provocar os pais, mas não sabia dizer os motivos: *não consigo fazer o que eles me pedem, não sei por quê, mas não quero voltar para o abrigo, eu gosto dos meus pais.* Nesse momento da sessão, sem ser solicitado, desenhou sua família: ele ao lado do pai, com roupas e cabelos idênticos aos dele, e a mãe ao lado da irmã; não desenhou o irmão Luca. Todos estavam com as mãos para trás do corpo e sem os pés.

No atendimento seguinte, compareceu somente a mãe; optei por estar presente, com os estagiários, pela delicadeza do caso, como parte da formação dos alunos e também para me apresentar à família. Tânia me pareceu deprimida, cansada, relatando diversos problemas que tiveram durante a semana e culpando Léo por todas as dificuldades enfrentadas pela família; parecia buscar, assim, uma justificativa para devolvê-lo ao Judiciário.

Procuramos, então, trabalhar as angústias da mãe, apontando o provável sofrimento, os medos e as defesas expressos pelas crianças. E nos colocamos à disposição para ajudar a todos.

Para compreender o que ocorria, procurei escutar primeiro o casal, porém, no primeiro atendimento, compareceu apenas o pai, que, abatido e entristecido, relatou

todo o seu sofrimento com a adoção: reclamando do Judiciário, do abrigo, dizendo se sentir traído e enganado. Disse que os três: a esposa, ele e Léo, já estavam em atendimento psicológico individual e que, em sua primeira sessão com sua psicóloga, ela o alertou de que o menino poderia ter uma psicopatia, indicando-lhe o livro *Mentes perigosas* – o psicopata mora ao lado, de Ana Beatriz Barbosa Silva. Ficou, obviamente, ainda mais assustado.

Antes de devolver Luca, havia procurado ajuda de outro profissional, psicólogo, que também, sem conhecer a criança, indicou-lhe o filme *Precisamos falar sobre o Kevin*[7]. Impactada com esses relatos, não duvidei de Roberto, pois já atendi pais adotivos que passaram por situações semelhantes. Infelizmente, posturas preconceituosas e diagnósticos precipitados são comuns no universo da adoção, promovendo mais violência e abandonos para essas crianças.

Devido à complexidade e iminência de uma nova devolução, nos dois atendimentos que se seguiram, com o objetivo de compreender e intervir na crise, atendi toda a família.

A interface da clínica com a família

Conheci então Léo e também sua irmã, Bia. Quando o casal, mais uma vez, reclamou que tudo estava sendo muito difícil, Bia levantou a mão e disse: "minha família seria mais feliz se não tivesse tanta briga... O Léo apronta muito". Com olhar entristecido, Léo ficou o tempo todo em silêncio. Após meia hora, pedi então para que Roberto, Tânia e Bia se retirassem e fiquei só com o garoto. Perguntei o que ele achava que estava acontecendo, e mais uma vez ele disse que não sabia por que fazia "essas coisas". Perguntei se queria voltar a viver com a mãe biológica, se sentia falta dela; de imediato, ele respondeu que não e que, ao contrário, sentia muita raiva

---

[7] Dirigido por Lionel Shriver, trata-se da história de Kevin, que, na adolescência, assassinou vários colegas de escola, além do pai e da irmã.

dela. Disse-lhe que talvez estivesse colocando essa raiva nos pais adotivos, temendo que eles também o abandonassem, como fizera a mãe biológica. Léo me olhou, com lágrimas nos olhos, em silêncio. Esperei, e continuei dizendo que Tânia e Roberto estavam tentando ser pais, mas talvez estivessem cansados e confusos, e que ele também poderia tentar ser filho, já que gostava e queria ficar com eles, mas que parecia não acreditar no amor da família, temendo ser abandonado mais uma vez; ele completou: "Como eles fizeram com meu irmão Luca".

Nesse momento, disse-lhe que talvez Luca tivesse provocado muito os novos pais porque acreditava que a mãe biológica voltaria para buscá-lo no abrigo. Léo confirmou minha hipótese e disse que o irmão era bobo por acreditar naquela mentirosa. Ressaltou que seus pais (adotivos) eram muito bons e que tinha medo de voltar ao abrigo. Falei que talvez ele pensasse que Roberto e Tânia também fossem mentirosos, mas que me parecia que não, pois estavam tentando cuidar dele e da irmã, pedindo ajuda porque, certamente, queriam tê-lo junto a eles. Léo permaneceu em silêncio, de cabeça baixa.

Chamei a família novamente – todos permaneceram em silêncio, entristecidos, só Bia falou, com alegria, da proximidade de seu aniversário, convidando-me para sua festa. Combinamos para a próxima semana o último atendimento do semestre.

Desdobramento clínico

Esse último encontro no serviço-escola foi uma surpresa. A família entrou na sala, Léo e os pais sorrindo; Bia, ao contrário, parecia que tinha chorado. Léo tirou do casaco um brinquedo, a varinha do Harry Potter[8]. Contaram que quando saíram da última sessão, o pai foi para casa de moto e a mãe de carro com as crianças.

No caminho, o pai pensava: *não deve ter adiantado nada, ele ficou quieto, não*

---

[8] Personagem de uma série de livros da autora britânica J. K. Rowling, que ganhou as telas de cinema, fazendo grande sucesso em muitos países, inclusive no Brasil.

falou nada... Mas, no carro com a mãe, Léo, chorando, contou que eu tinha dito coisas que mexeram muito com ele. Em casa, abraçou Tânia e disse que faria a parte dele: eu quero ser filho de vocês. Quando o pai chegou, Léo já havia cumprido uma de suas tarefas cotidianas: a de colocar o lixo para fora – algo muito significativo, pois o pai brigava muito quando Léo resistia a ajudá-lo com isso. Durante a semana, as relações entre eles foram melhorando a cada dia: "Não sei o que aconteceu, mas estamos muito felizes" – e, enquanto Tânia e Roberto relatavam vários bons momentos em família, Léo continuava brincando com a varinha. Interessante que, com a mudança de Léo, Bia parecia enciumada e pedia para que buscassem de volta seu irmão Luca no abrigo...

Depois de um tempo, pedi para que os pais e Bia saíssem da sala e permaneci apenas com Léo. Sem largar a varinha, ele me disse: "Tudo mudou, saí daqui aquele dia pensando, pensando muito... pensei nas consequências; não quero perder meus pais". Exclamei: "Você conseguiu! E essa varinha aí?" Ao que sorrindo, ele respondeu: "Eu adoro o filme do Harry". Disse-lhe então que, algumas vezes na vida, demoramos para perceber o que está acontecendo e, quando o fazemos, é como se acendêssemos uma luz! Ele completou: "A mágica da varinha!" Fiquei emocionada, mas, procurando me conter, chamei o casal, pedindo para que as crianças ficassem na sala de espera. Pensava no significado daquela varinha, ali, na sessão com eles, de fato, tudo parecia mesmo mágico.

Conversamos durante quinze minutos. Roberto me perguntou o que eu havia feito com Léo: "Você apontou uma arma para ele?" Respondi que as crianças são capazes de pensar, e que Léo, certamente, estava com medo de que eles o abandonassem, como fez a mãe biológica. Tânia e Roberto contaram que estavam envergonhados por tudo o que pensaram das crianças e pediram minha ajuda para trazer Luca de volta. Orientei para que, durante as minhas férias, procurassem a psicóloga da Vara da Infância e conversassem sobre isso, alertando-os sobre os cuidados que deveriam tomar, pois seria muito doloroso para todos uma nova devolução. No retorno das férias, passei a atender Léo individualmente no meu consultório, por soli-

citação dele mesmo e do casal, que disse: "Ele continua dando trabalho, mas agora estamos mais tranquilos".

Diante desse desdobramento, pergunto: quais as condições psíquicas, relacionadas à história singular da criança e dos adultos, podem interferir no momento da adoção e no período de construção dos vínculos parentais?

O traumático como pano de fundo: Léo conta a sua história

Sensível, inteligente, criativo e talentoso com artes manuais, em nossa primeira sessão no consultório, Léo trouxe uma caixa de varinhas do Harry Potter, bem semelhantes às do filme. Seriam varinhas da esperança, expressando o desejo de que tudo tivesse sido diferente em sua vida?

As varinhas haviam sido presentes do pai: "Todas eu ganhei do meu pai. Olha, essa é a mais poderosa, é a maior". Roberto tentava assim agradar o filho, que ainda não conseguia se aproximar do pai, mas o tinha como referência de honestidade, bondade e força.

Logo no início dos atendimentos, Léo contou com detalhes a vida que os três irmãos levavam com a mãe: "Eu lembro de tudo, como num filme". Em seguida, sem que eu o indagasse, contou uma verdadeira história de horrores. Falava com muita clareza, parecendo muito aliviado quando chegou ao fim do detalhado relato, em especial de quando, tão pequeno, precisou usar suas forças para sobreviver, física e psiquicamente.

"Eu já era fã do filme [Harry Potter] desde que morava com Letícia" – sua mãe biológica, a quem se refere como uma louca. Ele e os irmãos foram cuidados pela avó materna desde o nascimento. Letícia morava com eles, mas sua vida era sair para as "baladas" e usar drogas. A avó, na tentativa de ajudar a filha a ter mais responsabilidade, comprou uma pequena casa, em um bairro periférico, para que ela assumisse o cuidado dos filhos; porém, ela não sabia que seus netos – Léo, na época com 5 anos de idade, e os irmãos, o primogênito, Gil, com 6 anos, Luca, com 2 e Bia,

recém-nascida – tinham uma vida de muito sofrimento com a mãe. Muito doente, a avó faleceu um mês depois que os netos se mudaram; desamparadas, as crianças permaneceram com uma mãe imatura, sem condições de cuidar de si mesma e dos filhos.

A casa tinha três cômodos e todos dormiam no mesmo quarto. Letícia sempre levava homens desconhecidos:

> [...] estava sempre chapada, entrava com eles no quarto e a gente saía. Às vezes, a gente ficava na rua o dia inteiro. A gente evitava ficar com ela em casa. Eu e meu irmão [Gil] ficava na rua com minha irmã no colo. Ela um dia quebrou um copo em mim. Ela era louca, batia com martelo na gente. A gente era idiota e ainda defendia ela dos homens que ela levava, que bebiam e batiam nela. A gente jogava garfo neles. Um dia peguei a faca e cortei a mão do homem que estava batendo na minha mãe.

Léo continuou relatando suas lembranças de ter ficado sozinho, com fome, medo e, mesmo assim, tentando cuidar da irmã pequena com o irmão mais velho. O que me parece é que a avó foi uma mãe-ambiente suficientemente boa para essas crianças, cuidando de Léo até os 4 anos.

> Minha vó cuidava, não deixava minha mãe bater. Ela comprou a casa e, depois de um mês, morreu. Ela estava com depressão porque meu vô abandonou ela. Ele era um sem-vergonha. A gente mentia para alguém cuidar da gente. A gente chamava um primo, um amigo e dizia que ela ia pagar para eles cuidarem da gente, mas era mentira. A gente tinha muito medo de ficar sozinho. Minha mãe levava homens em casa, batia na gente... Ela dava banho gelado na minha irmã, que tinha quatro meses, não tinha água quente na casa. Até que fomos para o abrigo.

Com detalhes, contou do dia em que foram retirados da casa da mãe e encaminhados à instituição de acolhimento:

> Quando nós fomos para o abrigo, eu fui almoçar com a minha mãe na casa do namorado dela. Ela sempre levava só um de nós. Eu deixei ela lá e fui levar comida para os meus irmãos e ela ficou lá deitada, dormindo, eu tentei acordar ela, mas ela não acordou e eu fui embora porque meus irmãos estavam sozinhos: o Luca tinha 4 anos, o Gil, o mais velho, tinha 8 e a Bia tinha 1 ano, e eu 7 anos. Quando cheguei em casa, estava uma confusão, meus irmãos na rua, a polícia e o Conselho Tutelar.

A vizinha havia denunciado a mãe por deixar as crianças longos períodos sozinhas.

> Aí a moça [conselheira tutelar] falou que, se minha mãe não chegasse logo, eles iriam levar a gente... minha mãe não voltou, acabou dormindo com o cara lá. Eu gritava, chamando ela..., mas o meu irmão mais velho, o Gil, fugiu. Ele colocou a Bia no meu colo e disse: cuida dela, ela é sua irmã... Léo completou: A Letícia tem 28 anos, tem filho, mas não sabe cuidar.

Ouvindo Léo atentamente, eu sentia o quanto era importante para ele contar tudo aquilo, as lembranças terríveis que até então guardara para si, expressar seus sofrimentos e desamparo. Ele continuou:

> Naquela noite, os policiais cuidaram da gente: foi a melhor noite da minha vida. Eles compraram pizza para a gente, deram uma blusa para a Bia. Mas, mesmo assim, a gente queria a minha mãe, a gente tinha medo. Quando chegamos no abrigo, era lindo, nunca vou esquecer. O lugar tinha brinquedo, era cheiroso, nunca vou esquecer.

Perguntei então sobre as pessoas do abrigo e como foi para ele e os irmãos o afastamento da mãe; Léo contou que havia poucas crianças lá, porque a instituição era nova: "Era só nosso, a gente brincava muito. A comida era maravilhosa. Era

muito bom. Ficamos dois anos lá". Mas os irmãos precisaram mudar de abrigo para ficarem mais próximos da casa da mãe, procedimento da justiça para estimular os vínculos e facilitar o trabalho de reintegração à família. Perguntei se naquele tempo em que ele ficou nos abrigos alguém ficou marcado na sua lembrança. Disse-me que sim, lembrando-se de "Uma tia que era muito legal. Ela era apegada à gente. Ela era engraçada".

Poucas vezes, Letícia foi visitá-los; sobre essas ocasiões, Léo dizia: "Só piorava. Senti muita raiva dela. Ela mentia descaradamente na nossa frente. Ela falava para as pessoas: meus filhos são a minha vida".

Perguntei então como foi quando soube que seria adotado: "A gente gostou muito da casa, é a casa mais cheirosa do mundo. Meu pai é amoroso. Eu estou me esforçando em mudar na escola. Eu estou mudando primeiro na escola, que é o que mais interessa para ela [Tânia], depois eu mudo em casa". Disse que gostava de vir às sessões, que eu conseguia entendê-lo: "Vou trazer na próxima sessão material para mostrar minha arte e fazer aqui com você". Ressaltei que ele era um menino sensível, inteligente, que passou por situações muito difíceis, mas que estava, aos poucos, conseguindo superar e que estávamos construindo algo bom ali, juntos.

No processo de análise com meu paciente, precisei marcar um atendimento com os pais diante dos conflitos aflorados na relação de Léo com o pai. Nesse atendimento, compareceu apenas Roberto, que me contou o quanto se sentia desprezado pelo filho, construindo inúmeras teorias sobre as adoções: "Toda criança adotiva deseja voltar para a mãe biológica". Perguntei-lhe então: "Que mãe, se Léo não tem a mãe para voltar?" Quis saber se ele conhecia algo da história do filho, ao que respondeu: "Um pouco..." Então, disse-lhe que me parecia que ele conhecia Léo e que era preciso que os dois convivessem mais para constituírem laços afetivos, através do toque, da troca de olhares, na convivência e nas experiências do cotidiano. Contei-lhe então uma parte da história de Léo, que muito surpreendeu Roberto: "Não imaginava que ele havia passado por tanto sofrimento".

Pergunto a Roberto por que estava sendo tão difícil para ele inserir Léo no imaginário parental como filho? Parece que Léo, na fantasia do pai, continuava a desejar a mãe biológica, como se fosse filho de outro e não dele, quando, na verdade, era apenas uma criança assustada, cheia de defesas, que ainda se sentia muito desamparada. Talvez também houvesse algo de Roberto identificado com esse menino. De fato, um pouco antes da adoção, Roberto perdeu seu pai – havia, pois, muitos lutos entrelaçados naquele processo de adoção, da perda do pai, da infertilidade, sentimentos de abandono.

Leonor Inés Wainer, pesquisadora argentina da área da adoção diz:

> O entrecruzamento de histórias é um ponto-chave na adoção. Todos os pais adotivos sabem que seus filhos têm uma história que eles desconhecem, que não compartilharam, na qual não participaram e que deveriam conhecer, aceitar, elaborar, compartilhar com seus filhos e assumir o controle das consequências. Está claro, mas por que custa tanto? (WAINER, 2014, p. 63, tradução nossa)[9]

Contudo, após a devolução do irmão, Léo passou a "provocar" o pai, que passou a manifestar, então, uma série de sentimentos não compreendidos pelo casal – algo que não foi elaborado, que foi vivido no passado e não significado e que agora se expressava no comportamento, nomeado pelos pais adotivos de "indiferente". Mas, insisto, trata-se de defesas diante de seus medos, suas angústias ligadas ao novo abandono que se anunciava.

Faço aqui algumas reflexões sobre essa experiência clínica psicanalítica, que, como disse Léo a respeito de sua história, também me parece acontecer como se

---

[9] El entrecruzamiento de historias es un ponto clave en la adopción. Todos los padres adoptivos saben que su/s hijo/s tiene/n una historia que ellos desconocen, que no compartieron, en la que no participaron y que deberán conocer, aceptar, elaborar, compartir con sus hijos y hacerse cargo de las consecuencias. Está claro, pero ¿por qué cuesta tanto?" Cf. WAINER, Leonor Inés. Una segunda oportunidad. In: ROTEMBERG, Eva; WAINER, Beatriz Agrest (Compiladoras). *Adopciones*: cambios y complejidades. *Nuevos aportes*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2014.

fosse um filme, que se encontra presente em outra temporalidade e pode ser rememorada.

Vários autores (HAMAD, 2002; GIBERTI, 1987; PEITER, 2014) insistem na construção de dispositivos que coloquem a criança em contato com sua história, destacando a importância de filhos e pais adotivos a recontarem.

Hamad (2002) sugere a construção de álbuns narrativos, com fotos, cartas e registros de datas, nomes e lembranças. Eva Giberti (1987) constrói com pais e filhos adotivos o que chama de composição de um "relato", que contém informações, incluindo a posição de quem relata, com foco maior sobre a família biológica ou sobre os motivos que levaram à adoção, inclusive a dificuldade da mãe biológica em cuidar. Recomenda incluir, ainda, as tristezas daqueles que não puderam gerar o filho biológico, mas que culminam em um final feliz, quando ressalta a felicidade do encontro com a criança adotiva.

Cynthia Peiter (2011, p. 2014) reitera a importância dessas narrativas, sugerindo o "álbum do bebê", que as mães geralmente fazem para si, como uma forma de inserir este filho no universo simbólico, no imaginário. Na adoção, é de fato muito importante esse tipo de iniciativa, pois pode auxiliar a criança e os pais no processo de construção da parentalidade.

> Através das conversas sobre origem, sobre a história da criança, dados factuais podem ir gradativamente ganhando um entrelaçamento com a experiência vivida – costuram, imbricam e trazem o caráter de realidade ao vivido para que adquiram o estatuto de verdade narrativa. Além destes importantes argumentos, penso que a construção do álbum pode portar a importante função de convidar os próprios pais a este processo elaborativo de sua condição de paternidade, que relembra, reconstrói e reconta não somente o percurso da criança, mas também seu percurso individual e do casal na pré-história familiar da adoção. A capacidade dos pais de ajudar seu filho na superação de seus lutos está diretamente ligada à possibilidade narrativa da própria condição de pais adotivos. (PEITER, 2014, p. 115)

Na transferência, é possível rememorar, reviver, transformar. Trata-se de contar e recontar, partindo da crua revelação de fatos até a decodificação de significados enigmáticos. No desdobramento do trabalho com Léo, através das narrativas e na transferência, fomos construindo um processo reflexivo e elaborativo.

A análise como possibilidade de novos vínculos identificatórios. No processo de atendimento individual, após falar com o pai, dois dias depois, atendi Léo, numa segunda-feira. Ele chegou sorrindo: "Marcia, eu e meu pai tivemos um final de semana de pai e filho, ele me ensinou a instalar um chuveiro e eu ensinei ele a baixar vídeos no celular". Parecia emocionado e feliz. Percebi que o atendimento que realizei com o pai, na sexta-feira, tinha, de certa forma, promovido alguma elaboração. Disse a Léo que percebi que ele estava feliz por ter recebido amor do seu pai e também por ter demonstrado amor por ele, e que algo novo estava surgindo. Ele lembrou: "Eu não o obedecia porque eu não conseguia amar ele. Eu tinha vontade de dizer: você não é meu pai, por que vou te obedecer? Mas eu ficava quieto, agora estou sentindo amor, um pouquinho mais, ele me olha diferente, até me elogiou". Tirou então de sua mochila uma varinha que ele mesmo havia feito e me presenteou: "É a varinha da Hermione, como sinal de reconhecimento". Falei: "Da bruxinha inteligente do filme do Harry Potter"; sorrindo, ele disse que sim.

Penso que, como na série de Harry Potter, Léo, também adolescente, buscava valores de coragem, amizade, lealdade, admiração, vitórias, conquistas. Mas também ansiava por muita magia para conseguir superar dificuldades e elaborar sentimentos, para que pudesse construir sua própria história, sua identidade e, com a minha ajuda, a "bruxinha Hermione", encontrar um lugar de existência em sua nova família.

Interessante que, na série de livros de J. K. Rowling, Harry é um adolescente que perdeu os pais e foi adotado por seus tios "trouxas". Como o personagem, Léo descobre um mundo no qual ele quer ser aceito e valorizado. Nesse contexto, percebe que só isso não basta para crescer: é preciso que se esforce, que faça amigos, que enfrente problemas de relacionamento com os pais, que vivencie perdas e decepções. Logo em seguida, surgem em nossos encontros mais histórias que tratam

de conflitos familiares: "Você já assistiu ao filme *Descendentes*[10], da Disney, Marcia"? Respondi que não, e, muito interessada, pedi para que me contasse. Léo foi então narrando a história dos filhos dos vilões que viviam na "Ilha Perdida":

> "Um lugar horrível, Marcia, eles não sabiam que tinha um lugar melhor, não sabiam o que era o bem. Certa vez, eles foram convidados pelo príncipe Ben, filho da Bela e da Fera, que logo se tornaria rei, para estudar e viver em Auradon. Aí eles descobrem que na verdade são bons, que eles não queriam ser o que os pais eram, muito maus, a filha da Malévola é a melhor, é a Mal e é muito legal, ela é forte, sabe?

Léo parece estar buscando quem ele é, quem quer ser. Percebe suas origens como essa "Ilha Perdida" e busca um lugar como Auradon, o amor, mas sem deixar de ser ele mesmo, sem deixar de ser forte. Minha impressão era de que ser amoroso poderia indicar fragilidade, tornando-o muito exposto e sujeito a um novo abandono. "Marcia, esse filme é muito parecido com a minha história..."

O trabalho com Léo nos mostra a busca dessa criança no complexo caminho que leva à organização psíquica, à aceitação de vivências de abandono muito radicais. Certamente, no decorrer de sua história, poderão emergir o temor de repetição de caos psíquico e as angústias impensáveis que apontam para a experimentação de inúmeras situações traumáticas; daí, a importância da figura do terapeuta na função de acolher as angústias da criança e ajudá-la nesse longo processo elaborativo e, como expresso por Léo em uma cartinha que me entregou:

---

[10] Filme: *Descendentes* (*Descendants*, EUA), 2015: Fora da Ilha Perdida, Mal, filha de Malévola, Evie (Sofia Carson), filha da Rainha Má, Jay, filho de Jafar, e Carlos, filho de Cruela De Vil, só ambicionam roubar a varinha mágica da fada madrinha, exposta no Museu, para alcançar a liberdade e dominar o mundo. Contudo, em Auradon, os filhos dos vilões clássicos passam a se entender melhor, sem ter a imposição de seus pais. Disponível em: http://www.resenhando.com/2015/08/resenha-critica-do-filme-descendentes.html. Acesso em: 25/02/2017.

Marcia, saiba que você me ajudou muito nos últimos meses... Você me ajudou nas horas em que mais precisei... Espero que continue fazendo magia com sua varinha, pois é o seu instrumento de trabalho; não que você precise, mas é sempre bom uma ajuda a mais.

Referências

FIGUEIREDO, L. C. *As diversas faces do cuidar*: Novos ensaios de psicanálise contemporânea. São Paulo: Escuta, 2009.

GIBERTI, E. *La adopción*. Buenos Aires: Sudamericana, 1987.

HAMAD, N. *A criança adotiva e suas famílias*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

HAMAD, N. *Adoção e parentalidade*: questões atuais. Trad. Maria Nestrovsky Folberg, Mario Fleig e Jasson Martins. Porto Alegre: CMC, 2010.

PEITER, C. *Adoção*. Vínculos e rupturas do abrigo à família adotiva. São Paulo: Zagodoni, 2011.

________. Érase una vez un héroe... Reflexiones sobre el papel de las verdades narrativas en la adopción. In: ROTEMBERG, E; WAINER, B. A. (Compiladoras). *Adopciones.* Cambios y complejidades. Nuevos aportes. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2014.

WAINER, B. A. (Compiladora). *Adopciones*: cambios y complejidades. Nuevos aportes. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2014.

Capítulo 4

Quando a Clínica nos Indaga e nos Ensina sobre Adoção de Irmãos[11]

Cynthia Peiter

Parte I – Um *setting,* três irmãos

Recebi certa vez um grupo de três irmãos, que haviam sido acolhidos em uma instituição de abrigo (SAICA) havia menos de um ano. A demanda inicial chega um pouco confusa. Os técnicos os trouxeram até mim movidos por uma preocupação com a irmã mais velha, a adolescente Gabriela, que solicitava ajuda e explodia em sua angústia. Entretanto, sua irmã também despertava preocupações entre os profissionais, por ser muito fechada e apresentar episódios de descontrole emocional.

Paralelamente a isso, corria o processo de destituição de poder familiar da mãe dessas três crianças e estudava-se a colocação em família substituta por adoção, para os três juntos, se possível. Entretanto, tal tipo de adoção não é nada fácil. O desejo de adotar mais de uma criança de uma só vez é pouco frequente. Neste caso

[11] Alguns casos apresentados foram recebidos dentro do "Grupo Acesso – Estudos, Intervenções e Pesquisa sobre Adoção da Clínica Psicológica" do Instituto Sedes Sapientiae. O grupo se compõe de psicanalistas e trabalha desde 1996 em busca de compreender e intervir nos complexos processos envolvidos na experiência de acolhimento institucional e adoção de crianças e adolescentes.

específico, a possibilidade de separação dos irmãos estava no ar. Caso se entendesse que a colocação em família fosse prioritária, aventava-se a alternativa de separar os irmãos. A equipe cogitava também a possibilidade de encaminhar pelo menos o menino menor que, pela idade, apresentava maiores chances de ser adotado. Além disso, os técnicos deixavam claro como este menino se fazia cativante, sendo muito alegre e brincalhão, o que viria a facilitar sua rápida inserção em uma família adotiva.

Fico sabendo da existência de uma quarta irmã, nascida de outro pai. Esta menina já havia sido separada do grupo de irmãos quando do acolhimento institucional, pois o pai biológico já havia assumido a sua guarda.

A equipe responsável pelo caso estava preocupada com todas essas decisões e também sobre como abordar toda a situação com o grupo de irmãos.

Diante de tais preocupações, peço que venham até mim os três. Decido conhecê-los juntos, de início. Meu propósito era apurar a demanda e refletir se, de alguma forma, minha escuta clínica poderia ser útil àquelas crianças e talvez trazer subsídios para tão complexos encaminhamentos.

Recebo então Gabriela de 13 anos, Mariana de 9 anos e Gustavo de 6 anos para uma conversa inicial. Vejo logo que parecem ter caprichado na aparência para este encontro – ou alguém mais cuidou para que elas parecessem bem cuidados. Explico-lhes que o objetivo de nosso encontro é nos conhecermos e conversar sobre como estão se sentindo diante de mudanças tão importantes que ocorreram na família e também pensarmos juntos em uma forma de ajudá-los.

A menina mais velha, apesar de ter somente 13 anos, é uma moça. Mostra-se, de início, muito reticente e desconfiada. O menino é muito engraçadinho, e faz macaquices e caretas – um tipo brincalhão. A menina do meio me observa calada e depois percebo que vai demonstrando dificuldades em se expressar. Aponto que ela parece preferir deixar que a irmã mais velha fale por ela. Ela confirma, mas se mostra angustiada e retraída.

O menino menor toma iniciativa de brincar. Havia algum material gráfico e jogos,

entre eles o Jenga[12]. Mariana, irmã de nove anos, junta-se a ele e anima-se a brincar. Gabriela, a mais velha, fica observando os irmãos, mais próxima de mim, e iniciamos uma conversa: "Eles não entendem bem o que está acontecendo", inicia ela, como quem rapidamente alia-se a mim, posicionando-se ao lado da adulta que observa as crianças pequenas. Fala com certo pesar. Pergunto-lhe se quer me falar sobre o que ocorreu, e por que estão hoje vivendo no abrigo. Conta que moravam na casa da avó materna, junto com sua mãe e mais uma tia materna com seus filhos.

A avó era quem de fato cuidava deles desde pequenos, pois sua mãe "aprontava, era irresponsável, às vezes desaparecia" levando vários dias até retornar para casa, sem que se soubesse quando voltaria e nem por onde teria andado – talvez um namorado. Ao que parece, estava envolvida com drogas também. Sua avó era quem os levava à escola, e enfim parecia cuidar de todos. Certo dia, a tia materna foi presa por envolvimento com drogas e seus filhos foram encaminhados a um abrigo, restando somente os três irmãos com a avó materna e sua mãe. Há pouco mais de um ano sua avó viera a falecer. Ficou doente e não resistiu, causando enorme perda e desorganização familiar. Eles se mantiveram por alguns meses aos cuidados somente da mãe, que parece ter sido incapaz de se ocupar das crianças. Continuou com seus desaparecimentos súbitos e sem explicação, deixando-os em casa por dias sem comida e sem ir para a escola. Segundo relato do abrigo, houve queixa de um dos vizinhos pelo estado de negligência no qual se encontravam as crianças.

Sua fala demonstra grande pesar, mágoa e ao mesmo tempo certa descrença sobre alguma possibilidade de ajuda.

Aponto-lhe minhas impressões e digo que imagino como deve ter sido difícil enfrentar tudo isso. Fico muito sensibilizada com toda a cena e com a sua dor. Vejo uma menina sofrida e ao mesmo tempo forte. Os dois irmãos, ao nosso lado, estão montando a torre do Jenga, que corre o risco de cair e desabar. Há uma atmosfera tensa e vejo como prestam muita atenção a nossa conversa.

---

[12] : Jogo baseado na construção de uma torre com blocos de madeira.

Pergunto-lhes se tiveram oportunidade de conversar com alguém sobre tudo aquilo, e entendo que não – aquela parece ter sido a primeira vez que estão juntos a conversar sobre o ocorrido. Quando indagados sobre como viveram esta situação, Mariana fica emudecida, e Gustavo limita-se a dizer que achou muito ruim, mas seu tom é leve e um tanto brincalhão e logo retoma a brincadeira. Gabriela parece ser a porta-voz da angústia e da preocupação. Imagino como esta situação pode ter sido pesada para ela, como uma demanda muito forte para uma menina de treze anos.

Dirijo-me a eles observando como viveram coisas tão difíceis e faço questão de apontar para a importante presença da irmã mais velha que cuidava das coisas por eles – como se ela tivesse que segurar a torre para não desabar.

Gabriela, embora forte e responsável, talvez tenha sofrido muito, tendo que lançar mão de recursos de sobrevivência e de defesa intensos.

Conversamos sobre a necessidade de um espaço de atenção individual para que pudesse ser ouvida, depois de tanto ter de cuidar dos irmãos. Talvez por este motivo quisesse buscar uma psicoterapia agora.

Em um segundo encontro, os menores já se dirigem diretamente aos brinquedos. "Quero aquele de derrubar a torre, hoje vou fazer uma bem grande." Vejo que a mais velha caprichou na maquiagem para nosso encontro. Trouxe um caderno, com pensamentos, poemas, fotos e desenhos seus. Agora vejo surgir uma adolescente! Entre as páginas da agenda encontro, com surpresa e admiração, desenhos excelentes! São rostos e figuras humanas. Comento admirada de suas habilidades como desenhista. Parece querer me apresentar o melhor de si hoje. Os menores fazem uma dupla, ficam um pouco de lado, e parecem contentar-se em ficar às voltas com os brinquedos, escutando-nos. Ela está a minha espera para uma parceria. E, diga-se de passagem, eu por ela, pois está se tornando um encanto para mim.

A torre de Jenga cai e faz um barulhão! Um susto! Boa oportunidade para abrir uma conversa grupal sobre os sustos que devem ter levado quando do desabamento da casa deles... E ficaram todos espalhados como as peças do jogo. Nesse momento, Mariana tenta expressar algo: "Veio um homem preto", diz ela revelando

ao mesmo tempo certo terror e seu esforço, talvez um tanto precário, para expressar o vivido. Gabriela adianta-se em me explicar que o referido "homem preto" trabalhava na televisão, pois logo após a denúncia foram visitados por repórteres. Parece que a denúncia foi divulgada na mídia. Gustavo sempre faz referências a esse tal homem de preto. Mas se apressam em me dizer que nada revelaram nas tais entrevistas.

Embora a atmosfera fosse tensa, e a voz de Gabriela surgisse embargada, vamos conversando e explorando essa história. Entendemos que estavam com muito medo sobre as pessoas em que podiam confiar. Talvez tivessem vivido a difícil situação de temer denunciar ou acusar a mãe, o que traria perigos para ela e também para eles. Como colocar em perigo a pessoa da qual dependem? Gabriela fala, com mágoa e ressentimento, sobre a irresponsabilidade da mãe.

Enfim, tivemos importantes conversas sobre temas muito dolorosos, pouco explorados até então.

Em um terceiro e último encontro surge a chance de conversarmos sobre o que pensam para o futuro. Pensam em adoção? Alguém já conversou com eles sobre isso? Têm tido notícias da mãe e sobre o processo de destituição de poder familiar? Conto-lhes o que soube sobre o processo que está em tramitação e ainda sem definições, e que por esse motivo nada foi decidido sobre o futuro deles. Mas saliento que mesmo assim podemos conversar sobre o que gostariam.

Gabriela fica com certa raiva e desesperança, e diz que a mãe não aparece no abrigo. Gustavo comenta que um menino foi adotado, e surge uma conversa entre eles, sobre quem foi e quem não foi adotado. Há uma circulação do tema da adoção. Falam com curiosidade e certa admiração sobre os que foram adotados, como algo bacana que teria ocorrido.

Pergunto-lhes sobre a irmã que teria ido morar com o pai. Pouco se interessam pelo assunto, mas mencionam uma impressão de que ela não estaria bem por lá... Contam também que outro dia foram visitar os primos no outro abrigo – aqueles que haviam sido abrigados quando a tia foi detida. Foi uma proposta do abrigo levá-los

para uma visita aos primos. Eles ficaram um pouco encabulados, parecendo que a ligação entre os primos já não era a mesma. Mariana me surpreende quando irrompe dizendo: "Eu queria ser adotada, pra que isso não aconteça mais..." Para Gustavo, esta não parece ser uma preocupação, e tenho a impressão de que ele de fato parece ainda não ter noção do que isso poderia significar.

Novamente é Gabriela quem mais se coloca: "Acho que eles devem ser adotados, porque depois dos 18 anos não terão mais para onde ir". Ela é muito clara e assertiva sobre isso. Mesmo que fiquem separados, pensa que é a melhor solução para os irmãos. Diz também que é importante ter um pai!

Por falar em pai, indago sobre o deles. Gabriela diz não ter notícias dele desde muito pequena, e ele não aparece mais. Muito curiosa sua menção à importância de terem um pai, e não uma mãe. Talvez a referência ao pai diga respeito ao fato de a irmã menor ter sido acolhida por seu pai, tendo assim um lugar para onde ir... Ou teria sido a figura materna descartada, por ter perdido as esperanças sobre um objeto materno acolhedor?

O espaço da instituição onde vivem me parece bastante adequado, os educadores são afetivos e preocupados com as crianças que lá estão – um lugar muito cuidadoso, pois parecem escutar as demandas dessas crianças e buscar ajuda para eles. Frequentam a escola e estudam idiomas, música, praticam esportes. Gabriela toca piano. É um abrigo religioso e frequentam um culto semanal. Não há queixas ou reclamações sobre o lugar onde estão naquele momento.

Boa parte das necessidades dessas crianças parecem ser atendidas naquele lugar, de modo que Gabriela já não precisa mais se preocupar em garantir a sobrevivência básica de seus irmãos, e nem a dela. Mas ao falarmos em famílias, surge a referência à figura de um pai como algo desejado por ela.

Aparentemente Gabriela entende a adoção, pelo menos por um pai, como uma saída também desejável para ela, caso fosse possível. Mas sabe que na sua idade talvez isso seja muito difícil. Tem uma madrinha – um tipo de apadrinhamento afetivo, por meio do qual uma mulher a visita e a leva para casa em alguns fins de semana.

Está aprendendo a trabalhar na loja que essa madrinha gerencia, mas não se mostra muito entusiasmada com esses contatos com a madrinha. Fico intrigada com esta ausência de entusiasmo.

Conversamos um pouco sobre seus sonhos sobre família. Mas os menores logo se afastam para os brinquedos e Gabriela volta a me puxar para a conversa, mudando para um assunto que talvez seja mais urgente agora.

Seguimos a falar de namorados, tema que naquele momento lhe parece mais interessante. Há um menino no abrigo que gosta dela, mas ela não quer namorar, pois fica com medo de se envolver e depois não dar certo... Mas ele a provoca com brincadeirinhas que ela gosta. Na verdade, ele é mais velho – tem quase dezoito – e logo vai sair do abrigo. Gabriela explica que ele está aprendendo uma profissão e irá morar em uma república. Ela está às voltas com suas dúvidas sobre vínculos, temerosa sobre deixar-se envolver e ter de enfrentar possíveis e indesejáveis separações. Adoção, família, mãe e pai, talvez sejam vínculos perigosos e pouco confiáveis. Há uma incerteza e temores quanto a seu futuro e seu próprio desacolhimento institucional, que ocorrerá também aos 18 anos. De fato, está muito angustiada e precisando de um espaço para si mesma.

Damos início a um trabalho individual, somente Gabriela e eu. Sua irmã foi indicada a outro profissional.

Ainda não sabemos a função dessas conversas que tivemos, eu e o grupo de irmãos. Uma modalidade de trabalho pouco convencional. Quero crer que algo mais possa ter sido introduzido na possibilidade de essas crianças processarem psiquicamente o ocorrido. Minha oferta era abrir espaço de pensamento dentro do possível, e articular a experiência vivida a algum tipo de narrativa que pudesse dar início a um trabalho psíquico de significação e integração, que certamente deverá ser longo. Um intento de iniciar um processo pelo qual o drama vivido possa ganhar significados, imagens, e palavras. Penso que estar diante de um adulto preocupado e interessado, que os escuta, reconhece a dor vivida, e principalmente reitera o caráter dramático de sua experiência pode ser útil. Digo isto lembrando

de Ferenczi (1931) ao apontar o caráter potencialmente traumático da fala do adulto, quando não reconhece, desconsidera e nega o sofrimento experimentado pela criança. E, quem sabe, daqui a algum tempo Mariana possa enriquecer seu relato com outras representações, algo para além de um enigmático "apareceu um homem preto".

Um olhar para Gabriela

Meu trabalho com Grabriela segue em frente, ampliando temas esboçados nos encontros iniciais. Nosso vínculo vai se fortalecendo, permeado de medos e desconfianças, que, nas entrelinhas transferenciais, logo ganham a cena. Será que Cynthia realmente está interessada em mim? Há dúvidas sobre a permanência e a transitoriedade de nossa ligação.

Alterna dias em que conversamos e outros em que prefere desenhar. Faz desenhos lindos! Mas se mostra bastante exigente, usando muito a borracha. Desenha e apaga frequentemente, não ficando satisfeita com os resultados... Certo dia passa muito tempo a desenhar uma figura feminina e se detém nos cabelos, que nunca estão bons o suficiente. São cabelos soltos, cacheados, um tanto revoltos. Diz que estão soltos demais, ora escondem o rosto demais, ora estão muito estranhos. Como ela também me traz muitas referências a suas músicas, vem com fones nos ouvidos, decido falar-lhe de uma música. Seu desenho me lembra uma música de Chico Buarque que diz: "que bicho feroz são seus cabelos, que a noite você solta..."

Aos poucos ela se sente mais livre para novas ousadias; a expressão de uma Gabriela menos conformada, ou talvez, uma Gabriela verdadeiramente inconformada. Vai começando a se mostrar um tanto rebelde pela vida afora. Perde o horário de voltar para casa à noite, fica desobediente a algumas regras da instituição, e não quer mais se apresentar ao piano no recital. *Tocar piano pra quê?* Pensa ela. *Pra quem?* Pergunto eu.

Começa a ficar agressiva, e talvez um tanto "feroz", no abrigo, como nunca foi e vem "respondendo" aos educadores.

Teve um episódio de crise de ansiedade, um desmaio e precisou ser levada a um hospital. Uma demanda grande de ser tomada nos braços de alguém. A estrutura de menina obediente, responsável por tudo, precocemente amadurecida parece estar ruindo, deixando escapar uma outra que precisa deixar-se acolher. Criou-se um contexto para pedir ajuda, protestar, reagir, expressar seus descontentamentos e sua ferocidade. Talvez uma confiança no ambiente de contenção para a expressão de seu dilema entre a agressividade e os ressentimentos pelo ocorrido, ao lado de seu desamparo. O lugar de intimidade, de atenção individualizada e de contenção no *setting* tem sido significativamente utilizado por ela.

Temos sobrevivido a seus lamentos, a sua raiva e a sua dor. De modo que ela já não mais precisa proteger o outro de si mesma, e já não mais precisa proteger a si mesma, deixando-se ser cuidada pelo outro. Tenho em mente o que refere Winnicott a respeito das estruturas de falso self, organizadas para proteção do self verdadeiro, que precisou permanecer em estado de congelamento diante de situações de extrema falha ambiental, no estágio de dependência absoluta. Quando em face de condições favoráveis, de confiança, e de esperança, surge uma chance de um descongelamento. Winnicott descreve alguns momentos desse processo que até certo ponto parecem estar sendo vividos por Gabriela: um *setting* que transmita segurança; uma regressão à dependência; a sensação de um novo sentido de self, até então oculto, rendido ao ego total; o descongelamento da situação de falha ambiental e o contato e a expressão dos sentimentos relacionados a esse fracasso. Se tudo der certo, o movimento deve seguir em frente com o retorno da regressão rumo à independência; e as necessidades e desejos pulsionais tornando-se realizáveis com vitalidade e vigor genuínos (WINNICOTT, 1954).

Quanto aos irmãos, ela pouco se refere. Seus personagens agora têm sido os colegas, com quem faz vínculos importantes e tornam-se objetos que nos permitem explorar mais uma vez suas angústias e dúvidas sobre confiabilidade, lealdade e

sobre continuidade dos laços. Sofre muito com o desligamento institucional de uma amiga que seria transferida a outro abrigo, mas nesse momento pode contar muito comigo para poder explorar esses sentimentos. As angústias de assistir ao desabrigamento da amiga não somente trazem dores ligadas a separações, mas também a fazem pensar em suas perspectivas futuras – em um futuro não muito longínquo, será ela a sair do abrigo.

Em momentos mais difíceis surge a figura da mãe a lhe atormentar. Referências e lembranças de sua mãe trazem à tona muitas mágoas e fortes ressentimentos com relação a ela, vista como muito irresponsável. Como pôde fazer o que fez, deixando-os nessas condições? Sente muita raiva dela. Com o passar do tempo, os sentimentos dirigidos a ela vão ocupando espaço central em nossas sessões.

Penso ter sido importante para ela ter-se desobrigado da função protetora de irmã mais velha, e ter tido a oportunidade de ocupar-se consigo mesma e até mesmo de viver questões de adolescentes. Vejo surgir o alívio em desocupar essa função, que foi também proporcionado por saber que agora os irmãos estão sendo cuidados por outros.

Mas fico ainda intrigada com a observação desse distanciamento dos irmãos, sendo que nem mesmo um lugar horizontal ao lado deles parece estar ocorrendo nesse período. O lugar de vínculos horizontais, fraternos, passou a ser buscado na relação com amigas e colegas de escola e do abrigo. Por outro lado, algo esperado na sua idade...

Começa a indagar sobre meu interesse nela por via de dúvidas e reclamações sobre sua médica. "Acho que ela é uma pesquisadora, mais interessada em seu tema de estudos." Teria eu um interesse genuíno nela?

Seus esforços para ser boa menina, responsável, capaz, boa desenhista, ou até mesmo a pianista, buscam o olhar interessado de um outro. Mas quer alguém que a aceite por completo, mesmo que ela seja também rebelde e irresponsável.

Fico a imaginar como seria sua experiência em caso de uma adoção junto com os irmãos. Teria ela um espaço mais privativo ou os menores tomariam a cena, prio-

rizando atenções e cuidados? Uma família teria recursos para acolher cada uma dessas crianças em suas demandas individuais? Teríamos garantias sobre o tipo de vínculos que viriam a ocorrer em uma nova família? São questões a serem levadas em conta ao pensar na inclusão em famílias adotivas: não se trata de qualquer inclusão em família, ou qualquer tipo de apadrinhamento, desejado por ela. Ela precisa de objetos essencialmente capazes de sobreviver a suas rebeldias – objetos que tolerem que ela solte seus cabelos.

Isso é o que deseja Gabriela. E não seria também disso que se trata a adoção de crianças e adolescentes?

Adotando grupos de irmãos

Este caso, que traz a complexidade de decisões e encaminhamentos sobre as adoções de grupos de irmãos, coloca-nos diante de inquietantes reflexões e nos leva a rever teorias e até mesmo certas crenças pessoais.

Algum tempo antes dessa experiência, em 2012, fui convidada a proferir palestra sobre o tema da adoção de grupos de irmãos. A "nova lei de adoção" havia sido recentemente publicada, trazendo explícita recomendação sobre a importância de não separar irmãos biológicos. Tal lei, embora bastante apropriada e cuidadosa com os vínculos entre as crianças, não explicita que a prioridade esteja ligada aos irmãos que tenham vínculo afetivo fraterno entre si. Ressalto este detalhe, pois há casos em que os irmãos pouco se conhecem, tendo tido pouca ou nenhuma convivência. Nesses casos, a questão traz menos dificuldades, pois a problemática em jogo está na quebra de laços simbólicos e afetivos entre os irmãos – e não no vínculo sanguíneo, o que pode levar a alguns enganos.

Proposta de palestra que aceitei com prazer, pois seria boa oportunidade para pesquisar mais sobre o assunto e organizar ideias sobre o tema em pauta naquele momento. Em levantamento bibliográfico, realizado então, encontrei importantes trabalhos recentes sobre o papel dos irmãos na estruturação psíquica de cada indivíduo.

Autores como Kehl (2000), Kaës (2011), Kancyper (2002) e Brusset (1987) sublinham a função ocupada pelos irmãos da estruturação do psiquismo, em desdobramentos da relação edípica com os pais, e ampliando-se para além desta constelação triangular. Tais leituras reafirmam convicções sobre a importância dos irmãos em sua dimensão horizontal na estruturação psíquica de cada um. Vou percebendo nas entrelinhas de minha fala que, para além das escolhas teóricas que fiz, uma convicção pessoal me levava a concordar e confirmar aquelas leituras, conduzindo-me a certezas de que a separação de irmãos deveria ser evitada a qualquer custo! Lembro-me de haver até mesmo mencionado um exemplo pessoal, proveniente de minha história com meus próprios irmãos. Tal exemplo referia-se a uma passagem da minha infância na qual eu destacava a importância do interjogo com os irmãos. Procurava ilustrar como o convívio com os irmãos pode adquirir a forma de uma espécie de "laboratório" suficientemente protegido; um "playground" no qual precipitados das vivências edípicas podiam ser exercitados, em que as hostilidades podiam ser experimentadas ao lado de sentimentos de solidariedade, de modo que o insulto das desilusões e da realidade pudessem ser mais bem suportados e, se possível, abrir espaços para processos identificatórios importantes. Um exemplo a apontar como a convivência cotidiana com os irmãos poderia ser compreendida como um laboratório de transicionalidade para a elaboração das perdas estruturantes dos objetos primordiais. De fato, anos de análise pessoal me mostraram como ter vivido junto de quatro irmãos ocupou valor fundamental em meu percurso individual. Teria eu sido um tanto tendenciosa em minhas pesquisas teóricas, deixando-me levar por experiências pessoais e de modo a conduzir aquela pesquisa bibliográfica a partir de um viés pessoal?

Penso agora que esta é uma assertiva a ser repensada, à luz de minhas reflexões pessoais, mas também à luz de experiências clínicas.

Para este capítulo, escolho dedicar-me à função dos irmãos especificamente quando da perda ou da falência da função desempenhada pelos pais, que leva à destituição do poder familiar e ao possível encaminhamento para inserção em famí-

lias adotivas. Casos como o de Gabriela e seus irmãos vêm colocar equipes das VIJ diante de impasses, verdadeiras encruzilhadas que os obrigam a escolher entre a permanência no abrigo, por tempo indeterminado, à espera de uma família que deseja mais de um filho, que é um caminho de incertezas. Ou a separação dos irmãos para inserção em alguma família que já estaria na fila de espera pela adoção de uma única criança: caminho para outras incertezas...

Tem havido um intenso trabalho na tentativa de flexibilização do perfil desejado pelos pais que chegam ao Fórum em busca de uma única criança. Muitas vezes pode ocorrer uma reformulação da demanda inicial quando os candidatos tomam conhecimento da existência de irmãos. Tal reformulação pode, em muitos casos, levar a soluções bastante satisfatórias, atendendo suficientemente bem à demanda de todos os envolvidos. Mas também poder implicar complexidades para os vínculos que surgirão na família, que, eventualmente, podem levar à devolução de uma ou mais crianças, com todos os prejuízos e traumatismos que esta circunstância pode implicar.

Escolho algumas referências de pesquisas e autores com os quais gostaria de dialogar a partir da experiência clínica.

Ghirardi (2014) nos oferece amplo levantamento de estudos sobre o papel do laço fraterno em situações de carência afetiva. Tais trabalhos vêm destacar o caráter sustentador dessa ligação em circunstâncias adversas, como acolhimento em instituições, cenários pós-guerra e perda de algum dos pais na infância. Entre eles, cito Braier (2000), que ao dedicar-se ao estudo dos irmãos acolhidos em instituições, trabalha com uma hipótese. Para ele "em situações de desamparo e carência materna, a união da fratria configura uma verdadeira estrutura vincular, um sistema defensivo-estruturante que, criando uma fantasia de completude, os auxilia a lidar com a falha ambiental" (BRAIER, 2000, *apud* GHIRARDI, 2014). Goldsmid e Féres-Carneiro (2011) e Brusset (1987) lembram o trabalho de Anna Freud com crianças separadas dos pais na Segunda Guerra, provenientes do Campo de Térézin na Tchecoslováquia. É destacado que "a relação horizontal fraterna havia substituído, dentro

do possível, a ausência da dimensão vertical da relação com os pais" (GOLDSMID E FÉRES-CARNEIRO, 2011, p. 775).

Tal estudo de Anna Freud e Sophie Dann (1951) é bastante interessante. As analistas observaram crianças severamente traumatizadas que foram acolhidas como órfãs em uma instituição na Inglaterra no pós-guerra. Era observada fortíssima e curiosa ligação entre aquelas crianças, que funcionavam como um corpo só. Por exemplo, se uma delas levantasse à noite, as outras também acordariam, ou se uma delas parasse de comer, as outras imediatamente seguiriam o grupo. Observo que no caso dessas crianças não parecia haver a eleição de um líder. Por outro lado, parecia um grupo fechado, encapsulado defensivamente, e que rechaçava aproximações dos adultos com os quais eram bastante hostis e agressivos. Somente se dirigiam a um adulto no caso de ser impossível conseguir algo de outra forma. Aos poucos, tal estrutura de encapsulamento foi sendo desconstruída (FREUD, A.; DANN, 1951). Uma experiência que deixa dúvidas se utilizada como ilustração do caráter sustentador do vínculo horizontal, parecendo demonstrar um tipo de vinculação talvez perigosamente patológica.

As autoras Goldsmid e Féres-Carneiro (2011) também trazem revisão teórica realizada em textos psicanalíticos de autores contemporâneos, e trazem material clínico ilustrativo da relação fraterna em seus aspectos de solidariedade e companheirismo. Fazem alusão à importância dos processos identificatórios presentes nas relações horizontais: "As experiências compartilhadas com os irmãos vão produzir as identificações chamadas horizontais, secundárias às identificações verticais representadas pelos ideais das figuras parentais" (GOLDSMID e FERES-CARNEIRO, 2011, p. 776).

Tal caracterização das relações fraternas como dimensão de horizontalidade, articuladas a uma verticalidade pertinente aos vínculos com os pais, merece ser destacada, pois vem a ser muito útil para nossas reflexões sobre casos de irmãos.

Trinidade-Salavert (2010) traz uma dimensão sobre a força da ligação hori-

zontal entre algumas fratrias a ponto de ser inviável uma nova inserção familiar. Ela afirma que:

> [...] algumas crianças, ou mesmo algumas fratrias que viveram muitos anos no abandono, só conseguem formar vínculos dentro de um relacionamento horizontal (entre pares), negando a verticalidade que implica o respeito ao lugar do pai, a presença da metáfora paterna nas suas estruturações psíquicas e sociais. (TRINIDADE-SALAVERT, 2010)

Podemos encontrar casais jovens inteiramente disponíveis para enfrentar este desafio sem se sentirem atacados narcisicamente. Mas a autora aponta para os riscos presentes nessas adoções que podem "impedir a construção de uma filiação bem-sucedida". (TRINIDADE-SALAVERT, 2010, p. 38). Aliás, esta união do grupo que se protege e repele a ligação com o adulto parece também sublinhada nas observações de Anna Freud.

Algumas pesquisas não psicanalíticas nos oferecem elementos muito úteis para a discussão deste tema, ajudando-nos a pensar mais sobre o caso de Gabriela e seus irmãos.

Bowlby (1984) vem destacar como a presença dos irmãos pode ser asseguradora em momentos de afastamento da figura materna, por motivo de hospitalização da mãe. Este autor estuda crianças pequenas, de até três anos de idade, que foram observadas na creche quando da hospitalização de suas mães. Sua observação constata como as crianças que estavam na presença dos irmãos permaneceram "mais calmas e menos agitadas do que as outras", apresentando reações como choro ou hostilidades em grau menos intenso e menos frequente. Nos primeiros dias, em especial, os irmãos procuravam frequentemente a companhia uns dos outros, conversando e brincando juntos. Diante de estranhos, diz o pesquisador, "apresentavam-se como uma espécie de unidade" (BOWLBY, 1984, p. 11). Tal unidade observada pelo pesquisador vem reiterar a já referida hipótese, trazida por Braier (2000), sobre

a formação de um "sistema defensivo-estruturante" por meio de fantasias de completude do grupo fraterno nesses momentos.

Ainsworth (1989) traz observações que vêm confirmar a percepção sobre o papel protetor desempenhado pelo irmão mais velho, tal qual Gabriela diante de seus irmãos. Quando do luto pela perda dos pais, a pesquisadora conclui que irmãos mais velhos podem ocasionalmente, ou por períodos extensos, desempenhar um papel paternal e cuidador para um ou mais de seus irmãos mais novos, podendo tornar-se figuras complementares para eles. Diz também que quando os pais de uma criança morrem, os sentimentos de luto e abandono podem ser aliviados pelo cuidado que ela recebe de um irmão mais velho, que desempenha o papel de protetor e de cuidador.

Quero destacar nessas pesquisas uma delimitação desse deslocamento de função comum ao mais velho a "períodos". Creio que o caráter ocasional deve ser destacado, pois esta pode ser uma função temporária que, como no caso de Gabriela, já trazia sinais de fragilidade. Gabriela de fato ocupara esse lugar protetor, entretanto, já não mais se dispunha a exercer tal papel, sentindo-se bastante sobrecarregada com uma função demasiadamente exigente. O caráter ocasional dessa função merece ser sublinhado, pois entendo que o mais velho possa exercer determinadas funções circunstanciais, substituindo figuras paternas, em situações transitórias e de crise, ou até mesmo quando não existem alternativas. Diferente é pensarmos no caráter mais prolongado desse papel, que, para além de se arriscar a não mais se sustentar, pode eventualmente trazer pesados ônus aos envolvidos, como nos ensina Gabriela.

O estudo de Cicirelli e Ainsworth (1995), sobre apego entre irmãos de até cinco anos, revela que os mais velhos proporcionavam cuidado e conforto aos novos quando estes demonstravam tristeza e angústia pela ausência da mãe, quando observados em uma sala de espera. Quando a mãe deixava a sala de brinquedos, o mais velho dispensava comportamentos de cuidado e conforto ao mais novo, e este demonstrava comportamentos de apego, buscando proximidade ao irmão quando a mãe estava fora, não o fazendo quando a mãe estava presente. A pesquisa conclui

que o irmão mais novo usou o mais velho como uma base segura para explorar um ambiente não familiar, o que conduz a pesquisadora à conclusão de que um pré-escolar pode sim servir como figura de apego para um irmão mais novo.

Curioso notar que essas pesquisas trazem a função dos irmãos mais velhos na sustentação e no cuidado com os mais novos, levando-nos a acreditar que, diante do afastamento do objeto materno, a figura do mais velho é solicitada – e não necessariamente o seu par ou o menor – como se diante de angústias de desamparo, as crianças pequenas fossem em busca, primeiro e imediatamente, daquele que esteja o mais próximo possível da posição do adulto cuidador. A busca parece ser daquele próximo conhecido que lhe parece mais capaz de garantir alguma segurança ou confiabilidade. E eu levantaria a hipótese de que talvez buscassem uma forma de substituição objetal, possivelmente pela necessidade de uma verticalidade que se encontra ameaçada.

Levanto aqui uma questão que nos propõe redimensionar a observação fenomenológica salientada por estas pesquisas, nas quais o irmão é buscado como apoio e referência. Se por um lado estas observações nos conduzem a pensar que, na ausência dos pais, as crianças buscam sustentação nas relações de horizontalidade, talvez possamos nos perguntar se esta busca quem sabe não estaria nos revelando uma procura por um objeto substituto das relações verticais ameaçadas ou perdidas. A procura pelo irmão talvez nos aponte para a busca de substitutos para relações ainda fundamentais. Quero destacar uma busca por relações de verticalidade que pressuponho tratar-se de uma composição entre o que chamamos função materna e função paterna.

A escuta clínica, a partir do viés transferencial, conduz-nos a indagar se o lugar ocupado por Gabriela, no período de crise familiar, em vez de remeter a um lugar fraterno, horizontal, talvez a colocasse diante da tentativa de restauração de uma verticalidade, como uma espécie de arremedo de função materna, mesmo que precariamente exercida. E, como vimos, talvez se sinta absolutamente sobrecarregada com uma função já não mais possível de se sustentar. Podemos nos perguntar: mas,

quem se ocuparia do mais velho, que pode ainda ser uma criança e necessitar de cuidados? Gabriela nos mostrava sentir-se, ela mesma, privada dessa relação de verticalidade, onde poderia se colocar aos cuidados de um outro. Aliás, motivo que parece revelar-se no apelo presente no atendimento psicoterápico. Qual seria a verticalidade desejada por Gabriela?

Sábia Gabriela

Gabriela chega até mim ainda sustentando um lugar de irmã mais velha, que rapidamente vai revelando sua fragilidade. A estrutura de irmã madura e responsável parece prestes a entrar em colapso.

E Ferenczi vem nos ajudar na compreensão do que se passa com ela:

> [...] todos nós sabemos que as crianças que muito sofreram, moral e fisicamente, adquirem os traços fisionômicos da idade e da sabedoria. Também tendem a cercar maternalmente os outros; manifestadamente estendem assim a outros os conhecimentos adquiridos a duras penas, ao longo do tratamento sobre seu próprio sofrimento; tornam-se indivíduos bons e prestimosos. Nem todos conseguem levar tão longe o controle de sua própria dor... (FERENCZI, 1931, p. 89)

Entretanto, Gabriela já não quer, e talvez não consiga mais, ser boa e prestimosa. Quer um espaço de atenção individualizado, só para ela. Precisa de um adulto capaz de proporcionar cuidados um tanto específicos. Como observamos, espera também que seus irmãos sejam cuidados por outra pessoa, pois já não mais se dispõe a sustentar-se no lugar da responsável.

Gabriela traz a imagem já referida por Ferenczi (1931) no sonho do bebê sábio, uma criança que precisou desenvolver-se precocemente por necessidade de superar situações traumáticas. Tal referência a esse "bebê" se sustenta sobre o mecanismo defensivo que subjaz ao funcionamento de sobrevivência, denominado por Ferenczi "auto-

clivagem narcísica": diante de uma situação traumática não compreendida pela criança, seu ego incipiente divide-se em dois "(...) numa parte sensível, brutalmente destruída, e outra que, de certo modo, sabe tudo mas nada sente" (FERENCZI, 1931, p. 88).

Este psicanalista, que tanto se debruçou sobre casos de adultos que teriam sido crianças traumatizadas, traz bela metáfora para esse mecanismo através do qual Gabriela fez-se amadurecer tão cedo, e desenvolver tão admiráveis recursos psíquicos: "pensamos nos frutos que ficam maduros e saborosos depressa demais quando o bico de um pássaro os fere, e na maturidade apressada de um fruto bichado" (FERENCZI, 1932, p. 119).

Um mecanismo que, como nos mostra Gabriela, pode ser muito útil por período transitório, mas comporta fragilidades e riscos se pensado a prazo mais longo. Como novamente Ferenczi já anunciara ao falar das crianças-prodígio:

> [...] a capacidade de realizar não é uma prova de verdadeira vontade de realizar e de verdadeiro prazer em realizar. A faculdade de superdesempenho adquirida por via traumática é (em consequência da corrente regressiva inconsciente, sempre forte) na maioria das vezes passageira (...), não tem o caráter de persistência e a capacidade de resistência em face dos obstáculos que emergem. Também é vulnerável: um novo traumatismo (ataque) gera facilmente um "colapso" (regressão a uma total incapacidade de viver, paralisia psíquica, ou seja, uma recaída no pueril/infantil com o desejo nostálgico de proteção, de amparo; o sonho e o mundo fantasístico são lúdicos, pueris (em especial o desejo de ser irresponsável). (FERENCZI, 1932, p. 269-270)

Ao longo de nosso trabalho, Gabriela vem expressando seus ressentimentos. Surgem momentos de raiva, de tristeza e de certa irresponsabilidade infantil ou adolescente, talvez jamais experimentada. Em um espaço mais seguro, sentindo-se amparada, na presença de um enquadre suficientemente confiável, no qual alguém mais possa ocupar-se de certas funções egoicas que ela precocemente foi obrigada a assumir, tem arriscado experimentar aspectos que precisaram ficar negativados, e que surgem agora com grande intensidade. Gabriela pode agora ser um pouco

"infantil", viver momentos de rebeldia, de raiva, ao lado de seus sentimentos de desamparo – a "irresponsabilidade infantil" mencionada por Ferenczi (1932). Momentos de esperanças, no entendimento de Winnicott ao observar o jovem que organiza atos antissociais na esperança de compelir a sociedade a retroceder com ele, permitir que experimente suas pulsões destrutivas e enfim aproximar-se de um self verdadeiro (WINNICOTT, 1966, p. 124).

Assim, a atribuição do papel de cuidador a outra criança, mesmo que mais velha, mesmo que cheia de recursos psíquicos, como ocorreu com Gabriela, pode trazer consequências delicadas a quem vier a ocupar este lugar.

Assistimos alguns aspectos da adoção de irmãos do ponto de vista da irmã mais velha, na perspectiva de Gabriela. Ficamos sem saber que perspectivas teríamos caso tivéssemos oportunidade de uma escuta mais fina do que se passava nos bastidores de Gustavo ou de Mariana.

Não temos dúvidas sobre o valor da presença dos irmãos em momentos de separação ou perda dos pais. Nosso contato com esses irmãos também nos confirmam a impressão de que sejam companhias preciosas e significativas, especialmente em circunstâncias de desamparo. Especificamente na situação vivida por estas crianças, não resta dúvidas sobre o caráter minimamente sustentador do grupo de irmãos. Saber que estavam todos juntos, tanto em casa, nos dias de extremo desamparo, quanto da passagem pelo abrigo, parece-nos confortador. Acredito que Gabriela tenha sido valioso elemento sustentador desse grupo, lançando mão de seus recursos egoicos para oferecer suporte para os menores e para si mesma.

Acrescentaria a estes dados o valor da proximidade dos irmãos ao longo de suas vidas, pois são testemunhas de uma história difícil de ser representada, que precisará ser narrada, contada e recontada. A preservação desses laços me parece de extremo valor.

A questão que agora se coloca diz respeito a complexas decisões para o futuro... Estamos diante de uma escolha dificílima, que já não se refere mais ao que seria preferível, mas de uma escolha entre as possibilidades existentes.

Separar ou não separar

Hamad (2001), mais um psicanalista estudioso do tema da adoção, mostra-se receoso com a ideia da separação de irmãos, preocupando-se com possível incremento da situação traumática já vivida por crianças separadas dos pais biológicos. Salienta que a separação de uma fratria constitui um traumatismo potencial, podendo redobrar a experiência de abandono já vivido (p. 105). Em outro momento do mesmo livro, ele afirma o caráter indesejável de separar irmãos, porém pontua o grande dilema presente nesta problemática:

> É bem verdade que não é desejável separar irmãos e irmãs. Deve esse princípio prevalecer em relação a outro, que é o de deixar correr quando uma oportunidade aparentemente feliz se apresenta para um membro da fratria? (HAMAD, 2001, p.102)

Entendo que em situações de catástrofe, os referidos deslocamentos de papéis sejam muito valiosos. Mas quando temos de pensar em novas medidas e soluções, contaríamos somente com a força do grupo de irmãos como elementos sustentadores a cada um destes pequenos sujeitos?

Conforme muito bem observa Kehl (2003), tem surgido uma tendência de "novas formas de aliança entre os irmãos, ao ponto de que talvez se possa pensar em uma função fraterna como complementar, na constituição do sujeito, da função paterna". A autora ainda observa que

> [...] nas famílias que se desfazem e refazem várias vezes ao longo da vida das crianças, os irmãos constituem referências sólidas para as identificações horizontais; alianças de afeto e cumplicidade entre os irmãos são mais estáveis do que os laços com os adultos. (...). Vale lembrar que os pactos horizontais entre irmãos, cuja lógica Freud já havia esboçado ao propor o assassinato do pai pela fratria como mito fundador das civilizações, não substituem a função paterna, mas são

> a própria condição para que o poder do "pai" se torne cada vez mais abstrato, fazendo da Lei uma função simbólica e não uma versão arbitrária do poder do mais forte. (KEHL, 2003)

Quero destacar nas observações desta autora a alusão ao papel complementar, como uma suplência da função paterna, que implica e pressupõe o necessário exercício das funções primordiais de pai e mãe, mesmo que não necessariamente exercidas por duas pessoas com vinculação biológica de genitores. Assim, ela afirma:

> [...] a função fraterna não substitui a função paterna, que opera para fundar o sujeito – no sentido do sujeito do desejo inconsciente – e podemos questionar se ela é capaz de operar, para o sujeito, quando a primeira falha. Além disso, enfatizo aqui que não se deve confundir a função do semelhante na constituição do eu, com a participação da fratria na constituição da função paterna. (KEHL, 2003, p. 38)

A família contemporânea tem feições muito diferentes daquelas das antigas sociedades, e as funções de pai e de mãe tiveram grandes modificações. Mas Nora Miguelez (2007) vem nos dizer que neste novo cenário, as funções da família como lugar de proteção e cuidados, libidinização e circulação de afetos, primeira socialização e limites, transmissão de proibições fundantes, etc. "continuam bastante estáveis, mesmo que se revelem conflitantes com determinados valores da contemporaneidade" (p. 113). De acordo com a autora,

> [...] as funções materna e paterna continuam a ser exercidas, mesmo que se abstraiam das mães e dos pais concretos e que eles distribuam entre si e com outras pessoas e instituições (babás, creches, escolas, mídia, etc.) seus ofícios, fora das ortodoxias. (MIGUELEZ, 2007, p. 113)

Na observação de Miguelez (2007), muito se tem falado sobre a falência do poder patriarcal na cultura contemporânea. Situação que, em suas palavras, teria

trazido "um horizonte de igualdade democrática e de laço social desenvolvido na horizontal, com exclusão da dominação vertical". Mas introduz importante ressalva destacando que o espaço para a hierarquia ainda permanece em nossa cultura como o lugar próprio da infância.

> Por mais respeitosos e democráticos que possam ser os adultos da família e seu entorno, existe uma hierarquia explícita entre o adulto e o infante. Um poder que se exerce inevitavelmente. A criança é humanizada, educada, socializada, alimentada, ensinada a amar, a falar, a escrever. Ela já nasce organizada em um espaço que cria um laço social na vertical, que será interiorizado. (MIGUELEZ, 2007, p. 114)

Desse modo, a autora nos lembra da essencialidade dos espaços de verticalidade; reivindicado por Gabriela ao longo de nosso trabalho.

Alternativas de verticalidade

Por outro lado, existiria a chance de restaurar a situação de verticalidade em outros espaços e outros tipos de vínculos, independentemente da colocação de crianças em famílias adotivas? Seria a família ainda o único lugar eficaz para o exercício de funções maternas e paternas? Podemos mesmo contar com a família adotiva para a garantia do exercício suficientemente bom dessas funções? Pergunto-me se as instituições de acolhimento, na figura de cuidadores suficientemente bons, poderiam ocupar um lugar possivelmente propiciador da referida situação de verticalidade. Eventualmente, surgem propostas de manutenção de crianças e adolescentes nos abrigos, em detrimento da separação dos irmãos, e esforços para encontrar outras formas de vinculação que possam ser substitutivos da verticalidade familiar. Há experiências em instituições nas quais vínculos muito significativos podem ocorrer. Entretanto, não garantem necessariamente a continuidade após os 18 anos. Assim, conta-nos Gabriela ao trazer as angústias dos adolescentes diante do desligamento

do abrigo. Existem novidades em estudo, como os projetos de apadrinhamento afetivo que vêm sendo desenvolvidos no Grupo Acesso. Aguardamos esperançosamente os resultados desses trabalhos que anunciam resultados muito promissores.

Lembro-me de uma antiga paciente que atendi por alguns anos. Essa mulher havia adotado dois filhos, um menino e uma menina, que naquela época já eram adolescentes. Eram parte de um grupo de quatro irmãos que havia sido dividido com o intuito de facilitar a inclusão em famílias adotivas, mas com a condição prévia de que as duas famílias adotantes mantivessem contato entre elas. Esta alternativa que separa os irmãos, inserindo-os em duas ou mais famílias adotivas com o compromisso de mantê-los em contato, acaba por ser uma medida escolhida em alguns casos.

Aquelas crianças haviam vivido histórias gravíssimas ligadas a maus-tratos e violência sexual. Minha lembrança a partir do contato com a mãe é de que as problemáticas entre aquelas crianças giravam mais em torno das figuras paterna e materna, os pais de origem e os pais adotivos. Não tenho lembranças de questões surgidas com relação a este tipo de separação entre irmãos. Eles encontravam-se esporadicamente, mantendo o compromisso selado na data da adoção e, na minha memória, os encontros não pareciam momentos muito significativos... Mas ficamos sem saber se as relações fraternas não ocupavam lugar de destaque, ficando em silêncio justamente por estarem tranquilas, ou se outras questões eram mais emergentes. Fico a pensar se em torno de certos casos tão complexos, certas problemáticas mais angustiantes ganham seu espaço e outras ficam relegadas a um segundo plano. Por exemplo, minha colega que atendia um dos filhos, um rapaz gravemente traumatizado por ter sofrido abusos sexuais, refere que no longo e intenso trabalho analítico com ele, a figura do padrasto ocupava lugar absolutamente central. E surpreende-se ao observar como a figura materna teria sido pouco mencionada, ocupando lugar menos relevante. E ela mesma escreve: “Temos, nesse caso tão dramático, uma evolução de múltiplos traumatismos. É tão brutal o abuso que se perde de vista o traumático que é perder a mãe aos cinco anos” (FERREIRA, 2011, p. 98).

A separação de irmãos que propõe a manutenção do vínculo entre as crianças, mesmo quando em diferentes famílias, parece-nos uma proposta interessante. Uma alternativa de instaurar uma relação de verticalidade muito necessária, com uma forma alternativa de manter as ligações entre as crianças. Embora implique um tipo de separação não livre de suas dores, esta alternativa dá sinais de alguma viabilidade diante deste cenário tão complexo. Mas devemos lembrar que também esta alternativa não deixa de apresentar suas vicissitudes. Assim nos mostra a seguinte experiência.

Atendi a uma mulher que adotara duas meninas, de 6 e 8 anos, de um grupo de três irmãs. A irmã mais velha, adolescente, ficara no abrigo. Havia considerável dedicação da mãe adotiva para manter o contato entre as três irmãs. Mas na intimidade da clínica, ela trazia suas ambivalências sobre a manutenção desses contatos. Sentia-se muito culpada por não haver acolhido a mais velha, mas não se achava em condições financeiras e afetivas de acolher uma adolescente – que, por sua vez, também não demonstrava interesse em uma adoção. Por outro lado, os contatos com a irmã mais velha reavivavam uma história da qual ela muitas vezes gostaria de se distanciar. As meninas voltavam dessas visitas entoando músicas sexualizadas que a incomodavam, despertando fantasmas sobre suspeitas de uma sexualidade promíscua na origem biológica, para citar um exemplo. Os encontros também relembravam e as colocavam em contato com a cultura de uma classe socioeconômica à qual a família não pertencia, trazendo desconfortos ligados a essas diferenças e a decepções narcísicas por parte dos pais. Felizmente, era uma família cuidadosa, que buscava espaços para refletir sobre essas inquietações e, embora vicissitudes pudessem ocorrer, a escolha não inviabilizou a estabilidade da nova família. São histórias com as quais a família irá conviver mais ou menos harmonicamente ao longo do tempo.

Penso que falar da adoção de grupos de irmãos comporta o risco de generalizações perigosas. Cada família trará um projeto, e cada mulher ou homem traz seu próprio projeto pessoal, absolutamente singular com relação a ter ou não filhos e ao modo

como se relacionará com eles. Assim também cada grupo de irmãos tem sua peculiaridade e cada indivíduo do grupo traz uma história muito singular. É importante demarcar que um grupo de irmãos se compõe de indivíduos com características subjetivas especiais, com necessidades específicas muitas vezes difíceis de serem apreendidas, e que correm o risco de ser desconsideradas em função de um grupo maior.

A experiência com esses caso abriu espaço para que outros casos em torno da adoção de irmãos fossem surgindo na minha clínica. Muitos deles me surpreendem pelas semelhanças e a aparente repetição de cenas. Mas a prática clínica também nos mostra como cada um vive a experiência de irmandade de um modo muito próprio, assim como também a da adoção pode ser experimentada de modos tão peculiares.

O caso das irmãs Alice e Clarice, apresentado a seguir, convida-nos a ampliar questões sobre o tema dos irmãos na sua dimensão entre o singular e o grupal, lançando luz sobre a necessidade de olhares individualizantes sem perder de vista a dimensão grupal e os desafios que esta perspectiva comporta.

Parte II – Alice e Clarice: um *setting*, duas meninas

Alice e Clarice, de 7 e 5 anos respectivamente, chegam até mim com uma demanda inespecífica, trazidos por uma técnica do abrigo onde viviam desde os cinco e dois anos, respectivamente. O pai biológico havia sido destituído no momento do acolhimento, mas a mãe e a avó materna, apesar de não apresentarem condições de manter a guarda das crianças, lutaram pelas meninas durante bastante tempo, insistindo em ficar com as crianças e, mesmo quando em processo de destituição do poder familiar, ainda burlavam os acordos judiciais aparecendo inesperadamente no abrigo ou na escola em que as crianças estudavam buscando contato. Os pais não viviam juntos, não tinham moradia fixa, e havia um envolvimento grave com drogas. Foram realizadas tentativas de reinclusão familiar, mas, de acordo com as informações recebidas, foram esforços sem sucesso, terminando na destituição dos responsáveis.

A queixa sobre as meninas trazia uma preocupação de se providenciar um atendimento individual para a mais velha, de modo que um processo terapêutico já iniciado com outra terapeuta, recentemente interrompido, pudesse ter seguimento. Havia também uma preocupação com o destino delas e pairava no ar a dúvida sobre as chances de inclusão das duas juntas em família substituta. Decido conhecer as duas juntas e observá-las para apurar a demanda.

Recebo então duas menininhas muito encantadoras. São muito parecidas, usando os cabelos cortados e penteados do mesmo modo, com presilhas iguais. Muito vivas e alegres chegam querendo explorar absolutamente todo o espaço do meu consultório. Absolutamente todo! Há grande dificuldade em mantê-las dentro de um limite de espaço da sala de atendimento de crianças. Querem ultrapassar os limites do *setting*, ir para a sala de adultos, circular pela sala de espera e banheiros. Querem pegar tudo o que veem pela frente, abrir portas de armários, livros, luminárias, telefone, persianas, interruptores, botão do ar condicionado... Já antecipando que tal cena poderia ocorrer, eu havia preparado o espaço, limitando o excesso de informação no ambiente, mas tal cuidado foi muito insuficiente.

Era bombardeada com um excesso de perguntas. "Tia, tinha alguém aqui antes? Tia, pra que isso? Tia você mora aqui? Tia, posso levar isso? Tia por que sua sapatilha é vermelha? Você nos viu lá fora, na rua, quando a gente tava chegando? Você tava atendendo a Isadora? Quem estava aqui antes? Quem deitou nesse divã? Quem tomou a água que completava a garrafa? Quem estava brincando lá? São adultos ou crianças que vêm aqui?"

Tia, tia, tia... me convocam com esta designação indiscriminada... Um fluxo ininterrupto de perguntas sem resposta, pois não havia pausa suficiente para sequer tentar respondê-las e, curiosamente, elas mesmas não pareciam esperar uma resposta. Esperar? Não parece fazer parte de seu repertório.

Alice, a mais velha, tem alguma dificuldade na articulação da fala, trocando algumas letras, mas nada que atrapalhe minha compreensão ou seu fluxo verbal.

Começam a escrever letras na lousa (estão em momentos diferentes da alfabe-

tização, mas ambas interessadas nas letras) e pedem que eu leia ou decifre o que escreveram. "O que eu escrevi, tia?" Me perguntam, possivelmente confusas e atônitas com o que me parece uma turbulência, um excesso que brota de dentro delas, sem ser contido ou compreendido. Refiro-me a "elas", pois parece que funcionam em uma dupla, e o que uma fala é também imitado pela outra. Nos momentos iniciais vejo pouca diferenciação entre elas.

Estou atordoada com o fluxo intenso, incessante e transbordante de demandas, de perguntas, de proposições, de informações, de questões. Demandas excessivas que não me permitem tempo e espaço para processamento psíquico e nem para responder apropriadamente. Vou ficando cansada. Muito difícil lidar com as duas ao mesmo tempo, pois demandam intensamente minha atenção. Vejo a mim mesma sendo muitas vezes obrigada a reagir primeiro – agir e somente depois pensar. Duas crianças transbordantes, de difícil contenção e que invadem um *setting* que naquele momento parece incapaz, insuficiente para conter demandas tão intensas.

Fico muito intrigada com o excesso de perguntas dirigidas a mim, principalmente nos momentos inicias de nossos encontros. Quando me perguntam se eu as vi lá fora, indago se já viriam, no caminho, pensando em mim e imaginando se também eu estaria pensando nelas, antecipando sua chegada. Estaria eu também igualmente ansiosa a espera delas? Talvez já viessem conversando, imaginariamente, comigo ao longo do caminho... As perguntas podem variar, mas aos poucos vou observando que há um refrão bastante significativo sobre o que deve passar-se com elas.

Vou entendendo que lidamos com movimentos de presença e ausência – questões muito cruciais sobre o destino do objeto, quando de seu afastamento ou desaparecimento. O que estaria eu fazendo quando elas não estão lá comigo? Com quem estaria eu? Estaria eu pensando nelas? Ou seriam esquecidas por mim quando se vão? O que ocorre comigo quando não estão lá? Passo a acreditar que nosso enredo deva girar em torno da presença e ausência de seus objetos significativos. *Para onde teria ido meu pai, minha mãe, minha avó e tantas pessoas que passaram por*

nós e desapareceram? Estariam elas ainda pensando na gente? Com quem estariam agora? Perguntas incessantes que essas meninas retomam compulsivamente, justamente por não terem desenvolvido recursos psíquicos de criar representações que substituam as ausências objetais. Talvez estejamos diante de modos de presenças e ausências objetais que não permitiram o estabelecimento desse tipo de elaboração tão sofisticada. Tenho em mente teorias que discorrem sobre problemáticas ligadas a dificuldades representativas diante de ausências objetais, como já referira Green (1988) e também Winnicott (1971). De acordo com este último, o prolongamento exagerado da ausência materna provoca o esmaecimento da representação interna do objeto, sem esperanças de seu retorno e o objeto é desinvestido libidinalmente (WINNICOTT, 1971). Green também se dedicou ao estudo de quadros nos quais as modulações entre presença e ausência objetal trazem consequências na capacidade representativa do pequeno sujeito (GREEN, 1988).

Em meio àquela agitação, esforço-me em propor algumas conversas sobre essas observações. Comento como ficam curiosas sobre o que acontece aqui antes e depois de virem... "Ficam pensando muito sobre isso, não?" – Indago-lhes com a impressão de que não me escutaram. Suas falas não são um diálogo, mais parecem brotar como que compulsivamente, sem esperar respostas – um movimento de excorporação de angústias não contidas e não representadas, que são expulsas do psiquismo e, nesse momento, nem sequer contam com um objeto para essa sustentação. Um objeto que possa ocupar-se do Eu da criança, descarregando-a de angústias ou daquilo que pode ser excessivamente desagradável (GREEN, 1986, p. 292).

Fico a imaginar que talvez não tenha mesmo havido respostas adequadas dos objetos e sua função de espelhar, refletir, empatizar e de conter.

Descobrem o tanque com água, espaço sempre convidativo às crianças do meu consultório. Iniciam uma brincadeira na qual um barquinho de papel vira um banhista que está sendo carregado pelo fluxo de água e surge um salva-vidas. Ótima metáfora! Entretanto, tudo transcorre tão rapidamente, e a brincadeira logo se transforma em uma experiência de observação que busca investigar de onde vem e para onde

vai o fluxo da água que sai da torneira. Logo surgem pesquisas muito excitadas com o abre e fecha da torneira e tentativas de represar a água tapando o ralo. Tudo muito interessante para o conhecimento psicanalítico... mas também muito rápido. As sessões se passam como flashes, como sobreposições de imagens que rapidamente se esvaem e, embora muito elucidativas para mim, perdem-se em meio a uma grande excitação.

Vivo a angústia de uma criança que pode haver sido investida libidinalmente, mas que tem de lidar com o desaparecimento de seu objeto de interesse sem que tenha tido tempo de curti-lo suficientemente – rapidamente se esvai sem sabermos para onde foi e nem mesmo se haverá retorno.

Represamentos de água me parecem movimentos bastante úteis para essas meninas que vivem essas torrentes de impulsividade e de pouco, ou nenhum, controle.

As duas são muito curiosas e exploradoras das coisas do meu consultório, mas Clarice, a menorzinha, demonstra grande interesse em mim, mais especificamente, no contato corporal. Com frequência busca o contato físico comigo, querendo meu colo ou encostando-se ou apoiando-se em mim enquanto brinca. Se me sento no chão de pernas cruzadas, parece pensar tratar-se de um convite, um lugar que a ela pertence e que vem ocupar, sem nenhuma cerimônia ou hesitação, sentando-se imediatamente no meu colo. Uma contenção que, a seu ver, é seu direito!

Se surge rapidamente uma proposta de um jogo, mostram-se capazes de alternar a vez de cada uma, até mesmo incluindo minha jogada, pois fazem questão da minha participação na brincadeira – muito embora estejam com pressa de que chegue logo a sua vez. Ao contrário do que poderíamos pensar, na hora de nos despedirmos aceitam o término e até topam guardar o material. Esses tipos de limites parecem relativamente bem aceitos por elas. Mas há sempre um pedido para levarem algo para casa. No primeiro dia insistiam em levar a massinha e duas bonequinhas. Explico-lhes que poderiam sim levá-las, mas certifico que voltarão na semana

seguinte e, se deixarem lá os brinquedos, eu os guardo para que possamos retomar as brincadeiras. Colocado desta forma, com a garantia de um retorno, podem esperar – o que é uma importante revelação. Estamos de fato às voltas com receios de não continuidade de nosso vínculo. A avidez excessiva talvez esteja relacionada a uma angústia de separação, na qual os objetos ficam perdidos e irrecuperáveis. Aliás, uma das preocupações entre os técnicos do abrigo eram episódios de "furtos" de pequenos objetos...

Entendo que o drama dessas meninas gire em torno de presenças e ausências não significadas, perdas objetais precoces, vínculos líquidos e buscas por represamentos ou elaborações representativas. Parecem demandar presenças, continuidades, permanência de objetos, e contenções representativas. O que fazer? Que indicação terapêutica seria apropriada?

Indicá-las para um processo psicoterápico individual? Neste caso, faríamos a separação das duas e cada uma seria encaminhada para uma terapeuta individual? Uma experiência psicoterapêutica, mesmo que individual, seria suficiente? Vou concluindo que a inclusão dessas meninas em uma família faz-se urgente. Suponho que um ambiente previsível, na presença de adultos estáveis, capazes de empatizar e de conter essas crianças deve ser mais urgente nesse momento. Uma possibilidade seria a agilização do processo de colocação em família adotiva, e neste caso eu poderia seguir acompanhando as irmãs, com o intuito de uma preparação para a passagem para a família adotiva, em um modelo de trabalho que venho desenvolvendo com outras crianças. Surge a pergunta: atender as duas juntas ou separadamente? Pergunta "que não quer calar", e parece sempre retornar quando se trata de grupos de irmãos, ressurge em minhas constantes dúvidas...

A decisão toma o caminho de seguir com as duas, ocupando o lugar de sustentação de um vínculo que permita, dentro do possível, trabalhar ligações e separações e, aos poucos poder acompanhá-las no processo de aproximação à família adotiva, entendendo que esta seria a medida primordial neste momento. Tal proposta de trabalho compreenderia também o apoio aos novos pais, como um cuidado essencial a

ser tomado a partir da minha experiência contratransferencial com elas. A demanda excessiva dessas meninas poderia invadir novos pais, que rapidamente poderiam sentir-se insuficientes, possivelmente sobrecarregados e talvez narcisicamente estremecidos em sua capacidade de acolhê-las. O cuidado na escolha e no apoio aos pais me parecia extremamente importante inclusive para evitar possíveis desencontros e catastróficas desistências.

Uma escolha difícil, como já foi apontado anteriormente, pois a procura por este tipo de adoção que envolve mais de uma criança não nos oferece muitas opções – pelo contrário, há raros candidatos disponíveis para receber mais de uma criança ao mesmo tempo. Por este motivo, pensamos que a escolha dos candidatos é delicada, e o oferecimento de um acompanhamento aos pais, no processo de adaptação poderia ser elemento facilitador desses encontros de necessidades. Fica disponibilizada esta proposta e estabelecida uma parceria com a equipe do Fórum responsável pelo caso.

A escolha de atender as duas juntas tem trazido novos elementos para reflexão. As sessões transcorrem de forma semelhante, mas aos poucos venho me sentindo cada vez mais dividida. Demandam minha atenção constante e simultânea. Falam ao mesmo tempo, querem me mostrar suas descobertas e habilidades. Vivo constantemente a dor de ser insuficiente, e dispor de pouco espaço para atenção mais singularizada a cada uma. Muitas vezes lamento não conseguir deter-me no tema de alguma delas. Apresento algumas situações vividas que me trazem indagações.

Elas adoraram um “quebra-cabeça” de madeira que estava na sala de adultos, a princípio não disponível para elas, pois nosso enquadre deveria limitar-se ao que está na sala de crianças. Na insistência de brincar com aquele jogo, muito difícil para elas, acabo aceitando o desafio e elas se alternam nessa brincadeira, já que é um jogo individual. Com este jogo elas ficam mais calmas e mais concentradas.

Certo dia acompanho Clarice, a menor, para quem o jogo é ainda mais difícil. Proponho-me a ajudá-la, mas ela insiste em fazer tudo sozinha, quer me mostrar que sabe e é potente! Acabo por inventar um arranjo, no qual dou dicas que podem ser

aceitas por ela, como uma brincadeira de "tá quente, tá frio", a cada vez que ela move a peça correta. E assim, fazemos uma gostosa parceria na qual ela vai conseguindo executar o jogo e faz muitos pontos. Estamos nos divertindo.

Nesses momentos, Alice está entretida com alguns recortes de papel, permitindo-nos desfrutar da agradável brincadeira. Eis que Clarice quer ir ao banheiro, interrompendo o jogo. A irmã nessa hora aproveita "a deixa" da ausência da outra e pede que eu jogue uma rodada com ela... e eu, impensadamente, aceito. Quando Clarice volta, fica muito brava e magoada comigo. Faz uma cara muito feia, cruza os braços e olha para o chão – recusa-se a falar comigo. Mostra toda sua indignação por haver perdido o momento tão gostoso, de parceria entre nós. Não parece estar brava com a irmã – mas sim comigo! Uma grande decepção! Fico também chateada com o fato de termos perdido aquele momento. Uma cena importante que trouxe à tona uma situação bastante complexa entre nós três, a necessidade de encontros mais individualizados e a dor de ter que abrir mão dos encontros duais e lidar com uma triangularidade. Uma triangularidade precoce? Talvez... vivemos juntas momentos de dor e me esforço para colocar em palavras o que observo e sinto, e procuro me fazer ouvida.

Depois de muitas conversas (pois naquele momento ela está quieta e me escuta), e, felizmente, antes do fim da sessão, ela relaxa e topa fazer as pazes comigo. Ofereço meu dedinho, em sinal de pedido de amizade e vejo com prazer que sua capacidade de reinvestir objetos encontra-se viva e atuante!

Destaco esse momento delicado, pois nos mostra como a exclusividade, a atenção singular e as experiências compartilhadas são caras a elas e como podem ficar ressentidas quando esta situação se quebra. Observamos também como as rupturas podem ser sentidas intensamente. Assisto e sou tocada por um pungente lamento por parte de Clarice. Isso me leva a pensar muito na futura experiência dos novos pais, que certamente serão também tocados por esses sentimentos e como um apoio a eles também pode ser útil. Esta situação nos ensina que receber duas crianças simultaneamente pode ser um desafio considerável, podendo levar a desgastes e

frustrações para todos, inclusive também para o adulto que, desejoso de prazerosas parcerias, pode sentir essas dificuldades e dores junto a elas. Aprendo com elas o quanto o espaço elaborativo das separações e rupturas pode ser necessário nesses momentos.

As brincadeiras com água se repetem e a cena da banhista a ser salva por um salva-vidas imaginário é retomada com frequência. Também as tentativas de represamento da água que nunca funcionam bem... repetem-se ainda na mesma intensidade e rapidez. Penso se seriam momentos para intervenções interpretativas, mas logo desisto, passando a acompanhá-las no esforço de manter a água represada no tanque e responder à demanda através da brincadeira acompanhada de narrativas verbais sobre as angústias observadas na brincadeira.

Elas querem mais personagens "banhistas". Exclamam excitadas "essa sou eu, essa sou eu!", e assim disputam quem será a tal personagem. As duas querem ser a protagonista da história, entretanto há somente um objeto representando a banhista. Mais uma vez entra em cena o desejo de ser personagem principal da história. Estariam precisando de um objeto concreto exclusivo para as representações de cada uma delas? Isso as leva a procurar por outros brinquedos pela sala.

Um impulso impensado, talvez um *enactment* (CASSORLA, 2003), leva-me a abrir meu armário, onde há outros brinquedos que podem atender a essa demanda. Elas ficam absolutamente encantadas com uma nova caixa cheia de pequenos brinquedos que, receosamente, lhes apresento. Digo receosamente por temer que um excesso de estímulos pudesse ser exageradamente excitante em um cenário de tantas excitações não contidas.

Entretanto, curiosamente, esta novidade provoca nova dinâmica nas sessões. Começam a ocupar-se de brincadeiras individuais. E desde então, elas vêm montando duas narrativas distintas, em espaços diferentes, cada uma em um canto da sala, e com objetos que elas mesmas selecionaram daquela caixa maior. Situação nova que tem me imposto novamente o desafio de dar atenção a cada uma delas individualmente. Sinto que perco muito por não poder dedicar-me mais

atentamente a cada uma dessas narrativas, pois há sempre outra montagem sendo performada ao meu lado solicitando minha atenção e igualmente interessante para mim.

Vale observar que agora, nestas montagens, elas têm se detido por mais tempo, saindo da cena de flashes rápidos e "líquidos" de nosso começo. Parece que se dedicar a uma narrativa própria, mais específica da realidade psíquica mais individual de cada uma delas lhes traz certo conforto e tranquilidade. Creio que a inusitada introdução dos novos elementos teve importante papel, como novos suportes de figurabilidade às cenas individuais.

Embora me convoquem para participar de suas narrativas, ora como uma plateia entusiasmada, ora como participante, sinto que sou menos demandada nesses novos momentos. Ao que me parece, nesses momentos os elementos do enquadre ganham chance de ficar mais silenciosos, deixando de tomar a cena tão intensamente. Nessa nova etapa, as duas irmãs começam a se diferenciar, demonstrando e exercendo individualidades mais claramente definidas.

Curioso notar que, de início, enquanto selecionavam elementos desejados por cada uma, iam ficando prazerosamente surpresas ao encontrar alguns objetos que denominam: "de coleção". Observam com prazer aquelas que pertencem à mesma categoria: "Ah, esse é de coleção". Podiam ser animais de coleção, ou personagens de uma mesma história, como a turma do Mágico de Oz, por exemplo. Então, se porventura encontravam o Homem de Lata, logo ele era incluído na coleção junto de Dorothy e os outros personagens da mesma história. Isso me leva a pensar como as duas são vistas em dupla, muitas vezes indiferenciadas. Até que ponto ser uma dupla indiferenciada pode ser útil e em que momento começa a ser conflitiva ou angustiante? Faço a observação de que elas também são "meninas de coleção", são da mesma família, não? Mas esta é também uma situação que nos induz a questionar se objetos de coleção podem ser desmembrados ou se devem manter-se sempre "em coleção", e em quais condições... Ou, pelo menos, esta é uma questão com a qual me debatia internamente com frequência.

Nesse momento de nosso trabalho se delineiam duas narrativas que ocorrem paralelamente.

Clarice está às voltas com um mundo de pequenos e grandes animais, com os quais inicia classificações. Primeiro ela os categoriza dentro das tais coleções. Logo vai transformando as categorias alternando com outros padrões de organizações. Reposiciona-os lado a lado, de modo que cada animal pequeno esteja acompanhado de um maior. Depois ela os arranja numa linha de frente de animais maiores, e logo atrás vêm os menores. "Os maiores estão lá para proteger os menores", diz ela. O animalzinho maior é eventualmente nomeado como sendo "a irmã mais velha". Destas classificações iniciais, ela muda para pequenas "briguinhas" entre os animais, que terminam quando surge um maior e os faz parar de brigar, resolvendo uma situação. Certa hora, Alice intervém na brincadeira de Clarice, e oferece a ajuda da "professora", personagem de suas narrativas pessoais. A dita professora chega, separa as duas que estão brigando e, levando uma delas consigo, quer confirmar se levou a responsável, iniciadora da briga. E dirige uma pergunta a mim: "Foi ela que começou né?"

Vejo a necessidade de incluir um juiz, ou algum objeto externo, maior, que seja capaz de ajudar nas conflitivas. Assim, Clarice traz a necessidade da existência de um elemento protetor, que possa vir em salvamento das turbulências que podem ocorrer entre os pequenos. Um lugar vertical como já se observou em outras histórias clínicas, que eventualmente pode ser exercido pela irmã mais velha.

Alice tem-se dedicado a montar casinhas, com móveis, camas e outros objetos de uma casa. Diz: "Aqui estão as camas, aqui está mamãe, o papai, a filha, a outra filha..." Com frequência ela inclui a figura de uma professora. A professora surge na mediação de conflitos. Vou compreendendo que há a inclusão de um elemento que parece funcionar na proteção das relações entre os personagens da casinha. Mas a casinha também parece estar constantemente em perigo e eventualmente surge a figura da polícia, um elemento novo convocado para manter a paz. A figura da professora insiste e está presente em diversas de suas narrativas, inclusive na sua "agenda pessoal", um tipo de álbum com fotos e anotações. Já me contara certa vez sobre

uma ajudante da professora de sua escola, de quem gostava muito, e certa vez lhe falou de seu desejo de que ela viesse adotá-la. Aliás, Alice diz que quando crescer quer ser professora, apontando para suas identificações com esses personagens de sua vida com os quais houve uma ligação de afeto significativa.

Nessas narrativas mais individualizadas podemos observar a presença de um elemento em comum, que são as frequentes menções a uma verticalidade. As referências ao elemento vertical me levam a indagar sobre o lugar das representações sobre família, ou sobre imagens dos pais biológicos. Clarice, por exemplo, teria sido afastada da mãe muito precocemente, antes de dois anos, e Alice provavelmente quase aos cinco anos. Mas podemos observar fortes referências a esta instância supostamente superior que as supervisiona, cuida, observa – embora não seja uma moradora das casinhas montadas.

Tivemos algumas sessões nas quais trouxeram suas agendas: Alice com uma agenda mais elaborada e Clarice com um caderno, com esboços de agenda, próprios à sua idade. Tal material seria excelente recurso para nossas conversas. Entretanto, nesse momento da vida há pouca disponibilidade delas para "sentar e folhear" cadernos ou livros. Entregaram-me os cadernos e dirigiram-se imediatamente aos brinquedos. Decido perguntar-lhes se querem ver as "agendas" comigo ou preferem brincar de outra coisa? Respondem que posso ir olhando "enquanto a gente fica aqui". Vou folheando e comentando coisas que me chamam atenção. Na agenda de Alice encontro uma foto junto à tal professora auxiliar e um bilhetinho anexado. Curiosamente, nesse bilhete ela diz ser sua mãe. Muito intrigada e até perplexa eu pergunto: esta é sua mãe?! Ela responde soltando uma risada: "Não, ela era a professora ajudante! Ela brincava com a gente. É nesse momento que me conta que aquela mulher dizia querer adotá-la. Procuro desenvolver a curiosa conversa, mas ela já se distraiu.

Encontro, na agenda de Clarice, um esboço de desenho que me parece uma família, com nomes escritos logo abaixo. São duas crianças, um homem e uma mulher. Leio os nomes e comento: "Seus pais se chamam Mário e Eliana?" Elas ficam confusas, dizem sim e não... tentam me explicar: "é que tem a Eliana e a Eliane. Eliane

é mãe de mentirinha! Intrigada, peço esclarecimentos, dizendo que fiquei confusa. Entendo que havia uma educadora do abrigo com nome parecido com o nome da mãe biológica. Observo certa confusão entre quem é pai, quem é mãe, o que é "de mentirinha" ou não. Fico a imaginar como estes personagens podem estar um tanto confusos também para elas. Afinal, Clarice está afastada da mãe biológica desde tão pequena... Outras figuras femininas surgem e se vão. Viveram, ainda no período de abrigamento, uma série de mudanças de profissionais na instituição. Da parte de Clarice, o que posso destacar é sua necessidade de exclusividade, de contenção corporal, a referida demanda por colo, de olhares atentos e também por objetos que sejam protetores, tal qual a "irmã mais velha" nas brincadeiras com os animaizinhos.

Alice já traz outras observações. "A Eliana (mãe biológica) está arrumando as coisas pra vir nos buscar", me conta. Encontrou com ela na praça e ela veio lhe dizer isso – diz ela, deixando-me confusa entre sonho e realidade.

A avó também "disse que ia voltar para nos levar pra morar com ela", diz ela. Estas pessoas da família de fato surgiram algumas vezes, a despeito da determinação judicial de afastamento da família, tomada por entenderem que o vínculo familiar se fazia confuso e pernicioso para as crianças. Uma família com diversas passagens policiais de violência doméstica (não contra as meninas, mas entre os adultos), de grave envolvimento com drogas e severos problemas psiquiátricos, segundo as informações que recebo. Mas que, apesar das intercorrências policiais e de ordem psiquiátrica, imaginamos que essas figuras lutaram por estar perto das meninas.

Diante dessas falas soltas, que me deixam em dúvida entre realidade e fantasia, aponto-lhes a vontade e talvez o sonho de as ter por perto. Tomo a liberdade de lhes dizer que imagino como os pais também deveriam ter esta vontade, e talvez por isso surgissem eventualmente por lá. Sinto a necessidade de lhes dar algumas explicações sobre estas circunstâncias tão comovedoras e de tão difícil compreensão. Digo-lhes que, pelas informações que eu recebera, seus pais não tinham onde morar, e que as crianças precisam ter uma casa. Acrescento que este era um dos motivos pelo qual, por mais que quisessem, não poderiam de fato levá-las de volta. A mais

velha então confirma dizendo: "Isso mesmo, eles não podem mais vir". Acrescento que é por isso que o juiz está pensando em uma adoção para elas e está procurando uma família capaz de prover o que necessitam. Tem início então uma conversa sobre adoção, comum nesses momentos entre crianças que convivem em abrigos, falando das amigas que foram adotadas. Alice diz querer ser adotada. Quer uma "casa que tenha um parquinho com um balanço".

Neste momento, o processo já está tramitando há bastante tempo e não surgiram interessados na adoção das duas crianças. A equipe do Fórum, do abrigo e também eu mesma estamos todos preocupados e angustiados com tomadas de decisão. Diante da dificuldade em localizar interessados, começa a ser levantada a questão sobre a separação das irmãs, pois para crianças individualmente, especialmente meninas, há sim candidatos habilitados. Sabemos muito bem que o plano da adoção conjunta pode tornar-se cada vez mais difícil e possivelmente inviável com o passar do tempo. Como pudemos observar, possíveis interessados em acolher as duas meninas precisam estar suficientemente preparados para uma demanda bastante intensa, tornando a escolha de candidatos mais delicada. Começo a me preocupar com a passagem do tempo, que poderá tornar cada vez mais difícil esta adoção. A grande prioridade é a colocação dessas duas meninas juntas, conservando os laços que as unem. A parceria entre elas não deixa dúvidas sobre a importância desta ligação. Mas diante do quadro que se apresenta, surge dificílima escolha, que agora se coloca entre priorizar o vínculo entre elas ou a colocação em adoção.

Parece necessária a consideração de medidas que garantam algumas demandas bastante fundamentais para cada uma delas a partir de evidências observadas na clínica. Destaco a necessidade de ambientes estáveis capazes de prover experiências de continuidade no interjogo entre presenças e ausências suficientemente moduladas de modo a promover processos de simbolização. Uma tarefa delicada para a qual a dimensão de verticalidade se faz fundamental.

Mas fica a dúvida sobre como lidariam com a separação do vínculo fraterno em prol da tentativa de restabelecimento de uma relação vertical. Embora possamos

compreender que o vínculo fraterno seja insuficiente para a necessidade de estruturação psíquica observada, a perda da irmã-parceira pode incorrer em agravamento da situação. Perguntamo-nos se a perda deste importante vínculo incorreria em mais um rompimento traumático que, acumulado a outras tantas perdas que já viveram, acentuaria as dificuldades representacionais e poderia comprometer a formação de novos laços afetivos.

Uma das saídas possíveis estaria na chance de serem colocadas em famílias que se comprometessem a manter o contato frequente entre elas. Esta é uma alternativa possível, como observamos, mas que não está livre de riscos, como já destacamos anteriormente.

Temos tido discussões com os profissionais envolvidos tentando chegar a uma saída menos dolorosa para essas meninas.

Em qualquer dos caminhos tomados, situa-se a disponibilização deste espaço clínico que ofereço para, fazendo uso do instrumental psicanalítico possível, ajudá-las no processamento psíquico desta passagem.

Sinto-me profundamente comprometida em usar meus recursos, teoria e técnica psicanalítica à minha disposição, para buscar ampliações e aprofundamentos sobre este tema tão complexo. Apresento este material com a intenção de compartilhar inquietações e despertar reflexões sobre questões que merecem ser exploradas e desenvolvidas no âmbito da adoção.

Mas quero também propor questionamentos para o campo da própria técnica psicanalítica. Como nossas teorias e ferramentas técnicas podem nos ser úteis para este contexto?

As situações clínicas apresentadas abrem diversas indagações que se referem a especificidades técnicas quando decidimos estender nossas práticas clínicas ao campo das adoções. Como já disse Kupermann, a própria clínica com crianças

> [...] já configurou um divisor de águas no campo psicanalítico a ponto de podermos falar em um antes e um depois da sua emergência. O enquadre modificado de ma-

> neira a acolher o brincar, as sutilezas da experiência transferencial, a participação da família bem como outras especificidades fizeram da psicanálise com crianças o laboratório no qual ocorreram os ensaios mais ousados de modificação da técnica-padrão, responsáveis por uma enorme ampliação do campo de atuação dos psicanalistas. (KUPERMANN, 2011, *apud* PEITER, 2011)

Os casos aqui apresentados apontam para novos desafios da técnica. Entre eles indago sobre peculiaridades desta clínica, vicissitudes presentes nas alterações de enquadre, por exemplo, ao receber as duas irmãs juntas e não as atender individualmente. Destaco também indagações sobre o lugar que ocupa o clínico e qual seu o papel diante da equipe de profissionais do Fórum e do abrigo nas decisões a serem tomadas e como se posicionar nesse campo. Enfim, muitas questões da técnica que já não cabem mais neste capítulo, e que deixo sugeridas para outras discussões em momentos oportunos.

Finalizo este capítulo com um convite a colegas para interlocuções e desenvolvimentos que possam gerar reflexões sobre tema tão controverso, e quem sabe promover alternativas criativas sobre como melhor atender esse segmento de nossa comunidade, ainda carente de atenção e de estudos. Fico aguardando sua opinião!

Referências

BOWLBY, J. *Separação: angústia e raiva*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BRAIER, E. La estructura gemelar y la carencia materna. In: BRAIER, E. (comp.) *Gémelos*: narcisismo y dobles. Buenos Aires: Paidós, 2000.BRUSSET, B. El vínculo fraterno en psicoanálisis. In: *Revista Psicoanálisis*, XLIV, 2, 1987.

CASSORLA, R.M.S. (2003) Procedimentos, colocação em cena da dupla ("enactment") e validação clínica em psicoterapia psicanalítica e psicanálise. *Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul - SPRS* http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25n3/19615.pdf; acessado em 20 de fevereiro de 2017.

FERENCZI, S. (1931). Análises de crianças com adultos. *Obras completas*, vol. IV. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

________. (1931). Confusão de língua entre adultos e crianças. *Obras completas*, vol. IV. São Paulo: Martins Fontes, 2011,

FERREIRA, M. P. *Traumas não elaboráveis*. São Paulo: Zagodoni, 2011.

FREUD, A; DANN, S. (1951). *An experiment in group upbringing Psychoanalytic Study of the Child* 6:127-168 – http://www.thetcj.org/child-care-history-policy/an-experiment-in-group-upbringing-by-anna-freud-and-sophie-dann. Visto em 3 de maio 2016.

GHIRARDI, M. L. M. A relação fraterna na adoção: algumas reflexões. *Pediatria Moderna*, 2014, v. 50 n. 3, acesso em 20 de fevereiro de 2017. http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id_materia=5742 p. 130-134.

GOLDSMID, R. & FÉRES, C. T. Relação fraterna: constituição do sujeito e formação do laço social. *Psicologia USP*, 2011; 22(4): 771-778.

GREEN, A. (1975). O analista, a simbolização e a ausência no contexto analítico. In: ________.*Sobre a loucura pessoal*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

________. (1977). O conceito de fronteiriço. In: GREEN, A. Sobre a loucura pessoal. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

________.A mãe morta. In: GREEN, A. *Sobre a loucura pessoal*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

________.(1986). *O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

HAMAD, N. *A criança adotiva*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

KAËS, R. *O complexo fraterno*. São Paulo: Ideias & Letras, 2011.

KANCYPER, L. Complejo fraterno y sus cuatro funciones. Fepal – *XXIV Congreso Latinoamericano de Psicoanálisis* – Montevideo, Uruguay (2002). "Permanencias y Cambios en la Experiencia Psicoanalítica" – Septiembre 2002.

KEHL, M.R. (org.) *Função fraterna*. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2000.

MIGUELEZ, N. B. S. *Complexo de Édipo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

PEITER, C. *Adoção: vínculos e rupturas do abrigo à família adotiva*. São Paulo: Zagodoni, 2011.

_______. Sobre preparação de crianças para adoção. In: GOMES, I. (coord.). *Família: Diagnóstico e abordagens terapêuticas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

_______. Onde está a criança abandonada? Reflexões sobre o altruísmo na adoção. In: GOMES, C. (coord.). *Clínica psicanalítica de casal e família*. São Paulo: Ed. Santos, 2009.

_______. E agora eu era o Herói – Sobre verdades narrativas na adoção. In: *Transformações. Revista de Psicoanálisis*. n. 11, setembro, 2012.

_______. Fenômenos transicionais na apropriação da família adotiva. *Boletim Formação em Psicanálise*. Ano XVIII, vol.18, jan/dez. 2010, p.7-22.

_______. Erase una vez un héroe. In: *Adopciones – Cambios y complejidades – nuevos aportes*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2014.

ROUSSILLON, R.Agonie, clivage et symbolisation. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

TRINIDAD-SALAVERT, I. *Os novos desafios da adoção*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2016.

WINNICOTT, D. W. (1954-5). Aspectos clínicos e metapsicológicos da regressão dentro do setting psicanalítico In: *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_______. (1956). A tendência anti-social. (1956). In: WINNICOTT, D. W. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_______.(1966). A Ausência de um sentimento de culpa. In: WINNICOTT, D. W. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_______.(1971). Objetos e fenômenos transicionais. In: *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1971. p. 13-44.

Capítulo 5

Um Pouco Mais com Joana

Cynthia Peiter

Joana era uma menininha que fora deixada na maternidade ao nascer, e foi rapidamente acolhida em um abrigo muito cuidadoso e, aos três anos de idade, recusava-se a se aproximar de candidatos a adotá-la. Evitava o contato com os pretendentes, chorava muito e ficava muito arredia. A partir dessas observações, foi trazida até mim pelos técnicos do abrigo em busca de ajuda para a colocação em família substituta.

Tal experiência clínica desdobrou-se em muitas reflexões e discussões para o desenvolvimento de práticas sobre a preparação de crianças para adoção. Quero destacar agora uma cena deste trabalho que, curiosamente, manteve-se esquecida. Um momento dramático do processo com essa criança que ficou à parte, curiosamente deixado entre cenas excluídas. Cenas traumáticas ficam esquecidas? Ora, sabemos que o traumático pode adquirir diferentes configurações, e que uma delas é esta condição de exclusão das cadeias representativas, produto de mecanismos de clivagem, mantendo-se em estado não representado, mas sempre ressurgindo em diferentes manifestações sintomáticas. E enquanto não reinserido em uma rede representativa, de fato não pode ser "esquecido".

Busco agora reinserir esta cena em uma narrativa como um processo elaborativo, mas também ao compreender esta cena como ótimo recurso para nos ajudar

na melhor compreensão de meandros e peculiaridades do trabalho de preparação de crianças para adoção. Apresento agora um modo metafórico de abordar o tema da transição de crianças do abrigo para a família adotiva, revelando os delicados movimentos psíquicos vividos pela criança, os impactos contratransferenciais experimentados pelo profissional, e as especificidades e os momentos cruciais deste tipo de trabalho psicanalítico.

Minhas tardes com Joana e nossos primeiros encontros

Em nosso primeiro dia, ela entra em minha sala somente se acompanhada pela monitora. Parece bastante assustada, procurando me ignorar. Mantém-se parada em pé absolutamente imóvel. Muito discretamente, vai movendo os pés, dirigindo-se à porta, como quem foge discretamente de animal muito perigoso. Nos encontros seguintes, mostra-se bastante arredia, e chora muito para entrar na sala. Permanece no corredor, observando-me com o canto dos olhos, com um misto de temor e curiosidade, e eventualmente deixando cair algumas lágrimas silenciosas. Quando consegue entrar, traz consigo os lencinhos de papel que sempre a acompanhavam em suas vindas. Tais lencinhos ocuparam um importante papel nas sessões, desde o início. Sempre se despedia da responsável com eles e entretinha-se com a brincadeira de tirá-los da embalagem e tentar recolocá-los nela. Nunca conseguia, pois o plástico já se encontrava rasgado. Este acabava por ser um dos momentos em que concedia que eu me aproximasse um pouco, permitindo que eu fizesse, com sua ajuda, um envelope de papel para guardá-los. Certa vez, fiz um comentário sobre os lenços que saíam da sua casinha e depois não conseguiam mais voltar para dentro dela, e acrescentei que ela talvez temesse sair de sua casa, ficar perdida e não voltar mais.

Assim, os primeiros contatos exigiram uma aproximação delicada. O lugar de terapeuta, ainda nebuloso, de início parecia sugerir o mesmo lugar ocupado pela família adotiva, sobre a qual a menina pouco conhecia, mas que diante dessa perspectiva demonstrava muitos medos. Mas tal circunstância, como presumimos, a le-

vava também a uma já experimentada situação psíquica de abandono. A angústia demonstrada parecia-nos remeter ao pavor de angústias impensáveis, quando a separação se fazia iminente e a ameaçava com um vazio talvez "familiar". Novos objetos a remetiam a experiências de possíveis abandonos e não à imagem de família hospitaleira e acolhedora como poderíamos pensar.

O trabalho que se iniciava com os lencinhos levou à instalação de um ambiente de *holding* para a sustentação das fortes angústias. A construção de envelopes, que evoluiu para bolsinhas, e logo foi se estruturando como um ritual, remetia à necessidade de um invólucro que a revestisse de um enquadramento capaz de contenção e de sustentação ao espaço psíquico, naquele momento sob ameaça de despedaçamento. Percorremos longo e frutífero caminho nesse sentido. Os invólucros/envelopes/bolsinhas também tiveram seus correspondentes corporais. Ao longo desse período, surgiram brincadeiras curiosas com colagens em sua pele, momentos que envolviam contatos pele a pele ao desenhar tatuagens que ela solicitava, ou a colagem de etiquetas em seu braço. De modo que saía das sessões com diversos elementos colados à pele, ao corpo. Uma busca por contatos que lhe trouxessem dimensão de interioridade e exterioridade, de dentro e de fora, de limites corporais e, enfim, de um sentimento de integração – primórdios do movimento de construção de uma subjetividade, sob grande ameaça nesse momento de rupturas. Fizemos também muitos trabalhos de recortes e colagens. Figuras eram recortadas de revistas e guardadas em sua bolsa, como uma coleção de figurinhas. Em outros momentos, as figuras foram recolocadas e coladas em outras folhas de papel, mudando-se de casa e de endereço. Cortes, recortes e colagens eram um tema frequente entre nós.

O vínculo foi gradativamente sendo fortalecido, muito embora ela precisasse sair da sala em todas as sessões. Parecia querer assegurar-se de que a educadora estava por lá e que podia ir e vir, como um exercício de presença e ausência. Para isso, pedia-me para ir ao banheiro em determinado momento da sessão. Foi em uma dessas passagens pelo banheiro que tivemos um lamentável incidente. Tal incidente refere-se à mencionada cena traumática, excluída, e agora reinserida

nesta narrativa, como uma nova forma de recontar minha história com Joana, e sobre algumas delicadezas do trabalho de acompanhamento de crianças em vias de serem adotadas.

Certo dia, na saída do banheiro, ela prende o dedo na porta, que se fechava automaticamente. Ela saíra na minha frente e deixara a mão na dobradiça de forma que o dedo foi "beliscado" pela porta. Ao perceber seu dedo sangrando, imediatamente presto os primeiros cuidados levando-a à pia para lavar e vejo que sangra muito. Parece precisar de um pronto-socorro, pois o sangue não estanca. Encaminho-a logo à monitora que a espera e peço que a conduza a um pronto-socorro. Ela chora, está assustada, e procuro explicar-lhe o que ocorreu, acrescentando que precisará de um médico para fazer um bom curativo, pois ali não teríamos como fazer.

Algum tempo depois que elas saem, recebo um telefonema do pronto-socorro pedindo-me que procure por um pedaço de seu dedo! Segundo a enfermeira, a falta do referido pedaço implicaria a amputação de uma parte do dedo. Isso obviamente me deixa extremamente alarmada. Volto correndo ao banheiro para procurar sei lá o que, pois o corte não me parecia tão grave assim. Mesmo não entendendo muito bem, procuro desesperadamente por algo que possa ser o que a pessoa diz faltar. Procuro na pia, no ralo, na lixeira junto às toalhas de papel e não encontro nada. Procuro então junto à porta e então vejo um minúsculo pedacinho de pele grudado na dobradiça. Guardo este pedaço, e conforme as instruções do pronto-socorro coloco-o em um copo com gelo. O hospital mandaria alguém para buscá-lo, mas dada a urgência e gravidade da situação, decido eu mesma cancelar meus compromissos seguintes e tomar um táxi para o hospital. Vejo-me então no táxi, com um copo de plástico na mão e um pedacinho de pele que mais se parecia a uma lasca de unha. O trânsito era desesperador. Continuo não entendendo como um acidente daquele porte poderia causar estrago tão grande a ponto de perder parte do dedo! Sinto-me naquela hora como se carregasse material delicadíssimo ou como se transportasse algum tipo de órgão vital para transplante. Por outro lado, observava, atônita, o minúsculo pedacinho de pele dentro do copo, que nem parecia assim tão grave. Che-

gando ao hospital, encontro-a deitadinha sobre uma maca e relativamente tranquila. Entrego-lhes o pedacinho e converso um pouquinho com ela sobre nosso susto. Não podendo ficar mais por ali, deixo-a com a responsável que ali estava.

Vou tomar informações então sobre a dita amputação, que me parecia esdrúxula, pensando comigo mesma que eu não poderia permitir que intervenção de tal porte pudesse ser realizada sem a opinião de algum médico especialista. Consulto rapidamente os médicos de minha confiança e fico sabendo que não era bem assim – caso a ferida não pudesse ser suturada, a alternativa prioritária deveria ser um enxerto de pele, retirado de qualquer outra parte do corpo. Depois também fico sabendo pelos médicos do pronto-socorro que o pequeno pedacinho não era assim tão relevante e que o risco da tal amputação era um exagero desmedido. De fato, ela levara alguns pontos para recolocar o pequeno retalho na pontinha do dedo, e retornara para o abrigo imediatamente após a sutura. Recupera-se muito bem, já podendo vir para a sessão seguinte com um pequeno curativo no dedinho.

Passado o susto, e devidamente informada, espero-a para nosso próximo encontro.

Recebo-a tranquila na sala de espera. Ela entra e recomeça sua rotina. Antecipo-me e introduzo o tema do acidente, e ela parece não estar interessada. Fico a pensar se seria esta uma preocupação minha e não tanto dela... Talvez um trauma mais intensamente vivido por mim.

Porém, não quer mais ir naquele banheiro. Diz que quer ir a outro. Assim, nas sessões seguintes passamos a utilizar outro banheiro mais afastado. Porém, temos de passar sempre pelo antigo, que ela ignora e não faz nenhum comentário.

A confiança no vínculo comigo parece haver permanecido inabalada, mas demonstrava um temor que se dirigia ao lugar do acidente, que parecia ignorado, clivado.

O dedo cicatriza bem, a pele transforma-se em uma casquinha e logo cai, deixando seu dedo são e salvo.

Aos poucos, nosso vínculo também foi evoluindo a ponto de ela não precisar

mais de tantos rituais, tendo começado a conversar comigo espontaneamente e de um jeito brincalhão e divertido.

Chegou o momento da introdução do tema da adoção, que passou a ser ventilado, ganhando representações e significados, perdendo seu caráter tão assustador. Ao final desse longo processo, passa a referir-se a tantas coisas que vivemos sobre as quais não falava antes. Revê suas figurinhas, como quem folheia um álbum de fotografias, comentando a história que construímos juntas.

Mais tarde, quando passamos pelo banheiro, ela mesma comenta brincando: "Ô banheiro do medo, que susto, hein?!"

Lado a lado com essa experiência construiu-se uma abertura para suas aproximações com uma família adotiva, que passava agora a figurar como algo de alguma forma, desejado. Ocorreram elaborações de lutos, e a construção de um espaço de confiança nos novos vínculos.

A função da casca-membrana protetora já não se faz mais tão necessária, pois pode desenvolver para si mesma uma pele novinha em folha!

Penso que este episódio do dedo cortado, sob ameaça de amputação, serve-nos como interessante metáfora do trabalho que desenvolvemos no acompanhamento clínico de crianças nas passagens para a família adotiva.

Naquele dia, vivi, na minha própria pele, forte angústia de dramática ameaça de perda: a verdadeira ameaça de amputação.

E sobre este tema, Winnicott nos é de grande ajuda. Para ele, uma criança que ainda se encontra em fase de estruturação psíquica não consegue viver uma perda objetal, ou um processo de luto, tal como Freud descreve em *Luto e Melancolia* (FREUD, 1915). Para Freud, o luto é um longuíssimo processo, que requer sofisticado movimento psíquico de desligamento objetal, que perpassa evocação de lembranças e desinvestimentos libidinais a cada uma destas lembranças, até que o eu esteja novamente livre para novos investimentos. Winnicott (1958) nos diz que uma criança muito pequena não pode viver a perda desta forma. Segundo a fina observação do analista inglês, um pequeno sujeito que está em processo de estabelecimento de

uma trama somatopsíquica depende de seus objetos primários para sua sobrevivência, como se fossem partes de si mesmo. Perdê-los, pode ser vivido como grave risco de fragmentação. Assim, o autor nos diz:

> É impossível para um bebê, que não atingiu ainda certo estágio de maturidade, seguir um processo tão complexo (...). Até mesmo para um indivíduo que chegou a este estágio, são necessárias certas condições para a elaboração deste processo de luto. É possível, às vezes, demonstrar que a perda do seio e da mãe ao mesmo tempo pode resultar num estado de coisas em que a criança perde não só o objeto, mas também o aparelho para usar este objeto, ou seja, a boca. A perda pode ir mais fundo e envolver toda a capacidade criativa do indivíduo, de modo que ocorre não tanto uma desesperança quanto à redescoberta do objeto, mas uma desesperança baseada na incapacidade de sair em busca de um objeto. (WINNICOTT, 1958, p. 150-151)

Minha experiência de levar nas mãos pequena parte do corpo de Joana, vivido por mim como órgão vital, expôs-me a intensas angústias de despedaçamento, de desintegração, de perda de referências e de contornos. Vivia uma responsabilidade de quem carrega nas mãos algo de extrema delicadeza e que parecia ser de vital importância. Algo como um órgão para transplante, talvez. Se lembrarmos da afirmação de Freud, na qual nos ensina que "o ego é, primeiramente e acima de tudo, um ego corporal" (FREUD, 1923, p. 40), podemos compreender como tais perdas podem ser experimentadas intensamente na esfera do corpo.

Conforme a clínica com crianças nessas passagens tem ensinado, a transição para uma nova família pode evocar diversificada gama de sentimentos: angústias de separação, de medos e de desconfianças quanto aos novos vínculos, sentimentos de desamparo, enfim, sentimentos que apontam para o temor de reviver experiências traumáticas já vividas anteriormente (PEITER, 2011, p. 57). Tais angústias ganham no espaço terapêutico oportunidade de processamento psíquico e de contenção. Refiro-me a um tipo de processo elaborativo que perpassa a experimentação de

caminhos da organização psíquica, na tentativa de resgates narcísicos, constituindo-se em complexo processo de reconstrução psíquica. Muitas vezes me referi a um trabalho de construção de "tecido psíquico" (PEITER, 2011). Um processo que circula, conforme uma óptica winnicottiana, pelas funções maternas de *holding, handling* e apresentação de objeto (WINNICOTT, 1962). Daí os trabalhos com Joana que frequentemente envolviam as colagens e as tatuagens. Um tipo de sustentação que ia permitindo aproximações e afastamentos, como um interjogo delicado entre presenças e ausências. Movimentos que permitem o provimento de recursos para a tolerância à ausência de representações diante de separações ou descontinuidades – como um continente do espaço representativo. A esta estrutura buscada, André Green denominou "estrutura enquadrante": uma estrutura psíquica que faz o papel de "receptáculo do eu", análoga aos braços da mãe, que irá desempenhar o papel de "matriz primordial dos investimentos futuros" (GREEN, 1980, p. 265).

Mas quero ressaltar, no episódio do dedo, que este trabalho envolve mais que a função de amparo e sustentação. Uma prática que implica certas ambivalências, pois se por um lado se oferece como amparo, é também um lugar no qual o corte e a separação também estão implicados. Sabemos ser um trabalho com data marcada para término, e que a separação tanto do abrigo, dos educadores e dos amiguinhos quanto a separação referente ao término deste trabalho estão à espreita. O terapeuta, que ocupa importante função de sustentação, ocupa também o papel daquele que traz má notícia e precisa sustentar possíveis dores subsequentes. Tendo um espaço sustentador sido construído, precisamos abordar as separações, os cortes e os lutos. Um lugar um tanto paradoxal – e não é à toa que trabalhamos tanto com recortes e colagens... Um lugar que nos remete à instalação de transicionalidade.

Goldstein (1997) entende que, em algum momento de qualquer processo analítico irão reeditar-se as experiências do corte e a vivência de fusão. A angústia decorrente deve produzir momentos de pânico, terror e despedaçamento somático, diz ela. Mas compreende que a experimentação desses sentimentos, em compa-

nhia do analista e sustentada pelo vínculo com ele, pode levar a mudanças eficazes.

De maneira análoga, temos nosso papel de pele/membrana protetora, que como um curativo temporário, trabalha no sentido da reconstrução de tecido novo, até que a tal casquinha já não seja mais necessária.

São momentos de risco e de grandes incertezas. Não sabemos quando pode surgir uma família, nem quem será. Assim como também não há certezas sobre o tipo de vínculos a serem estabelecidos na nova família; se a criança será acolhida em suas necessidades, ou se será recebida com a hospitalidade necessária.

Por maiores que sejam os cuidados na escolha das famílias, de fato, não sabemos! Tal qual um trapezista, que precisa soltar a mão de um trapézio e logo agarrar outro, há instantes de grandes incertezas, de vertigens e de fortes angústias enquanto o artista está no ar. Uma atmosfera de grandes riscos que requerem redes de sustentação.

A cada passagem destas ao lado de uma criança, vivo e revivo estes momentos de dores e de fortes emoções. A sustentação de medos, incertezas e angústias de separação nos invade e nos leva a um mergulho nessas experiências de desamparo. A identificação com o que vive a criança faz-se essencial para que possamos oferecer ajuda necessária a cada uma delas em sua singularidade. Também nos ensina muito sobre a complexidade e a delicadeza que envolvem a colocação de crianças em adoção.

Enfim, entendemos que a adoção surge como uma nova história na vida dessas crianças e a esperança de novos encontros gratificantes. Entretanto, "a hora do encontro é também despedida" e implica um reviver separações e perdas. Desta forma, nos parece importante momento para o desenvolvimento de estratégias de intervenção e cuidados especiais que permitam um processo elaborativo e de sustentação psíquica. Um grande e gratificante esforço na tentativa de evitar que esta passagem se configure como uma situação de abandono em vez da desejada medida de proteção e cuidados.

Referências

FREUD, S. (1915/1917). *Luto e melancolia.* Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

________. (1923). *O ego e o id.* Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

GOLDSTEIN, R. Z. O objeto transicional de Winnicott: uma nova categoria na teoria e na clínica? In: ABADI, S.; OUTEIRAL, J. *Donald Winnicott na America Latina.* Rio de janeiro: Revinter, 1997.

GREEN. A. A mãe morta. In: *Narcisismo de vida e narcisismo de morte.* São Paulo: Escuta, 1988.

PEITER, C. Adoção. *Vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva.* São Paulo: Zagodoni, 2011.

WINNICOTT, D. W. (1958). A psicologia da separação. In: ________. *Privação de delinquência.* São Paulo: Martins Fontes, 2002.

________. (1962). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In: ________. *O ambiente e os processos de maturação.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1979.

Numa abordagem eminentemente clínica, cada volume da Série Prática Clínica apresenta casos atendidos por psicanalistas e/ou psicoterapeutas especializados no tema em questão, de forma a propiciar ao leitor uma oportunidade de acompanhar as estratégias e os dispositivos empregados pelos autores. Entre esses elementos estão o raciocínio clínico, as técnicas, o manejo, as possíveis intervenções, a dinâmica da transferência e contratransferência, a relação com o paciente e os modos de operacionalizar sintomas, impasses e conflitos.

A Série Prática Clínica privilegia o trabalho transformador da clínica, apresentando os desdobramentos analíticos do profissional para lidar com o sofrimento e a angústia do paciente, enfrentar problemas e abrir espaço para caminhos de elaboração e/ou superação pela via da linguagem, do vínculo e dos dispositivos clínicos que podem levar a novas possibilidades do "vir a ser".

www.zagodoni.com.br